

===== **ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E NOVE:** =====

===== Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano dois mil e nove, pelas dezasseis horas, na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Excelentíssimo Senhor **Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Secretariado pelos Senhores **Isabel Maria Fernandes Guimarães Ferreira de Vilhena** – Primeira Secretária e **António Luís da Fonseca e Grifo** – Segundo Secretário e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte: =====

===== **Ponto um:** *Votação das actas n.ºs 34, 35, 36 e 37;* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município;* =====

===== **Ponto três:** *Regulamento da Componente de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Município de Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto quatro:** *Regulamento para Atribuição de Auxílios Económicos aos alunos do Ensino Básico do Município de Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto cinco:** *Escola EB 2,3 de Fajões/ Secundária – Proposta de isenção de pagamento de taxa para ligação de água – Aprovação;* =====

===== **Ponto seis:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB1 de Arroteia (EB1 Maria Godinho), freguesia de Nogueira do Cravo, para a construção de uma biblioteca no logradouro da escola – Autorização;* =====

===== **Ponto sete:** *1.ª Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 de Arroteia (actual EB1 Maria Godinho), freguesia de Nogueira do Cravo, para melhoramento da rede de electricidade – Autorização; =*

===== **Ponto oito:** *Protocolo de colaboração celebrado com a Escola Secundária Soares de Basto e Cátia Sofia Correia Ferreira, no âmbito das actividades da prática profissional (estágio) – Autorização/ Ratificação;* =====

===== **Ponto nove:** *Protocolo de colaboração a celebrar com ISPGAYA – Instituto Superior Politécnico de GAYA, no âmbito das actividades da prática profissional (estágio) – Autorização/ Ratificação;* =====

===== **Ponto dez:** *1.ª Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Freguesia de Ossela, para concretização dos objectivos da “Escola a Tempo Inteiro” – Autorização;* =====

===== **Ponto onze:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Escola de Dança Meia Ponta – Ensino Artístico, Lda., para desenvolvimento da área da dança no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico – Autorização; =====*

===== **Ponto doze:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação “Ciência em Mãos – Associação para o desenvolvimento de competências em Ciência e Tecnologia, Matemática, Robótica e Educação, para desenvolvimentos de AEC’s no 1.º Ciclo – Autorização; =====*

===== **Ponto treze:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Universidade de Aveiro, para dotar a “Escola Superior de Design, Gestão e Tecnologias da Produção de Aveiro-Norte”, de instalações definitivas, bem como de equipamentos, incluindo a unidade laboratorial de interface com as empresas – Autorização; =====*

===== **Ponto catorze:** *Protocolo de colaboração celebrado com a Autoridade Nacional de Protecção Civil e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis - Condições de contratação e manutenção das Equipas de Intervenção Permanente – Autorização/ Ratificação; =====*

===== **Ponto quinze:** *Protocolo de colaboração celebrado com a Autoridade Nacional de Protecção Civil e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões - Condições de contratação e manutenção das Equipas de Intervenção Permanente – Autorização/ Ratificação; =====*

===== **Ponto dezasseis:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Recreativa e Cultural de Loureiro, para desenvolvimento das suas actividades, nomeadamente com a realização dos jogos tradicionais dos anos 2008 e 2009 – Autorização; =====*

===== **Ponto dezassete:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Columbófila de S. Roque, para cedência a título gratuito do imóvel que albergou o Jardim-de-Infância de S. Roque – Autorização; =====*

===== **Ponto dezoito:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a A.C.S. Investimentos Imobiliários, Lda., para construção de uma adutora de abastecimento de água na captação de Alviães – Autorização; =====*

===== **Ponto dezanove:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação do Parque Temático Molinológico, para financiamento das actividades da Associação para o ano 2009 – Autorização; =====*

===== **Ponto vinte:** *Ratificação de despacho e de aprovação de protocolo de colaboração institucional com vista ao apoio financeiro na realização da XV Feira de Artesanato de Oliveira de Azeméis celebrado com a ADRITEM – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria; =====*

===== **Ponto vinte e um:** *Contrato-programa a celebrar entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Federação Portuguesa de Basquetebol – Autorização/ Ratificação; =====*

===== **Ponto vinte e dois:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Macinhata da Seixa, para execução de obras de pavimentação das seguintes ruas: Rua da Fonte do Carvalho, Rua do Cabreiro, Rua de Mogos – Autorização;* =====

===== **Ponto vinte e três:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Ul, para execução de pavimentação da Rua do Poço – Autorização;* =====

===== **Ponto vinte e quatro:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Pindelo, para execução da obra dos Arranjos Exteriores do Cemitério – Autorização;* =====

===== **Ponto vinte e cinco:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Ossela, para execução das seguintes obras de beneficiação: 1.º troço da Rua Padre José Marques de Bastos; Calçada David Soares da Silva; Travessa Prof. Bernardo Tavares Tôco e Caminho das Bajoucas – Autorização;* =====

===== **Ponto vinte e seis:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de S. Roque, para execução de obras de repavimentação da Rua D. João da Natividade – Autorização;* =====

===== **Ponto vinte e sete:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Carregosa, para execução de obras de pavimentação da Rua do Calvário, Rua do Alto e Caminho do Lobo – Autorização;* =====

===== **Ponto vinte e oito:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Travanca, para execução de obras de beneficiação na Rua Ápio Assunção – Autorização;* =====

===== **Ponto vinte e nove:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Palmaz, para execução das seguintes obras: pavimentação da Rua Seara Cardoso (parte); Rua da Eira e Travessa da Remolha – Autorização;* =====

===== **Ponto trinta:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Oliveira de Azeméis, para execução de obras de pavimentação do Caminho Velho de Porto de Carro – Autorização;* =====

===== **Ponto trinta e um:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de S. Tiago de Riba-Ul, para execução de obras de beneficiação na EBI da Ponte – Autorização;* =====

===== **Ponto trinta e dois:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Nogueira do Cravo, para execução de obras de alargamento da Rua João da Silva Correia – Autorização;* =====

===== **Ponto trinta e três:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Freguesia de Cucujães, para execução das obras de construção da Capela Mortuária – Autorização;* =====

===== **Ponto trinta e quatro:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Freguesia de Cucujães, para apoio financeiro na realização do “Passeios Anual dos Idosos” – Autorização/Ratificação;* =====

===== **Ponto trinta e cinco:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro, para apoio à construção de Lar, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário – Autorização;* =====

===== **Ponto trinta e seis:** *Criação do Gabinete de Inserção Profissional (GIP) e ratificação do contrato de Objectivos celebrado com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. – Aprovação/Ratificação;* =====

===== **Ponto trinta e sete:** *Regulamento Municipal do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros (Transporte em Táxi) – Aprovação definitiva;* ==

===== **Ponto trinta e oito:** *Concessão do Serviço de Transportes Urbanos do Município de Oliveira de Azeméis – Despacho de não adjudicação e abertura de novo procedimento;* ==

===== **Ponto trinta e nove:** *Prestação de Serviços para Recolha, Transporte e Deposição de Resíduos Sólidos e Urbanos e Limpeza Urbana – Repartição de encargos em mais do que um ano económico – Ratificação e convalidação de todos os actos entretanto praticados;* =====

===== **Ponto quarenta:** *Regularização de Área de Equipamento em S. Roque – Aprovação;* =====

===== **Ponto quarenta e um:** *Proposta de sinalização horizontal na Trav. Prof. Tiago Ferreira Godinho, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto quarenta e dois:** *Proposta de alteração de sinalização vertical, bem como criação de passadeiras e respectiva sinalização vertical no lugar de Abelheira, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto quarenta e três:** *Proposta de colocação de sinal “Via Pública sem Saída” na Rua do Emigrante, freguesia de S. Martinho da Gândara – Aprovação;* =====

===== **Ponto quarenta e quatro:** *Proposta de colocação de sinal “Proibição de Estacionamento a Pesados” na Rua do Mosteiro, freguesia de Cucujães – Aprovação;* =====

===== **Ponto quarenta e cinco:** *Proposta de colocação de sinalização vertical e horizontal na Rua do Mosteiro, freguesia de Cucujães – Aprovação;* =====

===== **Ponto quarenta e seis:** *Proposta de criação de um conjunto de passadeiras e colocação de sinalização vertical, no lugar de Adães, freguesia de Ul – Aprovação;* =====

===== **Ponto quarenta e sete:** *Proposta de postura de trânsito na freguesia de Macinhata da Seixa – Aprovação;* =====

===== **Ponto quarenta e oito:** *Rectificação dos Estatutos da “GEDAZ – Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, E.E.M.” – Aprovação;* =====

===== **Ponto quarenta e nove:** *Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro – Conhecimento/ Apreciação.* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:** =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Isidro Marques Figueiredo, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, José Francisco Brandão de Oliveira, António Alberto Bastos, Paulo Manuel Matos Ferreira, Jorge Manuel da Costa Alves Rosa, José Filipe da Silva Carvalho, Nuno Ricardo Fernandes Pires, José Maria de Pinho Silva, Marcial Abel de Ascensão Vaz Santiago, Diamantino Melo de Almeida, António Rodrigues dos Reis, Francisco de Jesus Jacinto, Américo de Almeida Carvalho, Ramiro Pereira Alves Rosa, José Alves da Silva, Miguel Mendes da Silva, José António de Pinho Santos, António Nobre Azevedo, Ilídio Barbosa Lopes, Ilídio António Tavares Ferreira e António de Jesus Silva.* =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Maria Helena Terra de Oliveira, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, Ana Maria Jesus da Silva, Joaquim Jorge Ferreira, Hélder Martinho Valente Simões, Paulo do Amaral Alegria, Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Armindo Fernando Martins Nunes, Lino Manuel da Costa Ferreira, José Ramos da Silva, Joaquim Manuel Monteiro Soares, Agostinho Carmo Tavares, António Costa Godinho Oliveira, Nuno Miguel Soares de Jesus e Maria Isabel Correia da Costa.* =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *António Alberto Vieira Dias.* =====

===== **Do Partido Comunista Português (PCP):** *Óscar Fernando Soares de Oliveira.* =

===== **Independentes:** *Rodrigo Moreira da Silva e Luís Filipe Moreira Silva Bastos Oliveira.* =====

===== **E a ausência dos seguintes Membros:** *António da Silva Xará e André Lourenço Pinheiro Ribeiro.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade do Senhor António Alberto Bastos, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido Dr. Jorge Leonel Figueiredo de Almeida, em virtude do mesmo ter solicitado a sua substituição. Seguidamente, verificou a identidade e legitimidade do Senhor Joaquim Manuel Monteiro Soares, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido Bruno Armando Aragão Henriques, em virtude do mesmo ter solicitado a sua substituição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa declarou:* =====

===== *Boa tarde a todos. Vamos então dar início à nossa Sessão da Assembleia Municipal. Como sabem o início da Assembleia é com o “Período de Antes da Ordem do Dia” e a Mesa já registou as inscrições. Gostava entretanto também, até porque é um regresso que*

saudamos, a presença da Prof. Isabel Vilhena, Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, e esperar que a sua recuperação decorra o mais rápido possível e tudo do melhor, que foi aquilo que a Assembleia Municipal também por unanimidade lhe desejou. Sem mais demoras vamos dar início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa deu início à Sessão. =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Eng.º Filipe Carvalho, do PSD, que disse: =====

===== Boa tarde a todos. Já muito se tem falado nesta Assembleia, sobre o estado de construção do novo Centro de Saúde. Trata-se de um projecto cuja conclusão é sem dúvida muito desejada por todos os Oliveirenses (na qualidade de utentes), pelos médicos, enfermeiros e demais funcionários da instituição, pois está em causa um serviço de primeira necessidade relativamente ao qual deverão ser reunidos todos os requisitos e condições que permitam prestar um serviço de excelência e qualidade. Neste sentido, entendo que os Oliveirenses merecem ter conhecimento da existência de algumas evoluções, esperamos que favoráveis, sobre este projecto, pelo que questiono o Senhor Presidente sobre a existência de novas informações sobre esta situação. Ainda no âmbito da Saúde, aproveito para questionar o Senhor Presidente, sobre a existência de novos desenvolvimentos relativamente à construção do Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga, pois trata-se de uma infra-estrutura da maior relevância para a região e particularmente para Oliveira de Azeméis, na medida em que a percepção que se tem é que o Hospital S. Sebastião se encontra sobrecarregado, não dispõe de resposta para todas as necessidades nesta matéria, impossibilitando a prestação de um serviço de qualidade para todas as áreas e de igualdade para todos. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Lino Ferreira, do PS. =====

===== Esta é a última Assembleia Municipal deste mandato e não tinha intenção de intervir neste “Período de Antes da Ordem do Dia”, no entanto os acontecimentos recentes relacionados com as passagens de nível da Linha do Vale do Vouga no nosso concelho a isto me obriga. São já tantas as histórias, os avanços e recuos de decisões que eu gostava de ver clarificada toda a situação. A primeira conclusão que tiro é que não terá havido cuidados para aprofundamento no local dos verdadeiros interesses globais de todas as partes envolvidas, porque o interesse dos utentes diários das mesmas não foram tidos em conta, como se está agora a confirmar. Os interesses financeiros da nossa Autarquia e da REFER sobrepuseram-se aos verdadeiros interesses dos Oliveirenses utilizadores dessas passagens. Outra conclusão que tiro, é ter-se resumido isto tudo a pareceres de técnicos e decisões políticas, que não tiveram em conta as posições dos Presidentes das Junta de Freguesia, como também agora se confirma. Todos os Presidentes estiveram contra as primeiras tentativas de fecho das passagens de nível sem previamente serem criadas alternativas condignas e próximas para os utentes das mesmas ou a sua automatização. O que me faz estranhar é o facto de algumas decisões estarem agora a mudar, o que prova que o protocolo afinal pode ser revisto e ir de encontro ao verdadeiro interesse da população Oliveirense. No entanto, a razão pela qual algumas agora já não

*fecham, vão passar a ter cancelas automatizadas, talvez por força da mobilização popular e dos Presidentes de Junta e outras querem continuar a fechar sem a criação de alternativas. O que é que mudou entretanto? Porque é que houve alterações para algumas do Pinheiro até Cucujães, que já muitas vão ficar automatizadas, dessem um salto por cima de S. Tiago onde cinco passagens de nível, onde já fecharam três, pretendem também fechar a do Monte, e nem uma alternativa é criada na freguesia, a que fica aberta é de utilização reduzida? A do lugar do Monte vai ou não ser automatizada? A da Abelheira vai ou não ter passagem para peões? Vai ou não ser construída uma passagem superior e só depois é fechada totalmente? O desafio que aqui deixo, é para que o actual Presidente consiga ainda deixar este dossier encerrado e que vá de encontro ao verdadeiro interesse das populações, mas caso não seja possível em tempo útil que os actuais candidatos à Presidência da Câmara deixem bem claro o que irão fazer e qual a posição que tomarão caso sejam eleitos. Acerca de dois meses, o Senhor Presidente disse a um Membro da Comissão de Utentes da Passagem de Nível do lugar do Monte, à D. Emília Freire, que a Comissão poderia estar descansada que a passagem do Monte não encerrava, que iria ter passagem automatizada, que já tinha chegado a esse acordo com a REFER. Na última quarta-feira, junto à passagem de nível da Abelheira, disse a outro Membro da Comissão, ao Senhor João António, que provavelmente no Monte iria fechar ao trânsito. Mas afinal o que é que se vai passar? Já não há passagem automatizada para a passagem do trânsito? Que acordos há? É necessário clarificar esta posição perante os Santiaguenses e restantes centenas de utentes diários daquela passagem de acesso rodoviário à zona industrial. Não gostava de ver acontecer na passagem do Monte o mesmo espectáculo que aconteceu na passagem da Abelheira, onde a grande mobilização popular impediu a concretização de uma vergonha de que não tenho memória igual na nossa região. Fechar totalmente aquela passagem com um muro de cerca de dois metros de altura, impedindo que familiares e vizinhos se visitem e se desloquem para os respectivos trabalhos como até agora, pois para fazerem a pé veriam a distância crescer em quilómetros para passar de um lado ao outro. É algo que não queremos ver repetido. Seria um autêntico “Muro de Berlim” se os moradores o deixassem terminar conforme estava projectado. Aquela passagem também muito utilizada para as caminhadas, também causaria a essas pessoas esse transtorno. Deixo aqui algumas questões para o nosso Presidente: é necessário clarificar este critério, porque é que para algumas houve alteração ao protocolo e para outras não? É possível manter agora a passagem de peões para os moradores da Abelheira e mais tarde criar uma passagem superior, podendo nessa altura fechar? É possível automatizar já a passagem do Monte em S. Tiago e mais tarde efectuar a criação da alternativa para a qual já houve estudos e são de fácil resolução? Muito obrigado pela vossa atenção. =====*

*===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV. =====*

*===== Boa tarde. Tal como o meu Colega do PS veio aqui transmitir, venho também desta forma saudar e solidarizar-me com a luta das populações. Fomos confrontados na semana passada junto à população da Abelheira, contra a construção daquele muro que tinha como objectivo impedir a passagem dos peões para o outro lado da passagem de nível. Esta luta demonstrou que efectivamente quando as pessoas assim o querem é possível lutar indo ao encontro dos seus objectivos, indo ao encontro dos seus anseios, que de alguma forma vale a pena sempre lutar. Esta luta demonstra isso mesmo, que é possível com as populações alterar o rumo das situações. Penso que desta forma outros locais, tem a ver com o protocolo, estão numa situação idêntica e penso que desta forma caberá agora e neste aspecto à Câmara Municipal, que tem um papel decisivo e preponderante pela alteração do protocolo, porque efectivamente*

*aquilo que se viu em relação àquele muro, aquilo é efectivamente uma aberração, até do ponto de vista urbanístico tem que se lhe diga, está muito mau. E como tal penso que a Câmara Municipal tem agora uma posição de alterar de mudar o protocolo e lutar para que efectivamente seja ali construída uma passagem, a construção de uma passagem que dê resposta de alguma forma aos peões, porque mais do que nunca é necessário facilitar. Aliás já tinha sido aqui denunciado por mim no princípio do ano, porque aquilo que seria construído seria muito mau, porque além da sua deslocalização para o outro lado, que tem muita gente, deslocava-se para o Lar da 3.ª Idade e como tal com aquele muro era totalmente impossível. Da parte da CDU nós vamos tentando acompanhar esta situação e denunciando, dentro das competências que nos são permitidas, a situação. De alguma forma, uma vez mais saudar a luta da população da Abelheira, mas também do Monte, que com certeza vai ser necessário o nosso apoio. A segunda questão que me trás aqui, hoje estamos a reunir na última Assembleia Municipal deste mandato, não posso deixar aqui de colocar da minha parte a experiência positiva que tive, de alguma forma no âmbito daquilo que me é permitido e das competências de fiscalização e de deliberação que me foram atribuídas, de forma a pautar a minha actuação por objectivos e propostas que vieram de alguma forma ao encontro das populações. Penso que da minha parte foi um papel muito positivo. Para além de muitas vezes ter votado contra propostas das outras forças políticas que têm assento nesta Assembleia, houve outras também que com certeza achei que eram positivamente importantes para o desenvolvimento deste concelho, naturalmente que não sendo masoquista, tendo também uma perspectiva positiva em relação ao concelho como sabem também votei favoravelmente muitas posições das outras forças políticas, tendo em conta também os interesses dos Oliveirenses. Penso que muitas das minhas propostas que foram aqui colocadas tiveram também posições diferentes das outras forças políticas, da parte do PS, da parte do PSD e com certeza também da parte do CDS, muitas das posições que foram aqui colocadas, algumas foram aprovadas, outras não, outros foram obrigados também de alguma forma a definir-se. Eu realço aqui algum campo de batalha em relação às questões da saúde e ainda agora estava ali fora a ouvir um colega a falar na preocupação do futuro Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis. Também muitas preocupações em relação ao futuro do hospital, fala-se aí muita coisa, uma grande indefinição, mas também muitas propostas que foram colocadas por mim em relação às taxas, aos impostos, em relação às questões do ambiente, etc.. Penso que muitas destas propostas também formam importantes para a mobilização das populações, que acho que é um aspecto positivo. Penso que de alguma forma, é o que tem as maiorias absolutas, houve aqui algum autismo da parte do PSD em relação a algumas propostas, na nossa óptica até positivas, mas pronto não foram aprovadas e nesse quadro vamos ter as próximas eleições e penso que o eleitorado tirará as devidas ilações em relação a estas propostas. Para terminar, penso que da parte da CDU muitas outras questões foram aqui levantadas, penso também que da parte da CDU muitas outras questões poderiam aqui ser colocadas, mas penso que fizemos um trabalho positivo e saio hoje desta Assembleia com a consciência tranquila, que poderia ter feito mais e que a CDU poderia ter feito mais. No próximo mandato cá estaremos para continuar esta batalha, sempre no interesse da população Oliveirense. Muito obrigado. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Dr. Vieira Dias, do CDS/PP. =====*

*===== Boa tarde. Na verdade, não é só o Óscar que falou aqui há pouco numa despedida. Quando se vai a eleições nunca se sabe o futuro e talvez o meu futuro não passe por estar aqui. Virei algumas vezes naturalmente, sim tenho fé, mas também tenho outra obrigação no relacionamento que eu tenho com as pessoas, posso ter sido menos correcto, mais ousado e*

*não ter interpretado muitas vezes a vossa mensagem. Quero, portanto, meus caros companheiros, meus caros Colegas de Assembleia, apresentar as minhas desculpas, dizer que não vou ver na estrada, no caminho, na rua ou em qualquer lugar em que estejamos gente inimiga, mas um dos meus que trabalhou comigo para que o concelho fosse maior. Muito obrigado e desculpem. Também a vós, elementos da Câmara Municipal, mas há sempre recados a dar para a Assembleia Municipal e para a Câmara Municipal que damos na promessa de uma A32, ansiamos saber se ela se faz, mas lamentamos por outro lado se na Saúde já estamos dependentes do Porto, se no Ensino está dependente do Porto, como é que continuamos ainda arreigados ao conceito do Governo Civil e dependentes de Aveiro. Nesse aspecto, ou regredimos ou avançamos, mau está ter ficado a meio caminho. Vou falar nas situações de trânsito: temos muitas estradas, algumas terão que ser no futuro esventradas para que a água e o saneamento seja feito, quilómetros, talvez oitenta só na área e não há verba. Mas dentro daquelas vias que foram melhoradas cá em Oliveira de Azeméis há uma rotunda que é a maior associada das empresas de recauchutagem ou da venda de pneus, falo daquela da Rua Frei Caetano Brandão, não é um, não são dois, são dezenas de pessoas que já tiveram gastos por causa daquela rotunda que precisa de ser corrigida. Oxalá que o seja, modelamos os passeios de outra maneira. Mas os passeios o que é que são? Não devem ser como continuam a ser cada vez mais o ponto onde os automóveis estacionam, não devem ser como continua a ser mais o ponto onde os ciclistas abusam, porque nós não tivemos a coragem de arranjar as ciclovias. É necessário que se caminhe para uma condução e para um meio de comunicação mais inteligente. Temos que pensar nos automóveis ecológicos que não ferem o ambiente, mas podíamos entretanto arranjar nem que seja a última tecnologia dos automóveis, para possibilitar que certos trajectos feitos por bicicleta sejam mais úteis não só para a cidade, diminuindo a poluição, não agredindo tanto a população e ao mesmo tempo ser um meio de proteger a saúde. Meus caros, é este o recado que vos venho dar, mesmo que saia quero-vos dizer que virei ter convosco no fim das Assembleias se for necessário e que temos que lutar todos, temos que saber que tudo o que venha pela frente é tarefa de todos, porque nós temos a obrigação de lutar por um concelho muito melhor. Muito obrigado meus amigos. =====*

*===== Para dar resposta às intervenções anteriores o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.*

*===== Boa tarde. Eu queria começar por dizer que esta será a última Assembleia, com certeza que será a última Assembleia em que eu colaboro aqui em Oliveira de Azeméis e no nosso Município. Nós trabalhamos ao longo destes anos, vários anos, trabalhamos na Assembleia Municipal, cada um deu o contributo que podia, que sabia, que tinha a informação ideal e mesmo até quando não tinha a informação ideal procurava dar as suas achegas positivas. Tenho a certeza absoluta que todas essas achegas eram no sentido de melhorar a vida dos Oliveirenses, dar as melhores condições aos Oliveirenses e termos nós próprios melhores condições. Infelizmente estas coisas não surgem tão facilmente como nós todos queríamos, é preciso meios, muitas das vezes meios humanos e meios materiais, é preciso apoios, porque a Câmara tem efectivamente que ser apoiada pelos Órgãos competentes para o tal, mas todos nós, o trabalho que se fez foi um trabalho positivo, Oliveira de Azeméis hoje deve estar grata a esta Assembleia Municipal e à Câmara Municipal por aquilo que fez. Muitas vezes vamos mais longe do que o que devíamos ver, por isso mesmo criamos até uma situação um bocado difícil para a gestão da Câmara Municipal, que nós ultrapassamos em termos de endividamento a barreira. Arranjamos uma solução para resolver esse problema através do saneamento financeiro e hoje temos uma situação muito mais desafogada e tranquila quer para a Assembleia Municipal, quer*

*para a Câmara Municipal. Mas queria-vos deixar aqui uma nota de agradecimento pela colaboração que foi sempre dada pela Assembleia Municipal. Não houve ninguém que não fizesse erros aqui nesta Assembleia e eu vou começar pela primeira intervenção, é que toda a gente agora critica a Câmara Municipal relativamente às passagens do caminho-de-ferro e esse protocolo foi aprovado pela Câmara e também foi aprovado na totalidade das questões pela Assembleia Municipal. Infelizmente foi um lapso que houve, houve algumas passagens de nível que não deviam já de ser aprovadas nessa altura. Passou-nos, também não dominamos claramente algumas matérias, também é uma matéria difícil e hoje temos algumas coisas que temos que voltar trás e voltar a negociar com a REFER. Neste momento nós temos uma carta na mão, em que a REFER se dispõe a fazer um novo estudo à passagem de nível em questão, em que a população não aceitou no Pinheiro da Bemposta, no Monte e também na Abelheira. Temos neste momento por escrito e eu forneci inclusive cópia dessa informação a alguns elementos que estiveram comigo na altura, porque eu também fiquei admirado como é que fizeram um muro daquela altura e eu afastei-me, porque estavam lá as autoridades, e disse que quando as autoridades fossem embora que colocassem o muro abaixo. É verdade, eu também disse isto, só não empurrei, mas disse isto. Eu penso que a situação depois disto melhorou, eu tive um contacto com a REFER e este assunto vai ser revisto pela REFER de uma ponta à outra no nosso Município. Penso que as coisas vão ser colocadas no devido lugar e vão procurar servir da melhor forma, que responda melhor tecnicamente, com a melhor segurança, que sirva as populações. Relativamente à intervenção do Filipe Carvalho sobre o Centro de Saúde, o Centro de Saúde neste momento já está na posse da Administração Regional, ou seja, o contrato já está na posse da Administração Regional de Saúde do Norte. Como entendem isso não é fácil, uma obra que está contratualizada com um empreiteiro, chegar ao fim com um acordo feito sobre indemnizações, sobre pagamentos, tudo isso é um bocado difícil e demora tempo. Isso está feito e brevemente a obra irá ser ou já foi posta em concurso para voltar a arrancar. No âmbito do Hospital, há efectivamente estudos feitos, a Câmara Municipal tem um estudo que foi enviado há dois meses relativamente ao posicionamento do Hospital para servir S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra. Há locais que são mais estratégicos, outros menos estratégicos e que nós com certeza estamos atentos e procuramos também que a Administração do Hospital de Oliveira de Azeméis colabore, já colaboraram e deram o seu parecer sobre este estudo para brevemente termos uma decisão e com certeza que a Administração Regional de Saúde do Norte irá lançar essa obra. Relativamente às passagens de nível, penso que já dei ao meu amigo Lino Ferreira algumas explicações, as que podem ser dadas neste momento. Sobre decisões finais de qualquer passagem ainda não existem, estão no terreno a estudar e vão apresentar propostas que a Câmara Municipal que estiver em exercício nessa altura irá ter o cuidado de chamar as pessoas mais envolvidas neste processo, que eu conheço porque também privei com eles aqueles momentos da Guarda Republicana chegar, em nos intimidar, de colocar o muro abaixo para abrir a passagem para peões. Eu estive lá também com eles, com S. Tiago e se for preciso voltarei, se estiver ainda ao serviço da Câmara Municipal. Relativamente ao meu amigo Óscar Oliveira, quero-lhe dizer que deu os seus contributos, como muitos nesta Assembleia. Há contributos que têm uma nota, outros outra nota, uns têm uma direcção, outros têm outra, depende muito da cor política de cada um, mas que nós procuramos desde o primeiro dia respeitar, sem olhar a cores políticas, as questões que sabíamos que beneficiavam muito os Oliveirenses, Oliveira de Azeméis e as suas Freguesias. Sobre a intervenção do Dr. Vieira Dias, dou-lhe toda a possibilidade e a razão de reivindicar, pois será com certeza também uma das grandes vontades interiores que eu vou ter, porque nós ao passarmos por uma Assembleia Municipal ou ao passarmos por uma Autarquia é uma formação que nós vamos receber e um bichinho que vamos meter dentro, que permite que nós olhemos para as questões com olhos*

diferentes. Olhos diferentes da outra população e capaz de passar por uma situação que não lhe desperta, mas temos a obrigação de ficar despertos para questões que estão menos bem, para questões que têm que ser corrigidas e temos a obrigação de colaborar com o poder que estará na altura no exercício. Para isso contem comigo, podem contar comigo em todas as frentes, porque serei sempre um homem crítico, mas no bom sentido de ajudar. Relativamente à A32, todos nós sabemos qual o problema que existe. E quero dizer aqui, para vocês saberem, que condeno veemente a actuação da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha. Eu não posso abdicar da minha responsabilidade de Presidente da Câmara para não dar a minha opinião sobre a A32. Eu não vou juntar trinta, quarenta ou cinquenta, eu para ir à Abelheira, estive com os habitantes da Abelheira, mas eu estava lá. Não é só para ser quando vem o Instituto de Estradas e dizer-me a mim que não estava a fazer outra coisa que não representar a Câmara Municipal. Ele devia estar lá a representar a Câmara Municipal e dar a sua opinião perante a escolha que o Instituto de Estradas estava a fazer para a A32. Oliveira de Azeméis não actuou dessa forma, fala, dialoga, apresenta soluções, apresenta alternativas. “Não vou chamar-vos para vocês darem as alternativas para a via”, eu ouvi isto e eu perguntei “Meu amigo, mas eu vi-o na fotografia do jornal sentado ao lado do técnico da Estradas de Portugal e do responsável também das Estradas de Portugal, eu vi-o sentado ao lado. O que é que estava lá a fazer?” Ele disse “a representar a Câmara” e eu disse “isso não faço e também não vai ser agora no fim do mandato que eu vou cair nessa asneira”. A A32 é fundamental, há grandes interesses de pessoas para que ela seja mudada, mas há um ofício da Câmara Municipal e a Senhora Dra. pode pedir uma cópia, no Secretário de Estado, no Ministro, a dizer que nós não abdicamos, não permitimos que a estrada atravessasse a Estrada Nacional n.º 1 e que vá passar no Centro Escolar do Curval, recentemente inaugurado. Isto está escrito e está na mão do Ministro, do Secretário de Estado e também no Instituto de Estradas de Portugal. Relativamente às obras que andamos a fazer, nós ainda não acabamos as obras. Relativamente à rotunda do troço 03, nós tivemos dificuldades para construir aquele troço, ainda há uma obra por construir, os prédios laterais, o que permite que se faça um novo estudo à rotunda e que permita melhorar a rotunda. Tem capacidade para isso, tem espaço para isso e podemos perfeitamente fazer essa alteração. Muito obrigado a todos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Miguel Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Palmaz. =====

===== Estou aqui como um simples Presidente de Junta. Não sou nenhum doutor, advogado ou engenheiro, mas um lutador pela freguesia que presido. Por isso, aquilo que vou dizer é o que sinto, e não só eu. Contrariando o pessimismo dos novos "Velhos do Restelo", alguns dizendo-se naturais ou amigos de Palmaz, deu-se, já há alguns meses, o início da construção do "HOTEL MIRA CAIMA", junto à margem direita do Rio Caima. A esses só lhes posso dizer que isto nunca foi um "show off", como pretendiam convencer os Palmacenses, e não só. Naturalmente, nesta altura, estarão tristes por este empreendimento ter avançado. Compreende-se essa frustração. Tenham paciência. Aqui faço um parêntesis. Porquê? Porque fazendo fé ao que me é dado a saber, aqueles que agora querem chegar ao poder local da freguesia, não se dão por vencidos e fazem passar a mensagem que irão procurar embargar a obra. A ser verdade, repito a ser verdade esta mensagem é grave e é caso para perguntar o que é para eles o desenvolvimento em Palmaz? Mas como a vitória não lhes vai sorrir, Palmaz não parará no desenvolvimento. Como se verifica, e contrariando aqueles só aparecem de quatro em quatro anos, Palmaz não está parado. Tanto não está parado, como já devem saber, outros empreendimentos irão surgir, tais como o da recuperação das margens direita e esquerda, entre

*o Açude do Arieiro e o extremo poente das instalações da ex-Fábrica do Papel do Caima, onde irá surgir o outro empreendimento de grande carácter social. Trata-se da construção de uma Unidade de Cuidados Continuados. A este empreendedor, os Palmacenses só lhe pedem que, sempre que puder, continue a apostar em Palmaz. Embora tenha conhecimento que essa situação irá ser resolvida, é de lamentar que o concelho a nascente ao nosso não resolva a limpeza do rio, fiscalizando as suas diversas indústrias que descarregam, quer directamente, os seus poluentes para o rio, quer para os emissários da ETAR, em Ossela, como acontece com as indústrias de lacticínios, que estão a retirar toda a funcionalidade à referida ETAR. Mas não foi esta situação que impediu a aposta destes empreendimentos na freguesia de Palmaz. Quem apostou sabe o que fez e o que faz. Os seus conhecimentos, nesta matéria, são extremamente ricos e experientes. Só lhe peço que continue, no futuro, a apostar, com outros projectos, nesta freguesia. Eu e todos os Palmacenses de boa-fé, cá estaremos para o receber de braços abertos. Nós desejamos o melhor para a nossa terra, enquanto outros só falam, só falam e nada fazem. Só sabem criticar tudo e todos. Para eles, que nada fizeram por Palmaz, tudo esta mal. Só demonstram incapacidade e imaginação, que os leva à inveja. Termino, pedindo aqueles que ainda continuam incrédulos, que dêem um passeio até Palmaz e que apreciem as obras do hotel, que se encontram a decorrer. Obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Helena Terra, do PS. =====*

*===== Eu antes de mais queria começar por saudar o regresso da Prof. Isabel Vilhena, significa que aquilo que todos lhe desejávamos pelo menos parcialmente já aconteceu, que foi o seu pronto restabelecimento pelo menos que ainda de forma parcial e continuaremos a fazer votos para que o que falta aconteça no mais curto espaço de tempo possível e que já na próxima Assembleia Municipal volte a estar cá permanentemente. Portanto, as melhoras até lá. Queria aproveitar par desejar também votos de rápidas melhoras ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a propósito da maleita que é visível. Queria aproveitar a circunstância para referir o seguinte: alguns dos presentes provavelmente na próxima Assembleia Municipal já cá não estarão e não estarão na qualidade que cá estão hoje, alguns deles eu espero que possam, se não em todas em algumas a continuar a estar, até porque há uma qualidade que não perderão que é a de ser Oliveirenses. Portanto, para aqueles que certamente não voltarão a estar na qualidade em que cá hoje estão e daquilo que é absolutamente certo parece-me que isso só acontece com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ul, com o Senhor Dr. António Rosa, com o Senhor Prof. Albino Martins e com o Senhor Presidente Ápio Assunção; os outros, o futuro será ditado relativamente aos outros no dia 11 de Outubro e como se costuma dizer “on verá”, mas para estes é certo que na qualidade em que cá estão hoje não voltarão e o Senhor António Nobre e o meu Presidente de Junta António Rodrigues, os últimos serão sempre os primeiros e como facilmente percebem eu peço desculpa mas foi o meu ângulo visual que deste sítio não permitiu vislumbrá-los, um porque estava tapado pelo Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Pindelo e outro porque estava algo escondido, foi só por esse facto, têm toda a razão, ainda bem que eu tive a possibilidade de corrigir a tempo. Portanto, para esses que não voltarão nessa qualidade, quero desejar a todas, nas qualidades funcionais que abraçarão no futuro, os melhores êxitos pessoais; em segundo lugar, dizer-lhes que é bom que continuem a vir por cá, porque continuam a ser Oliveirenses; em terceiro lugar, dizer-lhes que para todos e para cada um deles, na parte que me toca e é um sentimento que é comum a todos aqueles que compõem a Bancada que foi um prazer para mim liderar nestes últimos quatro anos, que todo o combate que aqui fizemos sempre foi exclusivamente político e nunca pessoal, até porque*

*relativamente a uns deles, é fácil perceber-se isso porque são amigos pessoais de longa data, conterrâneos, só não jogamos à bola juntos, porque um não sabia jogar ao “mata” e eu não tinha grande jeito para jogar à bola, senão teríamos jogado à bola juntos eu e alguns dos que aqui referi agora. Portanto, que fique bem claro que ontem, hoje e amanhã, que na política só sou capaz de fazer combates políticos e aí uso todas as armas de que sou capaz, excepto àquelas que ultrapassem os limites do respeito pessoal dos envolvidos. E, portanto, quero deixar isto absolutamente claro e dizer que relativamente a todos e cada um dos presentes, aos que não voltarão nessa qualidade, aos que voltarão nesta ou em qualquer outra, dizer que estou certa que cada um de nós, pelo menos de acordo com o que é a sua consciência pessoal e cívica, sempre se terá esforçado por fazer o melhor de acordo com as suas convicções para aquilo que nos une que é Oliveira de Azeméis. Todos nós temos limitações e quando digo todos incluo-me no lote, e, portanto, como se costuma dizer “quem dá o que tem, quem dá o que pode, faz aquilo que é a sua obrigação e a mais não é obrigado” e, portanto, certamente com as limitações próprias de cada um todos teremos dado aquilo que conseguimos dar em cada momento. Relativamente ao Senhor Presidente de Câmara, ele que disse que não voltaria a colaborar com esta Assembleia Municipal, eu estou certa que ele foi traído pela língua portuguesa que é normalmente traiçoeira, eu penso que não me engano quando disser que ele é Autarca algo que me lembre há vinte e oito anos em Oliveira de Azeméis seguidos, pelo menos vinte e oito, e portanto alguém que foi Autarca num concelho durante vinte e oito anos, mais três, trinta e um está corrigido, eu vinte e oito seguidos tinha a certeza, quero dizer que é bom que continue, vamos continuar a ter espaço para o Público e o Senhor vai continuar a ser aquilo que sempre foi, que é um Oliveirense, só não o continuará na qualidade de Presidente de Câmara, mas continuará numa outra qualidade qualquer. Queria dizer o seguinte e começar pelo fim, por aquela que foi a intervenção anterior à minha, que não tinha, não era meu intuito abordar nenhum dos temas que vou abordar a seguir, mas a política é isto mesmo, é a capacidade de ter a cabeça disponível para “cabecear as bolas” que cá nos vêm parar. E queria dizer ao Senhor Presidente de Freguesia de Palmaz, ao Senhor Miguel Silva: V. Exa. certamente não terá perdido a memória e portanto terá presente que relativamente aos empreendimentos que acabou de referir e que estão a ser levados a cabo na Freguesia de Palmaz, as Bancadas desta Assembleia Municipal votaram favoravelmente convictas de que eram excelentes empreendimentos, não só para a Freguesia de Palmaz mas e sobretudo para o concelho de Oliveira de Azeméis, que é isso que todos nós defendemos. E, portanto, sobre isso não se deve gerar qualquer tipo de dúvida. Em segundo lugar, quero-lhe dizer que estamos a falar, no que toca à Freguesia de Palmaz, de dois empreendimentos privados e, portanto, eu quero dizer aqui aquilo que eu já disse ao próprio “Parabéns, Prof. Carlos Alegria”. Estamos a falar de um Oliveirense que tendo estado fora durante muito tempo, há uma coisa que não perdeu, que foi a qualidade que é comum a nós todos, que é o facto de ser Oliveirense. Portanto, quer para o empreendimento hoteleiro, quer para a futura Unidade de Cuidados Continuados, parabéns Prof. Carlos Alegria, Oliveira de Azeméis com certeza que só terá a ganhar com isso. E porque estamos a falar de empreendimentos privados, uns de carácter eventualmente comercial como é o caso, outros nem por isso, quero também aproveitar a oportunidade para saudar um outro acto constitutivo, que foi o acto de constituição da Fundação Alegria e voltamos a falar uma vez mais “Parabéns, Prof. Carlos Alegria”, tem fins meramente altruístas ao serviço do concelho de Oliveira de Azeméis e se calhar fazendo de forma singular e individual, isto porque os poderes públicos não tiveram se calhar a capacidade de poder perceber qual era o intuito de poder associar-se ao intuito e ainda bem, porque que não foi só o acto da constituição da Fundação Alegria que aconteceu, as obras naquilo que será a futura sede desta Fundação que é como todos saberão o edifício que fica em frente ao antigo liceu, hoje Câmara Municipal, já*

*arrancaram e, portanto, mais do que o acto da constituição da Fundação é o facto da Fundação poder vir a ser a breve trecho uma realidade no nosso concelho. Uma vez mais, parabéns Prof. Carlos Alegria. Agora acho é que não fica bem a alguém que exerce um poder público duas coisas: em primeiro lugar, fazer o exercício de memória curto; em segundo lugar, tentar a apropriação do empreendimento privado, que nos engrandece a todos, mas nem por isso deixa de ser privado; e, em terceiro lugar, numa altura em que arranca oficialmente amanhã a campanha eleitoral autárquica vir dizer que alguns só aparecem de quatro em quatro anos, Senhor Presidente quero-lhe dizer que desses alguns o protagonista é seu colega autarca pelo menos de há quatro anos a esta parte em todas as Assembleias de Freguesia, que têm lugar na Freguesia de Palmaz e, portanto, é bom que chamemos as coisas pelos nomes, porque política de verdade que até ontem se anunciava é sobretudo falar com rigor dos factos e os factos são factos não se alteram, falam por si próprios. Queria começar por referir um outro aspecto, foi aqui falado da A32 e isto a propósito do Senhor Presidente da Câmara dizer que eu deveria conhecer a posição da Câmara Municipal a este propósito. Quero-lhe dizer que conheço Senhor Presidente a última posição da Câmara Municipal a este propósito em dois aspectos: não só quanto ao traçado, mas sobretudo quanto à urgência reclamada pelo Município de Oliveira de Azeméis, para que a construção desta infra-estrutura arranque com a maior brevidade possível e já se discutiu nomeadamente e a melhor das soluções era a integração disto tudo na mesma concessão ou separação. Portanto, para lhe dizer que não estou só informada como especial e particularmente atenta àquilo que têm sido as manifestações da Câmara Municipal a este propósito e, portanto, isto leva-me logo e faz-me chamar à memória que ainda bem que os resultados das Eleições Legislativas realizadas ontem fizeram de José Sócrates o próximo Primeiro-Ministro de Portugal, porque se tivessem eventualmente para desgraça no caso daquilo que tem sido a posição do Município de Oliveira de Azeméis e fizessem da Dra. Manuela Ferreira Leite a Primeira-Ministra de Portugal, havia uma coisa que nós todos tínhamos uma certeza era que esta Auto-Estrada jamais seria construída. E, portanto, ainda bem que as regras da democracia e o poder do voto fizeram do Eng.º José Sócrates o próximo Primeiro-Ministro de Portugal, porque assim ficaremos a saber que com mais ou menos dias numa só concessão de adjudicação a concurso ou em várias, teremos a A32 com a maior brevidade possível tal como são os anseios manifestados pela Câmara presidida pelo Senhor Ápio Assunção, anseios que são como se conhece corroborados pela Bancada que aqui represento. E, portanto, ainda bem que assim é. E ainda bem que assim é, porque não diz só respeito à A32, e é bom que tenhamos memória e volto a falar uma vez mais naquilo que alguns anunciavam até ontem, que é fazer política de verdade. É bom que não percamos de vista que foi sempre que na Nação e no Governo da Nação, coincidência ou não, mas é um facto, tivemos um Governo do Partido Socialista que maior índice de investimento público estatal tivemos no nosso concelho e, portanto, ainda bem que assim é e ainda bem que é uma vez mais um Governo do Partido Socialista que nos vais governar, porque isso permite-nos novamente acalantar a esperança de poder vir a ter a capacidade de reivindicar uma vez mais o melhor, o mais possível índice de investimento público estatal para o nosso concelho. Não me vou alongar muito mais, mas parece-me forçoso que nesta altura, que estamos em final de mandato, que se faça aquilo que é o mínimo de balanço possível. Afinal de contas, passaram quatro anos desde que todos e cada um de nós fomos empossados e legitimados pelo voto no exercício destas mesmas funções. Quero dizer o seguinte: tivemos uma Câmara Municipal presidida pelo Senhor Ápio Assunção desde 2002 até 2009, quando o Senhor Presidente Ápio Assunção iniciou funções a herança em termos de dívida municipal que recebeu era em números redondos de € 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de euros), sete anos depois e apesar de tudo aquilo que o próprio já descreveu, nomeadamente a necessidade de recurso a um empréstimo extraordinário com cariz de*

reestruturação financeira o passivo que sobra para quem vier depois de 11 de Outubro, conhecido e provado documentalmente por documentos da responsabilidade do Município é de € 53.000.000,00 (cinquenta e três milhões de euros). Este é o balanço da presidência Ápio Assunção. Vamos para os últimos quatro anos. Nos últimos quatro anos tivemos, em números redondos a ultrapassar uns trocos, orçamentos neste mandato, um orçamento no valor de €200.000.000,00 (duzentos milhões de euros). Isto permitia-nos pensar alto, sonhar muito longe, se de facto tivéssemos grandes horizontes, ainda que não fossem muito novos. O que é que acontece é que nestes últimos quatro anos, o que aconteceu foi em que nenhum ano de exercício orçamental nós conseguimos ter um orçamento de investimento, ou melhor a despesa de investimento a igualar quanto mais a superar a despesa corrente. E, portanto, aquilo a que vimos assistindo ano após ano é que a despesa disparou exponencialmente e o investimento estagnou. E porque é que lembro isto? Lembro isto a propósito de agora se anunciar o seguinte: nós temos obras, temos, inauguramos há sensivelmente dois anos o espaço onde nós nos encontramos hoje, inauguramos há dias o complexo de piscinas municipais, inauguramos o chamado pavilhão-oficina, inauguramos algumas das partes da chamada Via do Nordeste, inauguramos a Ludoteca, inauguramos todos aqueles que um elenco detalhado feito pelo Município é do conhecimento de todo o concelho em geral. Quero dizer o seguinte: é bom que nós não esqueçamos que nenhum destes investimentos foi obra do músculo financeiro do Município. Em todos e em cada destes investimentos a maioria do músculo financeiro foi de um de dois ou dos dois em alguns dos casos: ou de Fundos Comunitários ou do Orçamento Geral do Estado. E, portanto, isto é para que púnhamos de uma vez por todas cada coisa no seu sítio. Depois quero dizer o seguinte: temos obra, mas é bom que nós tenhamos a noção que a cada mandato e sobretudo quando os mandatos se sucedem não alterando as políticas, mas alterando-se os protagonistas e nem sempre todos apenas alguns, é bom que tenhamos a noção de que o Município não se reinventa de cada vez que temos ao longo destes trinta e três anos um novo Presidente de Câmara, porque fica bem aos homens terem a noção da justiça e fazer justiça a quem a merece, é bom que nós lembremos que grande parte dos investimentos, a chamada obra, que agora inauguramos vem e parte do Executivo, foi pensada, planeada, projectada, quiçá em alguns casos iniciada a construir pelo Município presidido pelo antecessor deste Presidente, o Senhor Comendador Ângelo Azevedo. E, portanto, voltemos uma vez mais a pôr as coisas no seu lugar, assim é e facilmente se perceberá que não estou a puxar a brasa para a minha sardinha, não tenho mandato do Senhor Comendador Ângelo Azevedo para este ou outro efeito, ele também não precisa, é só para que ponhamos o nome nas coisas. Isto tudo para dizer que temos obra, temos esta obra, pena é que de todas estas obras que eu elenquei só as tenhamos conseguido ter agora. Vamos parar e pensar: piscinas municipais, olhemos para os concelhos aqui à volta, para os mais pequenos de todos, o programa eleitoral do actual Presidente da Câmara Municipal de S. João da Madeira tem como uma das propostas programáticas para o próximo mandato, caso volte a ser Presidente, o alargamento de todo o complexo de piscinas municipais porque aquelas já estão velhas, já estão gastas e já não satisfazem as necessidades daquele Município, provavelmente seria aquilo que aconteceria em Oliveira de Azeméis se nós com a mesma capacidade, com a mesma visão, com os mesmos horizontes que outros tiveram, tivéssemos tido a ousadia que eles tiveram. Pavilhão Municipal, olhemos à volta e vejamos quantos dos concelhos circunvizinhos desta região não têm há muito tempo um pavilhão municipal velho e gasto. Quero dizer uma vez mais: temos obra, é verdade, é esta a obra que temos e há quem diga e eu também partilho, mais vale tarde do que nunca mas voltemos a pensar numa outra obra que há muito tempo faz páginas de promessas eleitorais e que nós continuamos a não ter, mas um Município mais pequeno do que nós, o Município presidido pelo tal Presidente de Câmara que consegue estar em actos públicos onde só

*representa a Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, a semana passada conseguiu inaugurar 90% de cobertura total de água e saneamento naquele concelho, Albergaria-a-Velha. Meus caros amigos, isto foi aquilo que nós tivemos, isto é aquilo que com certeza os Oliveirenses não vão querer continuar a ter depois de 11 de Outubro, isto é apenas uma reflexão e eu permitia-me dizer que corrigindo a tal política de verdade temos alguma obra que chegou tarde e quando já outros a tinham gasta e desgastada, temos muita dívida que não corresponde em nada à percentagem com a qual o Município teve que, em termos de músculo financeiro, contribuir para todo o conjunto destas obras. A demonstração disto mesmo é aquilo que eu acabei de referir. Ao longo dos últimos quatro anos, eu não vou dar os números, tenho-os todos comigo, porque são absolutamente fastidiosos, em nenhuma circunstância nós tivemos um volume de investimento sequer para igualar o valor da despesa que o nosso Município arcou. Quero dizer-vos então o seguinte: quatro anos volvidos a nossa herança é pesada, há alguma obra que veio, embora tardasse. Quero-vos dizer-vos mais: é muita dívida. E quero-vos dizer que para além disso pesam-nos ainda mais após esta herança, sete anos depois, mais de uma centena de funcionários a mais a cargo do Município. Meus caros amigos, atrás destes dias eu espero que melhores dias virão. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Isidro Figueiredo, do PSD. =====*

*===== Começo a minha intervenção por saudar democraticamente o Partido Socialista pela vitória que alcançou ontem a nível nacional e que corresponde também a uma vitória no concelho. Porém, nestas coisas há sempre um mas, convém sublinhar que perdeu a maioria absoluta, caracterizada sobretudo por muitos excessos e por uma arrogância desmedida, perdeu no Distrito de Aveiro, perdeu um Deputado e em Oliveira de Azeméis se mantemos um deputado eleito pelo círculo de Aveiro apenas consta o nome da Deputada Carla Rodrigues, que é como sabem natural de Oliveira de Azeméis, mais propriamente de Cucujães. Para além disso, podia acrescentar que no cômputo do concelho e apesar de como eu disse ter ganho, o Partido Socialista perdeu cerca de três mil votos ou acima de três mil votos. E também estes resultados fazem-nos pensar que o fenómeno das circunstâncias de um Governo que esteve sistematicamente virado contra muitas instituições, contra muitas, com uma maneira de fazer política que provavelmente lhe custou essa maioria absoluta teve também a resposta e agora ver-se-á obrigado a negociar possíveis acordos, possíveis coligações. Ouvi atentamente a intervenção da Dra. Helena Terra que me antecedeu. Estamos quase no final, praticamente no final desde mandato de quatro anos que nos elegeu como representantes dos nossos concidadãos de Oliveira de Azeméis. Entendia e entendo que o momento era propício para que se fundamentasse mais uma reflexão sobre aquilo que foi e é o papel de cada um de nós nesta Assembleia do que propriamente entrar no domínio da política, diria ao seu mais baixo nível quando se pretende sistematicamente escamotear, denegrir, esquecer propositadamente algumas questões que a Dra. Helena Terra sabe que não são de esquecer. E nisto sublinho apenas dois aspectos da sua intervenção. Em primeiro lugar, deu os parabéns ao Prof. Carlos Alegria e muito bem, no empreendimento que lançou e está a levar a efeito em Palmaz, digno de todo o mérito, digno de todo o louvor. Porém, sabe, porque tem informação suficiente para isso que neste empreendimento também a Câmara Municipal é parceira nesse empreendimento e, portanto, esquecer-se deliberadamente do papel, ainda que seja menos importante do que aquele que é do promotor privado, é de facto entrar num caminho que eu não posso de maneira nenhuma concordar. Também ao nível da expressão de que, por exemplo, a A32 ou o IC2 Sul, que caso a Dra. Manuela Ferreira Leite tivesse ganho seria adiada ou não ser realizado, eu aqui lembro o debate que teve com o Francisco Louçã, do Bloco de Esquerda, e que espero que*

*o Eng.º Sócrates faça exactamente o contrário daquilo que lá ficou dito, que este empreendimento não fique esquecido na gaveta e, portanto, que venha ser realizado dentro daquilo que é o programa de acção do Governo. Portanto, gostaria de deixar aqui estas notas, para além de me referir naturalmente não há totalidade das obras que se realizaram ao longo deste mandato, porque delas já falamos muitas vezes e não vou de novo elencar todo um conjunto de obras que ficaram e ficam para a posterioridade, muito menos lamentar se elas vêm tarde ou se vêm cedo, vêm no momento que tiveram de vir, são obras de referência, são obras de que nos devemos orgulhar e, portanto, conseguem ter não só o pleno da adesão dos Oliveirenses como em alguns casos já conseguem conquistar pessoas de outros concelhos, nomeadamente de S. João da Madeira e de Vale de Cambra. E, portanto, nós estamos com este conjunto de obras que muito recentemente foram inauguradas e entraram em funcionamento, com um conjunto de infra-estruturas que pretendem proporcionar e proporcionam de facto melhor qualidade de vida e que se apresentam quer ao nível técnico, quer ao nível do aproveitamento das energias renováveis, como por exemplo no caso das piscinas municipais quer ainda o nível funcional como o que de melhor se faz no País. Estes dois equipamentos e as obras de requalificação dos espaços envolventes vêm complementar um significativo número de intervenções operadas no coração da cidade e em especial na designada zona escolar e desportiva que muito a dignificam. Surgem na sequência da construção do Centro de Formação Ápio Assunção, Praça da Cidade, Centro de Recursos da Escola Secundária Soares Basto, Biblioteca Municipal onde nos encontramos. Juntar-se-á ainda a obra que está a ser levada a efeito de alargamento da Rua Arantes de Oliveira, com a demolição de casas, entre as quais a da Churrascaria Africana e a casa dita do Senhor Cruz, rotunda com dimensão adequada, arranjos de passeios, colocação de separador central criando duas faixas dando continuidade com a mesma dimensão à Rua Aníbal Belega. Também como já aqui foi dito, entrou em funcionamento o Centro Escolar do Curval, a que se seguirão outros entretanto já em construção, como é o caso de Azagães que não fora as vicissitudes da empresa construtora, infelizmente a mesma que estava encarregada de construir o Centro de Saúde e este equipamento escolar também já estaria em funcionamento. Segue-se o Centro Escolar de S. Roque, cuja candidatura já foi aprovada e outros que dotarão Oliveira de Azeméis com boas condições na área da educação. Trata-se de obras de grande vulto, que envolvem vários milhões de euros, num esforço que eu aqui sublinho, não apenas do Governo, não apenas do Orçamento do Governo Central, não apenas do Quadro Comunitário de Referência, mas também e muito do Orçamento Municipal como alias não foi sublinhado pela Dra. Helena Terra e lamentavelmente às vezes dá a entender que este tipo de obras por vezes surgem por mera obra do acaso e não surgem, porque têm de facto antecedentes que levam muito trabalho e que levam também muito dinheiro. E, portanto, gostava de deixar aqui sublinhado que neste conjunto de intervenções temos de facto obra de que nos devemos orgulhar. Temos obra para que Oliveira de Azeméis e os Oliveirenses possam de facto usufruir, independentemente daquelas que podem ter sido construídas em concelhos vizinhos, porque com o bem ou o mal dos outros podemos nós bem. Portanto, fica aqui esta nota de referência em relação àquilo que tem sido de facto a acção meritória desta Câmara que só não vê quem não quiser ver. Estamos, portanto, no “Período de Antes da Ordem do Dia”, ainda que possa não ser a minha última intervenção, gostaria naturalmente de deixar aqui algumas reflexões que o momento me ocasiona. Em primeiro lugar sublinhar que durante estes quatro anos foi com muita honra, com muito gosto que liderei a Bancada do PSD e que tive a ajuda e a colaboração de todos, no sentido sempre e em qualquer circunstância da defesa dos interesses daqueles que nos elegeram, daqueles que depositaram em nós a sua confiança, que depositaram em nós a confiança de terem de facto um concelho melhor. Tudo fizemos para que isso assim acontecesse. Naturalmente não estivemos de acordo em algumas circunstâncias com a nossa Oposição,*

*particularmente com a visão por vezes, e eu aqui sempre sublinhei isso ao longo das minhas intervenções, de uma visão demasiado negativista, demasiado pessimista de alguma oposição presente nesta Assembleia. Não estivemos de acordo porque não tínhamos que estar. Porém, eu espero que tenham percebido que nada de pessoal me move ou me moveu ao longo deste mandato. Discuti ideias ou discutimos ideias políticas, porque de ideias políticas se trataram, sendo merecedoras naturalmente de alguma discordância, sendo também propósito de dizer que nós tínhamos um conjunto de ideias para desenvolver o concelho e que se materializaram em muitas daquelas obras que eu aqui já referi. Portanto, dizer que se porventura e em alguma circunstância eu ultrapassei algum limite, se porventura em alguma circunstância fui mais além do que as regras o ditavam, não tenho nenhum peso em dizer “peço desculpa” por essas circunstâncias. Fi-lo, como eu disse de devoção, de dedicação a uma causa que procurei defender o melhor que soube e o melhor que pude. E, portanto, fica aqui o meu testemunho e fica aqui também a minha intenção de continuar sempre e em qualquer circunstância, lá fora ou desempenhando as funções que me vierem a ser confiadas de pugnar pelo melhor para o meu concelho que por ele e para ele aqui estarei para o defender. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, que disse: ==*

*===== Boa tarde. Eu vou ser muito breve, é só um minuto. É a proposta de um voto de louvor pelo magnífico trabalho ao longo de muitos anos já, que um grande dirigente associativo e um grande treinador desportivo tem vindo a fazer no nosso Município, que culminou com que um dos seus atletas no último Campeonato Mundial, na vertente de atletismo e na vertente da maratona, tenha conseguido um magnífico nono lugar, o segundo lugar entre os Europeus. Refiro-me ao Paulo Ferreira, dirigente e treinador do Grupo Juvenil do Pinheiro da Bemposta. É tudo. Obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Arqt.º Jorge Rosa, do PSD. =====*

*===== Eu quase me esquecia que hoje é de facto a última vez que estou aqui nesta posição e não tinha nada preparado e nem queria falar, não estava a pensar falar sobre nada. Mas depois das intervenções de toda a gente não ficava bem se me fosse embora, para o lugar do Público, sem fazer esta intervenção. Foi com prazer que colaborei, ou tentei colaborar, com todos nestes quatro anos, ou nestes doze anos. Obrigado pela vossa simpatia, atenção e também pelas vossas desculpas se eventualmente faltei para com alguma coisa. Depois de ouvir falar do caminho-de-ferro e de algumas rotundas, e porque estou próximo da Junta de Freguesia e estive na Junta de Freguesia durante muito tempo, não podia passar sem me dirigir à Câmara Municipal e a esta Assembleia, no sentido de: é com vergonha que eu deixei passar de facto o protocolo com a REFER; tinha a obrigação de estar atento a algumas das situações que passaram mal nesta Assembleia, não o fiz, mas acho que ainda estamos a tempo de fazer alguma coisa. Passei em várias passagens de nível e foi com agrado que vi já a sua automatização quase efectuada, mas estou preocupado, porque estou a ver que a automatização em Fonte Joana está a ser feita e estou a ver que junto à Quinta do Forno em Cabo de Vila não está a ser feita. Das duas, uma: ou vamos ter mais uma via fechada na zona poente da cidade, o que é muito mau; ou então haverá outra solução, que se calhar não há, para a zona poente da nossa cidade. Além da indústria que lá está instalada, seria muito mau perdermos essa ligação entre Cabo de Vila e o lugar de Passos. Falaram de outras rotundas, ouvi o meu colega Isidro falar*

da beneficiação e no redesenhar da rotunda, nomeadamente da Arantes Oliveira, eu gostaria de facto que essa rotunda fosse redesenhada, da maneira que os trabalhos estão a decorrer não me parece que isso vá acontecer, mas gostaria que ela fosse redesenhada, tal como a rotunda junto ao Pingo Doce. É tardio o trabalho, as eleições são daqui a quinze dias, isso não vai acontecer. São bem-vindos todos os trabalhos que são feitos em final do mandato, mas serão todos bem-vindos em princípio de mandato. Seja quem for que cá esteja eu quero no próximo Setembro vir aqui congratular-me na posição do Público com a certeza de muitas pequenas coisas que têm sido esquecidas e que não deviam ser esquecidas. Por falar em esquecimento, ouvi a Dra. Helena Terra falar de músculo financeiro, todos sabemos que um bom músculo só funciona se tivermos uma boa estrutura, um bom esqueleto. A estrutura pode estar debilitada, pode estar magra, pode estar sem massa óssea, pode estar até a sofrer de osteoporose, mas é preciso trabalho muscular, é preciso exercício, ou seja, parabéns pelo que o Executivo conseguiu fazer, todas as obras que foram elencadas já aqui hoje, continuem a preparar o trabalho para que novas obras continuem a ser feitas no nosso concelho, tardias ou não precisam de ser feitas, é necessário fazê-las, é necessário aproveitar. Foi dito que o Governo da Oposição tem sido favorável ao investimento em Oliveira de Azeméis, por isso nos próximos dois anos vamos ter investimento em Oliveira de Azeméis, favorável na Câmara de Oliveira de Azeméis. Obrigado por tudo, muitas vezes dei sugestões, disponibilizei-me para colaborar com a Assembleia ou com a Câmara, continuo a dizê-lo que estou disponível para o que acharem importante da minha pessoa. E acho que em particular a questão das passagens de nível em todo o concelho de Oliveira de Azeméis era de bom senso que fosse trabalhado por um grupo de pessoas para que todos estejamos atentos às designações que vem no protocolo, que saibamos quais são os quilómetros a que se estão a referir e não deixemos passar pequenos problemas. E se ainda estamos a tempo vamos então picar todas as situações e não esquecer, por exemplo, que quem faz o caminho de Santiago a pé precisa de passar na passagem de nível que suponho que vai ser fechada em Macinhata da Seixa, junto ao Senhor da Ponte, espero que consiga passar na passagem de nível em S. Tiago perto da Ponte dos Salgueiros que espero que não seja fechada. Essa não? Não sei, da maneira como as coisas estão a decorrer, espero que não. Voltando a falar ainda dos caminhos de Santiago, se a A32 for passar pelo Centro Escolar do Curval, lá estamos novamente a estragar o pouco do património que temos. Se isso viesse a acontecer, eu não quero que isso aconteça, eu preferia, acho que Oliveira de Azeméis e se calhar o País e a Região não precisavam da A32, mas esta já foi a minha opinião expressa aqui neste lugar e continuarei enquanto não me convencerem do contrário da necessidade deste equipamento. Foi com prazer que em final de Julho e Agosto fiz duzentos e noventa quilómetros a pé, não entreguei nenhum euro por nenhum quilómetro a nenhuma instituição, mas estarei disponível se assim o acharem necessário para colaborar também com essas instituições. Mas o que eu estava a dizer “Perezinho”, uma freguesia pequena aqui bem perto foi dos sítios que me chamou a atenção pela manutenção e pela contribuição de dar alguma atenção ao caminho que só alguns malucos fazem com uma mochila às costas e com muito calor. Fi-lo com muito prazer, vou fazê-lo com certeza mais vezes e gostava que a nossa cidade não fosse uma má referência nos guias internacionais do nosso caminho mas fosse uma boa referência para isso. Assim, próximo Executivo da Câmara Municipal se for preciso ajuda em alguma coisa estou disponível para o fazer. Muito obrigado a todos, bom trabalho e saúde para todos pelo menos. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ápio Assunção, Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

=====  
 Realmente eu preciso de dar algumas explicações e esclarecimentos, embora pensasse que não viria para esta Assembleia tão carregada de política, porque já estou a começar a afastar-me de determinadas questões políticas. Eu não gostava de estar aqui a maçar de mais os Membros da Assembleia Municipal, mas a Dra. Helena Terra obriga-me a dizer-lhe algumas coisas sobre a obra feita. Se não conhece vai começar a conhecer e tome nota aí no bloco porque isso vai fazer-lhe falta no futuro. Quando falamos no Centro de Saúde e há bocado eu deixei passar o Centro de Saúde para não ser polémico, quero dizer à Assembleia que no Centro de Saúde setecentos mil euros são da Câmara Municipal e que já o investiu e o Centro não está feito, assim como o terreno para o Centro de Saúde foi oferta da Câmara Municipal, assim como também o projecto, que foi feito pelo Arqt.º Contreiras que estava no GAT em S. João da Madeira. Três esclarecimentos. Outro esclarecimento, por exemplo, o arranjo dos exteriores das piscinas e da zona desportiva ainda não tem candidatura, ainda não está aprovada a candidatura, ainda não recebemos um cêntimo desta candidatura. Sabemos que vamos receber mais tarde ou mais cedo, quanto, se vão cortar mais se não vão, sabemos o direito que temos, mas às vezes os direitos não são cumpridos. O pavilhão-oficina, que está ali construído e acabado e que já os alunos podem frequentar, tem uma participação que foi aprovada pelo Senhor Dr. Lino Ferreira, uma verba extraordinária numa deslocação que fez à Soares de Basto, são € 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros) e dentro de dias vêm estes duzentos e cinquenta mil euros, ainda não temos apoio mais nenhum embora haja uma candidatura e o programa para nos aprovar o financiamento do pavilhão. Mas também queria dizer outra coisa e a Senhora Dra. se calhar não sabe, porque não falou nisto. A Escola Soares de Basto tem efectivamente hoje um espaço de categoria, onde pode desenvolver até o ensino que hoje temos a nível de serviço de bar, inclusive a Câmara Municipal convida muito para virem fazer os cocktails e tudo isso nas piscinas, no pavilhão tudo isso. Para aquele investimento a Câmara pagou € 630.000,00 (seiscentos e trinta mil euros) para o espaço do café, o espaço da biblioteca e também para o auditório. Isto foi obra da Câmara Municipal, com certeza pouco meteu a Escola e a DREN. A pedonização foi uma obra com uma taxa de financiamento baixíssima, custou muito dinheiro à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Os comerciantes não foram muitos os que apresentaram candidaturas e isto estava pendente do número de comerciantes que se candidatavam a este programa. Mas eu com todo o respeito que tenho pelo meu amigo Ângelo Azevedo e não vou estar a falar de obras que fiz com ele, porque evito isso, quero dizer que trabalhamos muito em conjunto, inclusive fomos nós que fizemos o negócio do Caracas, mas foi no meu primeiro mandato que nós pagamos os duzentos e cinquenta mil contos. Eu não quero e não falei no número de pavilhões desportivos que foram apoiados pela Câmara Municipal, que abundam no nosso concelho: Pindelo, Carregosa, Ossela, etc.. Não vou estar a dizer mais nada, também ajudamos a NOZ e os polidesportivos da União Desportiva Oliveirense que foram investimentos que eu nem sequer falei. Eu acho que isto está aos olhos de toda a gente. E quando se fala que se fez tarde a Biblioteca, parece que se despreza um investimento como esta biblioteca, meus amigos apetece-me, só que tenho respeito por vocês todos, levantar-me e ir para casa. Há pessoas que não podem falar da maneira como falam, porque eu sou incapaz de amesquinhar seja quem for e quando eles têm razão. Era isto o que eu queria transmitir. =====

=====  
 Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

=====  
 Para terminar o “Período de Antes da Ordem do Dia”, a Dra. Helena Terra pediu a palavra para a defesa da honra, eu ia só chamar a atenção do seguinte: eu era para fazer uma intervenção inicial na Assembleia Municipal sendo esta a última, não o fiz e eu optarei por a

*fazer no final e peço que todos os Membros da Assembleia Municipal saibam respeitar o período que estamos a viver e que não façam confusões, porque ainda estamos no exercício de um mandato e vamos todos procurar terminá-lo com dignidade e merecermos também a confiança de todos, daquilo que fizemos até ao momento. Espero que isso assim decorra até ao final da Assembleia. Dra. Helena Terra, o Partido Socialista já ultrapassou em muito o tempo que tem destinado, mas para defesa da honra tem três minutos e eu pedia-lhe que, não querendo eu, nunca o fiz e não o queria fazer na Assembleia Municipal, cortar a palavra a ninguém, pedia-lhe que respeitasse os três minutos, tem depois o Prof. Isidro Figueiredo três minutos para dar explicações caso entenda. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Helena Terra, do PS, para defesa da honra. =====*

*===== Há uma coisa que eu tenho sempre o cuidado, é de vir absolutamente documentada de tudo aquilo que falo. Portanto, não vou usar da palavra para esse fim propositadamente para não obrigar o Senhor Presidente a na última Assembleia como ele prometeu, não gostar e ter que se levantar e ir embora. Relativamente ao Prof. Isidro, quero-lhe dizer que tenho muita pena que tenha acabado a última Assembleia Municipal como começou a primeira, ou seja, sem uma única ideia sobre política municipal para este concelho, sem uma única proposta sobre medidas de política municipal para este concelho, sendo exclusivamente aquilo que sempre foi, e digo-lhe isto com o máximo de respeito porque é um daqueles que nós só não jogamos à bola um porque não jogava ao mata, a outra porque não sabia jogar futebol, mas para lhe dizer que na escola onde andamos ambos não aprendemos a mesma coisa, porque o Senhor limitou-se a ser exclusivamente a Oposição da Oposição, desculpe-me que lhe diga e por isso é que teve a necessidade de falar hoje de política de baixo nível, repare que foi o Senhor que usou essa expressão, eu nunca o fiz. Agora quero-lhe dizer o seguinte: Prof., se calhar política de baixo nível sabe o que é que é? Política de baixo nível é, por exemplo, a propósito deste empreendimento não ter dito o seguinte e voltemos a Palmaz: a Câmara é parceira, é sim senhor, era o que mais faltava que não fosse no que toca aos compromissos que assumiu. Diga-me quanto é que a Câmara tem daquilo que é o seu orçamento de investimento, dinheiro para este investimento? A Câmara não tem, mas sabe o Estado tem. Quero-lhe dizer, provavelmente não sabe mas eu vou-lhe dizer, num investimento de 3,2 milhões de euros, em 31 de Agosto está aprovada uma comparticipação por via de QREN de dois milhões de euros. Sabia disto? Eu também não lhe falei disso, sabe porquê? Porque aquilo que há a louvar é a iniciativa privada do Prof. Carlos Alegria, no caso é do Prof. Carlos Alegria, porque se fosse o Senhor António da Costa para mim era rigorosamente a mesma coisa e o Executivo Municipal mais uma vez sente a necessidade não de ir atrás porque isso é normal, outra coisa estranho seria, mas de tentar apropriar-se de uma coisa que pertence exclusivamente à iniciativa privada. Isso é que eu acho estranho. Agora quanto a política de verdade e quanto a termos obras e quanto àquilo que eu me esqueci, eu quero dizer o seguinte: eu leio tudo com muita atenção, mesmo aquilo que surgem em alturas de propaganda política e que outra coisa não é e ao longo de todo este explanar de obra e custos de obra não tem uma única vírgula, nem um único algarismo para dizer quanto é que tem de comparticipação o valor total de todas e cada uma destas obras. Eu vou-lhe dar só um exemplo e isto serve para todos, nomeadamente para o Senhor Presidente da Câmara: piscinas municipais, meus caros amigos, 3,2 milhões de euros, tem 1,411 de FEDER, tem trezentos mil de Orçamento Geral do Estado. Portanto, meus caros amigos, eu quero-vos dizer o seguinte: ao longo de quatro anos não andei a mandar papaias. E quero dizer o seguinte: política de bom nível houve muita aqui, dou-lhe o exemplo da*

*Assembleia Municipal Temática que maior nível de discussão política teve, foi para discutir uma proposta de Plano de Urbanização para a Cidade apresentada pela equipa do Prof. Jorge Carvalho. Nessa altura, a Bancada que o Senhor representa, justiça seja feita pela enorme coerência que sempre teve quer se concorde quer não, o Senhor Arqt.º Jorge Rosa disse aquilo que lhe aprouve na altura e muito bem. V. Exa. em representação dessa Bancada disse “eferreá”, que bom que é esta proposta de Plano de Urbanização. Foi com essa mesma coerência que a mesma maioria que o Senhor representa uns dias depois pegou nessa coisa que era tão boa, meteu-a no lixo e custou umas centenas de milhares de euros, não sei se já pagamos mas alguém vai ter que pagar e a seguir adjudicou o mesmo estudo à Parque Expo por mais umas centenas de milhares de euros. Isto sim, é política de verdade. Eu quero-vos dizer uma coisa meus caros amigos, tenho pena mas isto não tem a ver com o período em que vivemos, isto é aquilo que eu sempre fiz, isto devia ser “temos dívidas”. Alguém sabe o que são cinquenta e três milhões de dívida? Era bom que parasse para pensar. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Isidro Figueiredo, do PSD, para dar resposta à defesa da honra feita pelo Senhor Dra. Helena Terra. =====*

*===== Eu sinceramente não percebo o porquê de um tom tão exaltado numa coisa que é tão simples de dizer e que é a seguinte: em primeiro lugar, ao contrário da Dra. Helena Terra eu tenho mais gente na minha Bancada que pode falar sem que eu tenha que intervir nesta Assembleia, felizmente gente qualificada. Eu acho que não vale a pena nós estarmos aqui numa discussão sem sentido. Lamento, é a única coisa que posso fazer, lamento esta intervenção da Dra. Helena Terra, que vai muito para além do que eu imaginava, desde o tom de voz, desde a forma como interveio acusando sistematicamente. Repare: nós estamos numa Assembleia de final de mandato. Eu não fui perfeito no exercício das minhas funções, aqui dentro, espero que não leve a sensação ou a ideia de que nunca falhou. Portanto, aquilo que lhe tenho que dizer é o seguinte: eu estou tranquilo, sereno e seguro relativamente à obra que foi executada pela Câmara Municipal e não tenho dúvidas nenhuma que foi gasto e bem gasto até ao último cêntimo o dinheiro de que dispunha para investir no concelho de Oliveira de Azeméis. A questão dos números, eu não sou obrigado a saber os números de cor, muito menos a trazê-los para aqui, até porque com a sua intervenção passou um atestado de menoridade a si própria, é que nós temos momentos próprios para falar em números, que são os momentos em que aprovamos as contas na Assembleia Municipal. Sabe disso tão bem quanto eu, sabe disso e, portanto, não venha com histórias, porque apresenta-as à Assembleia e nós aprovamos ou não. Sabe bem disso, estão lá todos os itens, ainda que isto lhe custe a aceitar, mas de facto é no momento próprio de prestação de contas que o faz, faz periodicamente e faz anualmente. Por muito que isso lhe custe é lá que está espelhado o exercício da Câmara Municipal. Portanto, eu só tenho a dizer para terminar o seguinte: estou convicto das minhas convicções, passo o pleonasma, e dizer que em circunstância nenhuma entendo que desvalorizando aquilo que é nosso, aquilo que é de Oliveira de Azeméis, aquilo que é acção no fundo de todos nós e daqueles que representamos porque nos elegeram, este sistemático denegrir é prejudicial para todos. E, portanto, eu faço-o com todo o gosto de falar pela positiva, de falar verdade, sem ter problema nenhum em assumir isso. Portanto, cá estarei, estou de corpo e alma até ao fim, até ao último minuto e não me venha com histórias de dizer que a minha função tem que ser aquela que gostaria que fosse. Eu sou como sou, exerci as minhas funções dentro daquilo que eu acho que é coerente comigo próprio e dentro da linha da defesa dos interesses, dos superiores interesses daqueles que me elegeram, a mim e a todos aqueles que estão naquela Bancada e que*

*representam essa arte substancial dos eleitores de Oliveira de Azeméis. Com muito gosto, com muita honra e cá estarei sempre com esse intuito e com essa convicção. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====*

*===== Vamos então terminar o “Período de Antes da Ordem do Dia”. Chegaram à Mesa dois votos, um de pesar e outro de louvor. Vamos votar primeiro o de louvor e fica o de pesar para final do “Período de Antes da Ordem do Dia”. O voto de louvor foi aquele que foi apresentado pelo Senhor António Grifo, que se prende pelo trabalho que tem vindo a ser desenvolvido ao longo dos últimos anos pelo treinador Paulo Ferreira, treinador de atletismo e que por acaso também é Membro da Assembleia Municipal, saudando e agradecendo esse facto e ilustrando esse facto com o último resultado no Campeonato do Mundo de Atletismo, com um atleta que foi o segundo melhor da Europa nesse mesmo Campeonato do Mundo. =====*

*===== Colocado à votação o voto de louvor ao treinador Paulo Ferreira, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal continuou: =====*

*===== Quanto ao voto de pesar, recebemos de diversas Bancadas, relativamente ao falecimento do sogro de um Membro da Assembleia Municipal, neste caso em concreto do sogro do Arqt.º Jorge Rosa que recentemente faleceu. =====*

*===== Colocado à votação o voto de pesar e minuto de silêncio pelo falecimento do sogro do Membro da Assembleia Municipal Arqt.º Jorge Rosa, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====*

*===== Fez-se um minuto de silêncio. =====*

*===== Após todas as intervenções e esclarecimentos dados, o Senhor Presidente da Mesa deu como terminado o “Período de Antes da Ordem do Dia”. =====*

*===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====*

*===== Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia. =====*

*===== **Ponto um:** Votação das actas n.ºs 34, 35, 36 e 37. =====*

*===== Foram presentes para aprovação as seguintes actas: n.º 34 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 27.02.2009; n.º 35 – 1.ª Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal Ordinária, realizada em 29.04.2009; n.º 36 – 2.ª Reunião da Assembleia Municipal Ordinária de 29.04.2009, realizada em 15.05.2009 e n.º 37 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 15.06.2009. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou o ponto número um à votação, sendo aprovadas por unanimidade as actas n.ºs 34, 35, 36 e 37. =====*

===== ***Ponto dois:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município. =====*

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as actividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para iniciar a discussão do ponto. =====*

===== *A situação financeira geral do Município reflecte a manutenção da tendência de reequilíbrio económico por via da aprovação e utilização do empréstimo de consolidação dos passivos financeiros a terceiros. No entanto, a situação encontra-se ainda condicionada pelas restrições decorrentes da Lei do Enquadramento Orçamental, Lei do Orçamento do Estado para 2009 e pela actual Lei das Finanças Locais, o que neste quadro legal implicará a redução de pelo menos 10% do montante que excede o limite do endividamento líquido total da Autarquia. Por outro lado, a actual crise económica e financeira, os fortes estrangulamentos orçamentais e o plano de saneamento aprovado levou-nos à definição de novos objectivos e medidas para 2009 em conformidade com o mesmo. Contudo, as dificuldades de contexto exigiriam por um lado maior exigência e rigor na sua execução e por outro, maiores dificuldades no cumprimento dos objectivos de gestão traçados para 2009. Para o efeito, poderá visualizar-se nos documentos anexos a evolução dos níveis de execução do Orçamento na componente da receita e despesa e das Grandes Opções do Plano Plurianual de Investimentos, bem como a situação sintética até ao momento baseada em dados, registos, lançados na contabilidade geral e de custos e de acordo com o POCAL. Obrigado. =====*

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Nuno Jesus. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Nuno Jesus, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca. =====*

===== *Boa tarde a todos, um cumprimento especial a todos e será seguramente a última vez que intervenho nesta Assembleia Municipal e não poderia deixar de referir isto. Sou dos elementos mais novos da Assembleia Municipal, gostei bastante destes quatro anos e estive aqui nestes quatro anos muito mais para aprender do que propriamente para ensinar, não só pela questão da idade mas também porque não reconheço a mim próprio se calhar bagagem para ensinar a ninguém o que quer que seja. Senhor Presidente da Assembleia, eu pedia alguma condescendência, eu ia largar a abrangência da minha intervenção, é relativa à actividade mas não tão específica em relação a esta última informação da Câmara. Não podia deixar de falar, é lógico, da freguesia que aqui represento. Senhor Ápio, uma palavra a si pessoalmente, antes mesmo daquilo que eu lhe vou dizer, a si e a todos os Vereadores, foi mesmo com muito prazer que trabalhei consigo, acho que apesar das nossas diferenças o nosso relacionamento institucional e até pessoal foi e continuará a ser muito bom. Mas, não posso deixar de aproveitar esta oportunidade para tecer aqui algumas situações, ou deixar aqui algumas*

*situações relativas à minha freguesia. Na última Assembleia falei aqui em três situações, na Rua do Outeiro parece-me que o Senhor não vai conseguir com que o projecto saia da gaveta antes de se ir embora, espero que os próximos que venham o façam sair da gaveta porque eu sei que ele está feito; relativamente à rotunda dos lacticínios, o Senhor prometeu-me naquela reunião que tivemos a seguir à última Assembleia que ela iria ser feita por administração directa até ao final do mandato, acho que também não o vai conseguir, espero que outros o façam; e, relativamente à Escola do Outeiro, está a andar com as parcerias normais e também com o aproveitamento das sinergias que nós temos em Travanca as coisas estão a andar e vão terminar bem graças a Deus. Relativamente à actividade da Câmara, há aqui alguns aspectos que eu gostaria de destacar e esses logicamente mais genéricos. Relativamente a Travanca, é com pena que eu digo aqui isto mas algumas das obras, essencialmente as que foram feitas por administração directa ou pela parte dos serviços da Câmara de Administração Directa, nenhuma foi suportada por inteiro pela Câmara, tivemos que ser nós Junta de Freguesia, na maior parte delas até irmos à frente. E depois, há aqui umas notas que eu tomei e o Senhor Presidente vai-me desculpar mas eu vou ter que as dizer cá, porque acho que foram os grandes pecados destes últimos quatro anos relativamente à minha freguesia. Eu peço desculpa aos outros colegas das outras Juntas de Freguesia, se calhar falarei de uma forma ampla, se acharem que não estou bem podem-me corrigir. Para mim esses pecados foram: primeiro, foi o corte dos 42,5%. E, Senhor Presidente, eu vou ter que lhe dizer uma coisa, a ser verdade isto que eu soube muito recentemente, acho que encerra alguma gravidade, que foi o facto de quando a Câmara decidiu cortar os 42,5% nas transferências para as Juntas de Freguesia, terá reunido antes com os Colegas do PSD e não os fez com os outros Colegas, ou seja, nos fomos apanhados nesse Orçamento. Acho que não estou a cometer nenhuma inconfidência. Outro pecado, e aqui peço desculpa aos Colegas se me estou a extrapolar além da freguesia de Travanca, é que aqui já se falou em muitas obras, mas foram quase todas elas na cidade, sem desprimor das obras, da cidade e da freguesia de Oliveira de Azeméis, mas acho que pelo menos nestes últimos quatro anos a freguesia de Travanca foi esquecida e de uma forma geral as freguesias foram um bocadinho esquecidas em algumas obras, se calhar de uma maior dimensão que haviam de ter sido feitas e não foram. E depois, Senhor Presidente, isso é uma verdade, o Senhor durante estes quatro anos, mesmo comigo, fez muitas promessas que muitas vezes não se concretizaram. Não discuto as razões da sua não concretização, mas é um facto, o Senhor prometeu muito e não fez aquilo que prometeu. Eu peço desculpa se me extrapolei ou se indiquei algum dado menos correcto, não é por mal. Vou terminar a minha intervenção dizendo mais uma vez que foi com gosto que estive aqui estes quatro anos, acho que nestas coisas na realidade aquilo que nos une em algumas circunstâncias e alguns pormenores é o que nos divide, mas aquilo que nos une é muito superior a isso. Agradeço a todos, aquilo que todos de uma forma, ou de outra forma, me ensinaram. Volto a afirmar que aprendi e não ensinei e peço desculpa se em algum momento também fui incorrecto na forma de me exprimir. Obrigado e um bem-haja a todos. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Eu penso que não tenho nada a explicar, o mandato pode ser criticado, as obras podem ser criticadas. =====*

*===== A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento da referida informação.*

===== **Ponto três:** *Regulamento da Componente de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Município de Oliveira de Azeméis – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A Câmara Municipal, em reunião ordinária de 9 de Junho de 2009, deliberou aprovar a proposta de alteração ao “Regulamento da Componente de Apoio à Família nos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar do Município de Oliveira de Azeméis”, ao abrigo designadamente do disposto nos art. 73º, 74º, 75º, 112º e 241º da Constituição da República Portuguesa, conjugado com o n.º 6 do art. 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro; art. 13º, n.º 1 alínea d), artigo 19º n.º 1 alínea a), n.º 3 alíneas b), d) e e) da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; art. 13º da Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro; n.º 2 do art. 3º e n.º 10º do art. 32º do Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho, da Portaria n.º 583/97, de 1 de Agosto; Despacho conjunto nº 300/97, de 9 de Setembro; e art. 118º do Código do Procedimento Administrativo e da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro; - Atenta a audiência dos interessados, foi consultada a Federação de Associação de Pais do Concelho de Oliveira de Azeméis (F.A.P.C.O.A), os Agrupamentos de Escolas e as Escolas/Jardins-de-infância, estas últimas através da Plataforma de Comunicação com as Escolas; em 17 de Junho de 2009, foi o mesmo enviado para publicação no Boletim Municipal; - Constatou-se que, após conferência dos prazos, foram cumpridos os normativos legais sobre a audiência dos interessados; - Foram apresentadas sugestões pelas entidades consultadas, nomeadamente por via telefónica, bem como nas reuniões com responsáveis da educação; - Na sequência destas sugestões foram realizadas algumas correcções formais, mais concretamente: Foi acrescentado no artigo 9º o ponto sete; “**A aceitação destes alunos para frequência completa no tempo de interrupção lectiva dependerá da capacidade do serviço para acolher mais crianças em tempo de férias, de acordo com a lotação máxima estabelecida**”. Foi acrescentado no artigo 10º o ponto quatro “**O projecto anual de actividades para a Componente de Apoio à Família deverá ser apresentada ao Conselho Pedagógico para inclusão no Plano Anual de Actividades de cada Agrupamento**”. Foi acrescentado no artigo 12º o ponto dez; “**Só têm acesso ao serviço completo no período de interrupção lectiva as crianças inscritas na totalidade do prolongamento durante o ano lectivo. No caso de estarem inscritas apenas num dos períodos do dia e pretenderem usufruir do dia completo nesse período, poderão usufruir do serviço, caso haja vaga, pagando o valor máximo previsto para a mensalidade.**” - que os acréscimos não alteram substancialmente o conteúdo da proposta do projecto inicial. Em face do exposto, propõe-se que: - A Câmara Municipal delibere dar a sua anuência ao presente Regulamento, bem como submetê-lo à Assembleia Municipal para a devida aprovação, - Se determine a posterior publicação no Diário da República e publicitação do referido Regulamento nos termos do art.º 91º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro; - Este regulamento substitua e torne sem efeito todas as outras normas e regulamentos aprovados para o efeito.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Considerando as atribuições do Município no domínio da Educação; considerando que a componente de apoio à família é uma tarefa de grande importância, constituindo um factor de desenvolvimento, equilíbrio individual e comunitário com impactos futuros para a realização pessoal e social dos indivíduos; considerando que é objectivo*

*primordial do Município proporcionar actividades para além das cinco horas diárias, nomeadamente no que respeita ao fornecimento de refeições e prolongamento de horário, bem como actividades durante as interrupções lectivas, para o primeiro ciclo do ensino básico e educação pré-escolar, visando adequar a resposta educativa à organização e necessidades das famílias, propõe-se a aprovação do presente regulamento, que estabelece as normas que regularão esta actividade. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o Regulamento da Componente de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Município de Oliveira de Azeméis. =====*

*===== **Ponto quatro:** Regulamento para Atribuição de Auxílios Económicos aos alunos do Ensino Básico do Município de Oliveira de Azeméis – Aprovação. =====*

*===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A Câmara Municipal, em reunião ordinária de 5 de Maio de 2009, deliberou aprovar a proposta de “Projecto de Regulamento para Atribuição de Auxílios Económicos aos Alunos do Ensino Básico do Município de Oliveira de Azeméis”, ao abrigo designadamente do disposto nos art. 73º, 74º, 75º, 112º e 241º da Constituição da República Portuguesa, conjugado com o n.º 6 do art. 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro; art. 13º, n.º 1 alínea d), artigo 19º n.º 1 alínea a), n.º 3 alíneas b), d) e e) da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; art. 13º da Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro; n.º 2 do art. 3º e n.º 10º do art. 32º do Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho e art. 118º do Código do Procedimento Administrativo e da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro o Decreto-Lei n.º 55/2009 de 2 de Março de 2009; - Foi feita a audiência dos interessados; - Que foi consultada a Federação de Associação de Pais do Concelho de Oliveira de Azeméis (F.A.P.C.O.A), os Agrupamentos de Escolas e as Escolas/Jardins-de-infância, estas últimas através da Plataforma de Comunicação com as Escolas; em 6 de Maio de 2009, foi o mesmo enviado para publicação no Boletim Municipal; - Constatou-se que, após conferência dos prazos, foram cumpridos os normativos legais sobre a audiência dos interessados tendo sido recebida apenas uma sugestão para alteração dos prazos, nomeadamente o prazo indicado no ponto 3º do artigo 9º que passará a ser até ao dia 30 de Setembro para efeitos de transferência das verbas. Face ao exposto, propõe-se que: - A Câmara Municipal delibere dar a sua anuência ao presente Regulamento, bem como submetê-lo à Assembleia Municipal para a devida aprovação; - Se determine a posterior publicação no Diário da República e publicitação do referido Regulamento nos termos do art.º 91º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro; - Este regulamento substitua e torne sem efeito todas as outras normas e regulamentos aprovados para mesmo fim”. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Competindo à Câmara Municipal, no âmbito do apoio a actividades de interesse municipal, prestar apoio a estratos sociais desfavorecidos pelos meios adequados, bem como deliberar em matéria de acção social escolar, designadamente no que respeita à alimentação,*

*alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes, propõe-se a aprovação do presente regulamento que vem estabelecer as normas de atribuição de auxílios económicos aos estudantes que frequentam estabelecimentos públicos do ensino básico, particulares e cooperativos em regime de contrato de associação do nosso Município, independentemente da sua naturalidade ou nacionalidade. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o Regulamento para Atribuição de Auxílios Económicos aos alunos do Ensino Básico do Município de Oliveira de Azeméis. =====*

*===== **Ponto cinco:** Escola EB 2,3 de Fajões/ Secundária – Proposta de isenção de pagamento de taxa para ligação de água – Aprovação. =====*

*===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “A Escola EB 2,3 de Fajões passou recentemente a Escola Secundária, estando a ser alvo de obras de melhoramento. Nesse contexto foi solicitada uma ligação de água para a execução das obras, tendo os responsáveis do Agrupamento solicitado a isenção do pagamento da respectiva taxa no montante de € 577,38 (quinhentos e setenta e sete euros e trinta e oito cêntimos). Assim, propõe-se a isenção solicitada, pelas razões apontadas e dado que o Agrupamento tem colaborado com o Município no âmbito da melhoria das condições das escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância.”*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Face à necessidade da Escola fazer a ligação da água, foi-nos pedida esta autorização da isenção de pagamento e eu penso que a Câmara Municipal aprovou e bem, isentou as taxas. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

*===== **Ponto seis:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EBI de Arroiteia (EBI Maria Godinho), freguesia de Nogueira do Cravo, para a construção de uma biblioteca no logradouro da escola – Autorização. =====*

*===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Educação, Tempos Livres e Acção Social Escolar consignadas designadamente, nas alíneas d), f) e h) do no n.º1 do art. 13º, art.19º, art. 21º e art. 23º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - As competências em matéria de planeamento gestão dos equipamentos educativos, designadamente, no domínio da construção, apetrechamento e manutenção dos Estabelecimentos Escolares do Ensino Básico, e do apoio ao desenvolvimento de actividades complementares de acção educativa – previstas na alínea b) do n.º1, e n.º3, alínea e) do art. 19.º do citado diploma; - Que a implementação do Programa “Escola a Tempo*

*Inteiro” requer que o tempo curricular das turmas decorra, preferencialmente, em regime normal, entre as 9h e as 15h 30m, devendo cada turma ter a sua sala de aula. - Que a escola EBI Maria Godinho, possui apenas três salas de aula utilizáveis pelas quatro turmas existentes, por força da instalação de uma biblioteca escolar numa das salas. - Que as associações de pais são parceiros do Município no esforço de criação de condições e contextos mais adequados ao sucesso educativo das crianças, concretizando plataformas de colaboração, articulação e apoio à educação, no sentido da potencialização de recursos e da mobilização da sociedade civil; - A Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EBI Maria Godinho na freguesia de Nogueira do Cravo tem condições e possui capacidade para promover a construção de uma sala em falta na referida escola, propõe-se: A aprovação da minuta do Protocolo com a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EBI de Arroteia (EBI Maria Godinho) - Nogueira do Cravo, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins, para prestar os devidos esclarecimentos.* =====

===== *Muito boa tarde para todos. Este ponto trata apenas o seguinte: a Escola da Arroteia era uma escola que tinha falta de uma sala de aulas. Como sabem as escolas neste momento terão que ter uma sala por ano de escolaridade para que não haja nem desdobramentos, nem vários níveis de ensino na mesma sala. Esta escola tinha menos uma sala, porque uma das quatro salas foi ocupada pela biblioteca. Nós tínhamos este ano programado dividir o espaço de refeitório e OTL porque é um espaço bastante grande, tínhamos programado nas obras das férias criar uma parede e fazer lá a sala. A Associação de Pais, que tem sido muito dinâmica, entendeu e queria algo mais e propôs à Câmara que se fizesse um aumento, mais um aumento naquela escola, a Câmara aceitou, aprovou tecnicamente e comparticipa em 50% esse aumento. O que vem aqui é esse protocolo para essa comparticipação.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EBI de Arroteia (EBI Maria Godinho), freguesia de Nogueira do Cravo, para a construção de uma biblioteca no logradouro da escola.* =====

===== **Ponto sete:** *1.ª Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EBI de Arroteia (actual EBI Maria Godinho), freguesia de Nogueira do Cravo, para melhoramento da rede de electricidade – Autorização. =*

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando que: - Em 22 de Novembro de 2006, foi aprovado em reunião de Câmara o protocolo de colaboração com a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EBI de Arroteia -*

*Nogueira do Cravo, actual EBI Maria Godinho. - Se torna necessário proceder a algumas alterações ao referido protocolo, propõe-se: A aprovação da minuta da Adenda ao citado Protocolo com a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EBI de Arroiteia - Nogueira do Cravo, em anexo; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins, para prestar os devidos esclarecimentos.* =====

===== *Esta adenda ao protocolo é apenas a regularização de uma situação antiga. No passado houve um protocolo com esta Associação de Pais, mais uma vez de colaboração, tem havido muita colaboração da Associação de Pais, em que a Associação se propunha fazer melhoramentos em termos da parte eléctrica. Como os melhoramentos foram feitos pela e o dinheiro acabou por não ser gasto, foi a Câmara que o gastou e acabou por fazer. É uma situação muito semelhante ao que aconteceu, por exemplo, em S. Tiago de Ribas-Ul, na Ponte. A Associação não aplicou esse dinheiro como tinha destinado para isso, quis aplicá-lo noutra coisa. Legalmente não devemos nem temos justificação para o aplicar noutra coisa sem fazer esta adenda ao protocolo. O que vem aqui é apenas essa regularização, o dinheiro da Associação de Pais ficou noutros melhoramentos e não naquele.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração da 1.ª Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EBI de Arroiteia (actual EBI Maria Godinho), freguesia de Nogueira do Cravo, para melhoramento da rede de electricidade.* =====

===== **Ponto oito:** *Protocolo de colaboração celebrado com a Escola Secundária Soares de Basto e Cátia Sofia Correia Ferreira, no âmbito das actividades da prática profissional (estágio) – Autorização/ Ratificação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta que: - A Prática Pedagógica visa essencialmente promover o contacto com situações profissionais reais, a fim de permitirem experiências que potenciem a aplicação e integração dos diversos conhecimentos adquiridos. - Em 19 de Junho de 2009, foi entre o Município de Oliveira de Azeméis, a Escola Secundária Soares de Basto e Cátia Sofia Correia Ferreira (na qualidade de estagiária), celebrado protocolo de colaboração, no âmbito das actividades da prática Profissional (Estágio), propõe-se: - A ratificação do referido Protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, ao abrigo do disposto no artigo 137º do CPA, bem como de todos os actos entretanto praticados, com efeitos às datas em que os mesmos respeitem ou foram praticados; - Que o mesmo seja remetido à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Podemos falar deste e do ponto seguinte, porque trata-se da mesma matéria que é autorizarmos e ratificarmos a possibilidade de uma aluna Cátia Ferreira da Escola Soares de Basto fazer o estágio na Câmara Municipal e de um aluno do Instituto Superior Politécnico de GAYA também fazer um estágio na Câmara Municipal.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar/ ratificar o protocolo de colaboração celebrado com a Escola Secundária Soares de Basto e Cátia Sofia Correia Ferreira, no âmbito das actividades da prática profissional (estágio).* =====

===== **Ponto nove:** *Protocolo de colaboração a celebrar com ISPGAYA – Instituto Superior Politécnico de GAYA, no âmbito das actividades da prática profissional (estágio) – Autorização/ Ratificação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Em reunião de Câmara de 14 de Julho de 2009, foi ratificado o protocolo de colaboração celebrado com ISPGAYA- Instituto Superior Politécnico de Gaya, celebrado em 19 de Março de 2009, para realização de estágio pelo aluno Armando Miguel Freitas Alves do 1º Ciclo em Administração Pública (Conforme consta do Protocolo e acta adicional), e não em Animação social, como por mero lapso, ficou mencionado na proposta. Proponho: - A rectificação da proposta, nos termos expostos”.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar/ ratificar o protocolo de colaboração a celebrar com ISPGAYA – Instituto Superior Politécnico de GAYA, no âmbito das actividades da prática profissional (estágio).* =====

===== **Ponto dez:** *1.ª Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Freguesia de Ossela, para concretização dos objectivos da “Escola a Tempo Inteiro” – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - em 19 de Dezembro de 2006, foi aprovado, em reunião de Câmara, o Protocolo de colaboração entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Freguesia de Ossela, o qual veio a ser autorizado por deliberação da Assembleia Municipal de 29 de Dezembro de 2006, com o objecto do fornecimento de refeições aos alunos das escolas e a implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular no âmbito da escola a tempo inteiro. - A rede escolar da freguesia sofreu reajustamentos sensíveis, os quais implicam alterações nas necessidades de apoio socioeducativo. - Deixou de se verificar a necessidade de apoio no tempo de refeição por parte da Junta de Freguesia, uma vez que este serviço passou a ser assegurado directamente pelo Município na EBI de Selores e pela Comossela na EBI de Sto António, propõe-se: A aprovação da 1ª adenda ao referido protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.”* =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Com a freguesia de Ossela, como temos tido com outras, tem havido sucessivamente protocolos de entendimento e cooperação. O que se passa aqui, esta adenda ao protocolo, é que no passado a própria Junta de Freguesia é que fornecia as refeições, a partir de agora passamos nós a fornecer refeições e há aqui apenas uma continuidade de colaboração, que é uma funcionária em meio-tempo que é cedida pela Junta de Freguesia para fazer o seu acompanhamento. Em vez de estarmos a contratar uma pessoa a meio-tempo que era um pouco mais complicado, a Junta de Freguesia fá-lo e fazemos o pagamento à Junta de Freguesia. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração da 1.ª Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Freguesia de Ossela, para concretização dos objectivos da “Escola a Tempo Inteiro”. =====

===== **Ponto onze:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Escola de Dança Meia Ponta – Ensino Artístico, Lda., para desenvolvimento da área da dança no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico – Autorização. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Educação e Cultura, consignadas designadamente, nas alíneas d), e e) do n.º1 do art. 13º, art.19º e art. 20º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - A publicação de diplomas que instituem e regulamentam o Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular AECs) no 1º Ciclo do Ensino Básico e o novo conceito de “Escola a Tempo Inteiro” criado pelo Ministério da Educação, designadamente o Despacho nº 14460/2008 do Ministério da Educação, que dá continuidade ao estipulado no despacho 12591/2006; - Que a introdução da área da dança no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular se revestiu de grande sucesso, o que levou a que mais agrupamentos optassem pela oferta desta área. - Que foram apresentadas duas candidaturas a parcerias para o desenvolvimento da área da dança, ambas com mérito e capacidade para a execução do projecto. - Que a Escola de Dança Meia Ponta – Ensino Artístico Lda. tem vindo a demonstrar apetência para a formação de jovens, capacidade organizativa e interesse no Desenvolvimento de Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º ciclo, evidenciadas na candidatura específica, aprovada para efeitos de estabelecimento de parceria neste âmbito. - Que a candidatura foi aceite de acordo com os parâmetros aprovados em reunião de Câmara com o objectivo da selecção de parceiros responsáveis pela coordenação e leccionação da área de Dança no âmbito das AECs no 1º Ciclo do Ensino Básico, propõe-se: - A aprovação da minuta do protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a estabelecer com a Escola de Dança Meia Ponta – Ensino Artístico Lda.; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins, para prestar os devidos esclarecimentos.* =====

===== *O ponto onze e doze têm a ver como as actividades de enriquecimento curricular. Em relação ao onze é um protocolo com a Escola de Dança Meia Ponta. Acontece que a dança hoje já é muito procurada nos agrupamentos, nas escolas. O ano passado tivemos o protocolo apenas com uma escola de dança, porque eram muito poucas as turmas, fizemos selecção e ganhou uma outra escola. Neste momento, como isto alargou há condições para que haja as duas escolas em funcionamento, as duas escolas aqui de Oliveira de Azeméis e, portanto, o protocolo é com a outra que já faltava, já existia um protocolo com a Ana Luísa Mendonça, agora o segundo protocolo é com a Escola de Dança Meia Ponta. No outro ponto, é outro protocolo com outra organização a “Associação Ciência em Mãos” e que tem a ver com o desenvolvimento de actividades relacionadas com ciência e tecnologia, concretamente com a física. Este protocolo e estas actividades são muito interessantes e muito importantes para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças a níveis que não eram muito vulgares no 1.º Ciclo. Podemos dizer que neste momento, para além do inglês, da música e da educação física, temos um conjunto bastante alargado de escolhas e as escolhas são feitas por cada escola, por cada agrupamento, mas há um leque bastante alargado de actividades que as escolas podem escolher e aqui com estes dois protocolos é apenas possibilitar o alargamento dessas escolhas.*

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Escola de Dança Meia Ponta – Ensino Artístico, Lda., para desenvolvimento da área da dança no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico.* =====

===== **Ponto doze:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação “Ciência em Mãos – Associação para o desenvolvimento de competências em Ciência e Tecnologia, Matemática, Robótica e Educação, para desenvolvimentos de AEC’s no 1.º Ciclo – Autorização;*

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Educação e Cultura, consignadas designadamente, nas alíneas d), e e) do n.º1 do art. 13º, art.19º e art. 20º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - A publicação de diplomas que instituem e regulamentam o Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular (AECs) no 1º Ciclo do Ensino Básico, e o novo conceito de “Escola a Tempo Inteiro” criado pelo Ministério da Educação, designadamente o Despacho nº 14460/2008 do Ministério da Educação, que dá continuidade ao estipulado no despacho 12591/2006; - Que alguns dos agrupamentos manifestaram interesse em desenvolver a área de ciências exactas em algumas turmas, no âmbito do seu projecto educativo; - Que a Associação “Ciência em Mãos – Associação para o desenvolvimento de competências em Ciência e Tecnologia, Matemática, Robótica e Educação”, tem vindo a demonstrar apetência para a formação de jovens, capacidade organizativa e interesse no Desenvolvimento de Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º ciclo, na área das Ciências exactas e robótica, evidenciadas pelo trabalho já realizado noutros municípios vizinhos. - Que o projecto apresentado pela*

*Associação Ciência em Mãos vai ao encontro dos interesses manifestados e apresenta consistência e interesse lúdico-pedagógico por incentivar o desenvolvimento de competências que podem ser transferíveis para o trabalho curricular. – Que esta Associação tem um carácter único pelo facto de ter o apoio exclusivo da “Lego” para a formação, e para o material a que recorre para a construção de experiências de aprendizagem significativas relacionadas com a aprendizagem da matemática, física e química na faixa etária do primeiro ciclo, propõe-se: - A aprovação da minuta do protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a estabelecer com a Ciência em Mãos – Associação para o desenvolvimento de competências em Ciência e Tecnologia, Matemática, Robótica e Educação”; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.”* =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Associação “Ciência em Mãos – Associação para o desenvolvimento de competências em Ciência e Tecnologia, Matemática, Robótica e Educação, para desenvolvimentos de AEC’s no 1.º Ciclo. =====

===== **Ponto treze:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Universidade de Aveiro, para dotar a “Escola Superior de Design, Gestão e Tecnologias da Produção de Aveiro-Norte”, de instalações definitivas, bem como de equipamentos, incluindo a unidade laboratorial de interface com as empresas – Autorização. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando - a importância da criação da ”Escola Superior de Design, Gestão e Tecnologias da Produção de Aveiro-Norte”, no concelho de Oliveira de Azeméis, - a necessidade de dotar a mesma, de instalações definitivas, capazes de albergar os equipamentos adequados para levar a cabo as actividades que estiveram previstas aquando da sua criação, e que fazem parte da sua missão; Propõe-se: - Ao abrigo da alínea f) do n.º2, alínea b) nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que seja aprovada a minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com a Universidade de Aveiro, que visa conjugar esforços para dotar a ”Escola Superior de Design, Gestão e Tecnologias da Produção de Aveiro - Norte”, de instalações definitivas, bem como de equipamentos, incluindo a unidade laboratorial de interface com as empresas; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º do mesmo diploma.” =

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Através do presente protocolo, estabelecem-se as condições necessárias ao desenvolvimento do projecto para a construção do “Campus Universitário” da Escola Superior Aveiro-Norte, cuja localização será no terreno já disponibilizado pelo Município para o efeito, designado como Quinta do Comandante, localizado na freguesia de Santiago de Riba-Ul. O protocolo será assinado amanhã. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Dr. Isidro Figueiredo, Dra. Helena Terra e Dr. Vieira Dias. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Isidro Figueiredo, do PSD. =====

===== Neste ponto da Ordem de Trabalhos vamos discutir o protocolo a celebrar com a Universidade de Aveiro e lembrar que de facto o ensino superior é já uma aposta ganha no concelho de Oliveira de Azeméis e é um dos eixos estratégicos do desenvolvimento do nosso concelho. E, portanto, começaria por lembrar o assinalável êxito da Escola Superior da Cruz Vermelha de Oliveira de Azeméis, que já está na sua segunda fase de implementação e que levará a que a Escola de Enfermagem se transforme a curto prazo numa Escola Superior de Saúde com um leque mais diversificado de ofertas formativas. O projecto da Escola Superior Aveiro Norte e eu lembro-me perfeitamente dos primeiros passos que foram dados aqui em anterior Assembleia Municipal, que foi acarinhado desde o início quer por essa Assembleia Municipal e todos os Grupos com representação política nesse Órgão Municipal e também pela Câmara Municipal. É um projecto ambicioso de expansão da Universidade de Aveiro Norte do Distrito, apresentado um conjunto de cursos vocacionados para responder ao tecido empresarial do concelho, bem como de concelhos vizinhos, mas é também uma oferta formativa para todo o País com alunos que nos procurarão e que aqui se instalarão criando mais-valias para o nosso concelho. Ora, para que o projecto de ensino politécnico desenvolvido e a desenvolver pela Escola Superior de Design, Gestão e Tecnologias da Produção de Aveiro Norte e para que seja consistente e se imponha naturalmente, é importante fazer-se o que o protocolo prevê, ou seja, depois da Câmara ter adquirido a Quinta do Comandante com essa finalidade importa também encontrar os meios financeiros colocados à sua disposição para que construam um “Campus Universitário” com as devidas infra-estruturas e também com as vias de acesso necessárias. É nesse sentido que eu aponto este protocolo a celebrar com a Universidade de Aveiro e, portanto, como achamos que é pertinente merece naturalmente a nossa aprovação. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Helena Terra, do PS, que disse: =====

===== Antes de mais referir o seguinte: este espaço vulgarmente e assim conhecido por todos como Quinta do Comandante, situado na freguesia de S. Tiago de Riba-Ul, a decisão política de o adquirir foi tomada, salvo erro, há doze anos atrás. E, portanto, queria a este propósito tecer as seguintes considerações: depois da decisão política tomada e do meu ponto de vista e bem, aliás ao tempo eu era Vereadora da Câmara Municipal, na Oposição é certo, mas exercendo o meu direito de voto votei favoravelmente a aquisição deste espaço por parte do Município para este efeito, pena é que tenha entretanto decorrido doze anos sem que nós tenhamos tido nenhum tipo de preocupação acrescida daquilo que é a decisão de instalar neste sítio um novo Pólo da Universidade de Aveiro Norte. O que é que eu quero dizer com isto? Já aqui foi referido hoje da importância de se pensar de forma integrada na instalação deste Pólo Universitário, por um lado com a construção de um eventual “Campus Universitário” nesta zona; a necessária rede de acessibilidades para este fim, mas eu queria lembrar de um outro assunto de não menor importância, bem pelo contrário. Nós andamos há tempo demais para que nós tenhamos dois instrumentos de regulação daquilo que é uma vez por todas a utilidade e a utilização do território do nosso concelho em geral e, portanto, falo naturalmente do PDM e do

*PU mas sobretudo, e porque é desta matéria que estamos a falar, do Plano de Urbanização. Ora bom, é evidente, aliás para isso aponta entre outros documentos estruturantes para se pensar no futuro deste concelho o Plano de Desenvolvimento Económico que uma equipa recrutada para o efeito apresentou a pedido da Câmara Municipal ao Município, ou seja, a expansão do ensino de nível universitário, com respostas adequadas ao tecido industrial e empresarial que temos hoje, com uma forma de promover e potenciar o crescimento da criação de riqueza, obviamente que parece-me que isto não merece nenhum tipo de reparo a ninguém. A questão é a seguinte: isto impõe que tomemos medidas paralelas a estas sob pena de uma vez mais ficarmos mancos, ou seja, nós temos que: Por um lado, precisamos de uma Escola Superior de Design, Gestão e Tecnologias de Produção e se calhar precisávamos também de uma vertente, mas isto quem vier a seguir verá, é o meu ponto de vista, é uma vertente de Marketing de Comércio e Produção Industrial, porque uma aposta no design é de todo importante para uma parte do tecido industrial que temos no nosso concelho. Pensemos, por exemplo, na indústria do calçado, onde das duas uma: ou nós produzimos calçado e componentes dessa área com um enorme valor acrescentado; ou jamais conseguiremos competir com as chamadas novas economias emergentes da Europa e sobretudo com aquilo que são o potencial de mercado asiático e de mercado indiano. Boa aposta. Por outro lado, a aposta nas novas tecnologias, se pensarmos que temos um enorme número de empresas ligadas ao sector tecnológico, falo por exemplo na indústria dos moldes, metalomecânica, da indústria dos componentes vários para a indústria automóvel. Mas há uma outra coisa, uma outra lição que nós temos que aprender e portanto deixo o repto para quem vier a seguir, se for eu logo se vê, se não for o repto fica na mesma porque não sou egoísta, que é o facto de pensarmos na necessidade que o Município tem que ser o motor daquilo que é o potencial do seu tecido económico. Hoje aquilo que tem potencial e valor acrescentado do ponto de vista industrial vende, mas vende sobretudo se tiver operações de marketing e de mercado onde se imponha, há quem já tenha optado por uma coisa chamada marca Portugal, aquilo que é o produto da indústria do calçado. Porquê? Porque nas feiras internacionais era muito bom, mas quando chegava à altura de se vender não se vendia, porque que chatice não é “made in Italy”. E, portanto, das duas uma: ou nós afirmamos o nosso País e o nosso potencial nacional com uma marca própria e também como um factor de valor acrescentado daquilo que produzimos; ou teremos muitas dificuldades de nos implantar num mercado cada vez mais global e num mercado onde relativamente aos baixos factores de produção de baixa produtividade, passo o pleonasma, nós jamais seremos capazes de competir. Portanto, em primeiro lugar este desafio do eventual acréscimo de uma outra área de formação. Por outro lado, o seguinte: nós queremos com isto criar potencial para apoio e para auxílio ao nosso tecido empresarial, mas acho que não devemos querer só isto, devemos ser mais ambiciosos. Já temos na área do ensino da Saúde, uma Escola Superior em Oliveira de Azeméis e porque não pensarmos que nesta área nós podemos funcionar com um enorme factor de atractividade para jovens que venham doutros pontos do País e que acabam por querer afixar-se em Oliveira de Azeméis. Para isto o que é que é necessário? Em primeiro lugar, que a seguir à Universidade possam ter em Oliveira de Azeméis mercado de trabalho e para que tenhamos mercado de trabalho para lhes oferecer é forçoso que nós de uma vez por todas apostemos em criar estruturas para atrair novo empreendedores, porque só com o mercado de empreendedores que temos, não obstante ser do melhor que temos no nosso concelho, se calhar não conseguíamos criar um conjunto tão grande de atractivos. Por outro lado, eles para se fixarem cá não basta só que tenham trabalho, é preciso que lhes sejam oferecidas condições de vida, que as levem a tomar essa decisão, porque toda a gente vive bem e escolhe viver onde está bem. E, portanto, um dos instrumentos fundamentais para isso é que nós de uma vez por todas definamos o nosso Plano de Urbanização, quer para isto, quer para aquilo que vai ser o*

*potencial de crescimento que nós vamos ter que criar para esta zona, no caso da freguesia de S. Tiago de Riba-Ul. E, portanto, isto tudo para dizer: a minha vénia para isto naturalmente, comecei por dizer que votei favoravelmente a aquisição deste equipamento há doze anos atrás para este fim, temos é que hoje pensar isto de forma integrada, porque doze anos decorridos sobre a aquisição deste equipamento para este fim não fomos criando, do ponto de vista infra-estrutural, aquilo que já podíamos ter criado para aumentar a qualidade de vida, para que hoje aquando a instalação efectiva deste equipamento já lá tivéssemos aquilo que vamos ter que levar a seguir, ou seja, isto uma vez mais chama-se “tentar, quando vamos pôr os bois no carro que o carro não seja só carro mas já tenha rodas e tenha já o resto dos equipamentos que são necessários para que ele possa andar”. Muito obrigado. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi concedido o uso da palavra ao Senhor Dr. Vieira Dias, do CDS/PP. =====*

*===== Senhor Presidente, é para dizer que gostei, como gostei da intervenção da Colega Dra. Helena Terra. Na verdade é bom puxar por Oliveira de Azeméis, não só nisso como noutras coisas. Não estou a olhar para uma coisa que me mete um bocado impressão, o “Campus” onde ficam os alunos. É preciso pensar nisso e é preciso pensar numa coisa que ainda estamos a esquecer sistematicamente, já por várias vezes falei que quando foi criada a cidade de Oliveira de Azeméis, que se ocupava parte de S. Tiago de Riba-Ul, a uma linha urbana contínua que tinha doze mil habitantes. É altura de voltarmos a insistir que a área de S. Tiago de Riba-Ul tem que fazer parte do seu todo como na área da cidade de Oliveira de Azeméis, mantendo naturalmente a independência como freguesia. E, por outro lado, uma vez que aqui estamos a falar na área de ensino, é bom começarmos a apreciar que na zona que nós chamamos nobre, mas infelizmente morta, desculpem-me a expressão não é para agredir ninguém, a zona pedonal, em que há tantos edifícios que estão a ser degradados e abandonados, que era bom que arranjassemos alguma coisa que os fizesse prender lá. Senhor Presidente, isto não é uma crítica negativa, eu estou a louvar uns e outros, mas quero que a matriz seja Oliveira de Azeméis e que a sua área seja ampliada como já mais do que uma vez aqui se propôs e que haja um vínculo que traga os alunos até ao centro de Oliveira de Azeméis. Só isto, quanto ao resto estou totalmente de acordo. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Eu vou dar algumas explicações, mas depois passarei ao Prof. Albino que acompanhou de perto este processo. Posso-vos dizer que é com uma alegria interior que sinto neste momento trazer esta proposta à Assembleia Municipal. Nós tivemos que lutar muito para conseguir este Pólo de Aveiro Norte. Até porque sabíamos que não podíamos contar de uma forma aberta com os outros Municípios. Por isso, tivemos que aguardar o momento ideal para fazer a proposta final à Universidade de Aveiro. Como sabem também, penso que a maior parte das pessoas que estão aqui, a luta e a dificuldade que a Universidade de Aveiro tem hoje de investir na própria Universidade de Aveiro. Portanto, nós tivemos de dar garantias à Universidade de Aveiro, porque eles chegaram a começar com o projecto, dar garantias à Universidade de Aveiro, que este projecto tinha pernas para andar e que vinha a ser concretizado em Oliveira de Azeméis. Tive que efectivamente assumir junto dos meus colegas da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, que a Câmara Municipal assumia a construção do “Campus” até determinada fase, porque também iremos ver se a Universidade*

*além dos projectos também participa, o que é difícil nesta altura, mas também os nossos empresários. Então, parte da contratualização da Câmara Municipal, da Grande Área Metropolitana do Porto, é destinado para este projecto, porque se não nós iríamos esperar muito mais tempo sentados até que a Universidade fosse construída. Arriscamos, penso que arriscamos bem, porque foi aprovada pela Universidade esta concretização. As pessoas às vezes esquecem e mesmo os próprios Oliveirenses esquecem, nós já temos a Universidade. Se formos consultar antes do ano lectivo arrancar as escolas superiores, está lá a Escola Superior Aveiro Norte em Oliveira de Azeméis. Está lá, agora temos é que apresentar perante os outros Municípios e à Universidade algo de mais concreto para dar os passos seguintes e isto é para isso, para assinar amanhã com a Senhora Reitora, para a obra ser concretizada. Eu passava ao Prof., para dar alguns pormenores do andamento deste processo, que foi difícil, porque quando toda a gente queria o “Campus” em S. Roque, mas quando se perguntava “quanto é que dá?”, foi um problema. A Câmara de Oliveira teve de assumir este processo se o quisesse, se quisesse que ele viesse para Oliveira de Azeméis. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Prof. Albino Martins, para prestar mais esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====*

*===== Bom, apenas duas ou três ideias. Em primeiro lugar, a Dra. Helena Terra disse, e bem, que foi aprovado no tempo em que estava como Vereadora na Câmara Municipal, foi nessa altura que foi aprovada a compra da Quinta do Comandante e isso foi aquilo que a Câmara tinha para dar, para oferecer, para cativar a escolha de Oliveira de Azeméis, porque sabíamos que era muito apetecível a criação desta Universidade e havia muitos interessados no Entre o Douro e Vouga e mais do que Entre o Douro e Vouga, eram mais meia dúzia de Municípios interessados no Pólo Norte da Universidade de Aveiro. Mas também temos que dizer o seguinte: a história começa aí, mas não podemos dizer que doze anos são atraso, se tivermos atraso, e vou já explicar porquê, são de cinco. A Escola foi criada em 2004 pelo então Secretário de Estado Pedro Lince, o Senhor Presidente está a sussurrar-me aqui e eu lembro-me disso, foi às quatro da manhã numa discussão acesa e demorada entre o Senhor Presidente, a Senhora Reitora da Universidade de Aveiro e outros Deputados na Assembleia da República, portanto não foi fácil porque já aí em 2004 já se sentia o decréscimo da população estudantil universitário e, portanto, os Politécnicos estavam já a começar a sua decadência. Hoje a grande dificuldade das Universidades é que faltam alunos e, portanto, as Universidades depois fecham as portas. A nossa luta, a luta de Oliveira de Azeméis era porque era preciso fazer ver ao Governo, ao Membro do Governo, que tínhamos pernas para andar, que tínhamos aqui possibilidades de ter ensino superior de qualidade e que respondia efectivamente àquilo que eram as necessidades e nós assentávamos numa e vou já ao encontro do que disse a Dra. Helena Terra, nós assentávamos numa necessidade que era a dos próprios empresários das empresas locais. Nós não queríamos uma Universidade para cursos teóricos, porque já haviam muitos, já haviam muitos licenciados a esse nível, nós queríamos uma Universidade que respondesse a nível técnico, daí um politécnico e que respondesse às indústrias locais. Portanto, isto nasceu com muito custo, foi um parto difícil em 2004. De 2004 para cá, é que foi o desenvolver do processo. Como sabem houve algumas vicissitudes pelo caminho, entre a possibilidade da travessia da Quinta do Comandante por uma auto-estrada, enfim houve várias coisas pelo meio. Houve também um responsável do Pólo Aveiro Norte que saiu, que mudou. Mas o processo nunca parou. Achei interessante a referência aqui à estratégia, não basta criar uma escola é preciso criar uma escola numa estratégia que a faça vingar no futuro. A estratégia teve a sua base, sim senhor, mas é preciso uma estratégia que ande à volta não pode ser uma Escola Superior de*

*Design apenas, há que haver um conjunto de outras matérias. Foi aqui referido e bem, que temos uma Escola Superior de Enfermagem de sucesso e também essa evoluiu e hoje tem uma ambição, que é ser Escola Superior de Saúde, que será dentro de muito pouco tempo, quando construir a sua segunda. Também a este nível, o ensino superior na Escola Superior Aveiro Norte pretende ir muito para além do design e o próprio marketing que aqui foi referido pela Dra. Helena Terra está contemplado, o marketing e outras actividades. Nós temos um plano estratégico de desenvolvimento económico que foi elaborado também em colaboração com a Universidade de Aveiro e que prevê exactamente isso, estou-me a lembrar que uma das apostas era o calçado que é próprio da nossa região, do nosso Município, mas que tem que ser pegado de outra forma porque nós estamos a ver o que está a acontecer com a indústria do calçado, a crise que está a haver. O que é preciso é que das dificuldades se faça oportunidades e este Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico aponta o caminho certo nesse sentido. É que é preciso pegar nesta indústria de uma outra forma, uma forma de fazer calçado que venda efectivamente, que saia do País, que não fique apenas pela produção tradicional que vai ali, se calhar a produção tradicional até resulta, a individualização, a personalização de trabalho, a profissionalização daquilo que se faz. Bom, mas isto era para dizer das dificuldades que levaram a isto. As coisas evoluíram e bem e felizmente, como o Senhor Presidente disse, quando no início os Municípios do Entre o Douro e Vouga e todos os empenhados neste processo se diziam empenhados e prontos a colaborar na instalação da Escola Superior Aveiro Norte. Nós vimos o que é que aconteceu a seguir: toda a gente estava empenhada quando era para a terra deles, quando a decisão foi tomada “é em Oliveira de Azeméis”, toda a gente sorratamente se afastou e agora é preciso investir, quando a Universidade não tem condições para investir então alguém tem que o fazer. Em boa hora o nosso Município apostou a sério neste investimento como estruturante e o Senhor Presidente disse-o, uma parte muito significativa do bolo da contratualização na Área Metropolitana do Porto, contratualização dos Fundos Comunitários do QREN, podia-nos aplicar em muitas outras coisas, na regeneração urbana e algum também será, enfim em muitas outras obras, decidimos que era para aplicar aqui e esta foi uma grande aposta, mas para além disso como vêm no protocolo ainda há mais apoios que damos. Só isso é que nos leva a encostar à parede a Universidade e dizer nós temos que manter, temos que avançar porque há um empenho grande deste Município, sair daqui já não sai e agora com esta aposta forte então é que a vamos agarrá-la mesmo. Há que avançar agora, passar à fase seguinte, através dos Fundos Comunitários passar para a construção. E só depois, respondendo um pouco ao Dr. Vieira Dias, é claro que a Escola Superior Aveiro Norte não será só um edifício para albergar a leccionação das matérias e a parte dos laboratórios, mas terá que ter uma parte de espaço residencial, de estudantes. É claro que a nossa cidade sabe muito bem o que representa, e sabe-o já, para todo o desenvolvimento da cidade a vinda dos estudantes para aqui, vimo-lo com a Escola Superior de Enfermagem, a quantidade de apartamentos que haviam aí devolutos e que começaram a ser ocupados. Ora, é claro que na Escola Superior Aveiro Norte, o objectivo será por um lado dar outra dinamização, colocar a residir dentro da cidade alunos por todo o lado, mas também haverá o espaço para residências, porque nem todos os alunos têm condições para pagar alojamentos na cidade e se deslocarem. Em suma, fiz referência ao que era preciso fazer. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

*===== Dadas as explicações, julgo que estamos em condições de votar este ponto, que é extraordinariamente importante para o futuro do concelho e da Universidade. =====*

=====  
 ===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Universidade de Aveiro, para dotar a “Escola Superior de Design, Gestão e Tecnologias da Produção de Aveiro-Norte”, de instalações definitivas, bem como de equipamentos, incluindo a unidade laboratorial de interface com as empresas.* =====

=====  
 ===== **Ponto catorze:** *Protocolo de colaboração celebrado com a Autoridade Nacional de Protecção Civil e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis - Condições de contratação e manutenção das Equipas de Intervenção Permanente – Autorização/ Ratificação.* =====

=====  
 ===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: - Que em 23 de Abril de 2008 foi celebrado Protocolo entre a Autoridade Nacional de Protecção Civil, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Liga dos Bombeiros Portugueses que estabelece as condições de criação e funcionamento de Equipas de Intervenção Permanente, nos concelhos de maior risco; - Que no seguimento do referido protocolo, em 28 de Janeiro de 2009, foi entre o Município de Oliveira de Azeméis, a Autoridade Nacional de Protecção Civil e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, celebrado protocolo que se destina a regular as condições de contratação e manutenção de elementos que integrarão as Equipas de Intervenção Permanente, propõe-se: A ratificação do referido protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art.º 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro e art.º 137º do Código do Procedimento Administrativo; Que o mesmo seja remetido à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.”* =====

=====  
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====  
 ===== *Este protocolo estabelece as condições de contratação e manutenção dos elementos que integram as Equipas de Intervenção Permanente, cuja missão exclusiva é assegurar, em permanência, serviços de socorro à população. Estas equipas foram criadas tanto nos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, como nos Bombeiros Voluntários de Fajões, em iguais condições, pelo que no próximo ponto (ponto quinze) é, igualmente, submetido a aprovação, o protocolo celebrado com esta última corporação.* =====

=====  
 ===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

=====  
 ===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar/ ratificar o protocolo de colaboração celebrado com a Autoridade Nacional de Protecção Civil e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis - Condições de contratação e manutenção das Equipas de Intervenção Permanente.* =====

=====  
 ===== **Ponto quinze:** *Protocolo de colaboração celebrado com a Autoridade Nacional de Protecção Civil e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões - Condições de contratação e manutenção das Equipas de Intervenção Permanente – Autorização/ Ratificação.*

=====  
 ===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: - Que em 23 de Abril de 2008 foi celebrado Protocolo entre a Autoridade Nacional de Protecção*

*Civil, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Liga dos Bombeiros Portugueses que estabelece as condições de criação e funcionamento de Equipas de Intervenção Permanente, nos concelhos de maior risco; - Que no seguimento do referido protocolo, em 28 de Janeiro de 2009, foi entre o Município de Oliveira de Azeméis, a Autoridade Nacional de Protecção Civil e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões, celebrado protocolo que se destina a regular as condições de contratação e manutenção de elementos que integrarão as Equipas de Intervenção Permanente, propõe-se: A ratificação do referido protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º4 do art.º 64º e n.º 3 do artigo 68º, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro; Que o mesmo seja remetido à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.”* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar/ ratificar o protocolo de colaboração celebrado com a Autoridade Nacional de Protecção Civil e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões - Condições de contratação e manutenção das Equipas de Intervenção Permanente.* =====

===== **Ponto dezasseis:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Recreativa e Cultural de Loureiro, para desenvolvimento das suas actividades, nomeadamente com a realização dos jogos tradicionais dos anos 2008 e 2009 – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os fins estatutários e as actividades a nível municipal desenvolvidas pela “Associação Cultural e Recreativa de Loureiro” - designadamente os “Encontros concelhios de jogos tradicionais”; - A descentralização de actividades que mobiliza a deslocação das populações, criando uma maior proximidade e unidade dos cidadãos; - A tradição já criada com a realização anual deste encontro que promove e divulga os jogos tradicionais; - O encargo que a realização implica, propõe-se: - A aprovação da minuta de protocolo de colaboração, a celebrar com a Associação Recreativa e Cultural de Loureiro, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, que tem como objecto o apoio financeiro para desenvolvimento das suas actividades, no que concerne aos jogos tradicionais dos anos 2008 e 2009, nos termos e condições nele constantes; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art. 53º do mesmo diploma.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Prof. Albino Martins, para prestar os devidos esclarecimentos à Assembleia Municipal.* =====

===== *Este protocolo tem a ver com a realização, que já se tornou uma tradição em Loureiro, dos jogos tradicionais na Quinta do Barão. A Associação Recreativa e Cultural costuma assumir os encargos e as despesas, compra dos prémios, galos, porcos, etc., para os prémios tradicionais e, naturalmente, que a Câmara compromete-se a pagar essa despesa através deste protocolo.* =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Associação Recreativa e Cultural de Loureiro, para desenvolvimento das suas actividades, nomeadamente com a realização dos jogos tradicionais dos anos 2008 e 2009.

===== **Ponto dezassete:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Columbófila de S. Roque, para cedência a título gratuito do imóvel que albergou o Jardim-de-Infância de S. Roque – Autorização. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios instituídos pela Lei nº 159/99 de 14 de Setembro, e o quadro de atribuições e competências concedidas às autarquias locais; - Que a descentralização administrativa assegura a concretização do princípio da subsidiariedade, e as atribuições e competências exercidas pelo nível de administração melhor colocado prossegue maior eficácia e satisfação das necessidades das populações; propõe-se: - A aprovação da minuta de protocolo de colaboração, a celebrar com a Associação Columbófila de S. Roque, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, nos termos e condições nele constantes; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art. 53º do mesmo diploma”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Através do presente protocolo, o Município cede, a título gratuito, à Associação Columbófila de S. Roque o edifício do antigo jardim-de-infância de S. Roque, para aí desenvolver as suas actividades. É um edifício que está fechado e que pode prestar um bom serviço a S. Roque. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezassete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Associação Columbófila de S. Roque, para cedência a título gratuito do imóvel que albergou o Jardim-de-Infância de S. Roque. =====

===== **Ponto dezoito:** Protocolo de colaboração a celebrar com a A.C.S. Investimentos Imobiliários, Lda., para construção de uma adutora de abastecimento de água na captação de Alviães – Autorização. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que na sequência da recepção das Obras de Urbanização do Alvará de Loteamento N.º09/ 2002 de “Carlos & Luz – Construções”, a Câmara Municipal desde 2006, passou a fazer a exploração e gestão da captação desse Loteamento, denominada “S21.2 – Alviães”, bem como, da pequena rede que lhe está afectada; - O pedido apresentado pelo titular e promotor do Alvará de Loteamento Nº 9/04 (Processo N.º07/2003, o qual prevê a construção de quarenta e nove moradias unifamiliares, no lugar de Alviães, Palmaz, Oliveira de Azeméis) no sentido da “... possibilidade do Município vir a autorizar que o actual fornecimento de água para as obras, se

viesses a “transformar” em abastecimento definitivo, se não a todo o Loteamento, pelo menos às primeiras moradias que já estão em fase de conclusão”; - O teor da informação técnica de 28 de Abril de 2009 (n.º I/34743/2009); - Que o Reservatório – “R 24 - do Pinheiro da Bemposta” tem uma capacidade instalada, que permite abastecer o lugar de Alviães, incluindo os referidos Loteamentos, desde que seja construída uma Adutora de  $\phi$  90, em PEAD PN10, com 360m de extensão, até ao primeiro destes loteamentos e nele instalado um pequeno Reservatório, com uma capacidade de 36m<sup>3</sup>, propõe-se: - A aprovação da minuta de protocolo de colaboração, a celebrar com a A. C. S. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA., documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art. 53º do mesmo diploma.” ==

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Este protocolo resulta de um acordo com o loteador “A.C.S. Investimentos Imobiliários, Lda.”, que pretende urbanizar quarenta e nove lotes no lugar de Alviães, em Palmaz. Aquando da aprovação do loteamento estava prevista a criação de furos em cada uma das casas a construir nos lotes e com este protocolo de colaboração vai-se permitir que esse loteador faça o abastecimento em cada uma das casas através de um sistema já existente num outro loteamento próximo e que permita assim fazer o abastecimento através da rede pública de água, o que permite à Câmara Municipal não só disponibilizar essa rede pública e a melhor qualidade de água ao loteamento como também receber as receitas daí derivadas. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezoito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a A.C.S. Investimentos Imobiliários, Lda., para construção de uma adutora de abastecimento de água na captação de Alviães. =====

===== **Ponto dezanove:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação do Parque Temático Molinológico, para financiamento das actividades da Associação para o ano 2009 – Autorização. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A “Associação do Parque Temático Molinológico”, tem por objecto “potenciar o desenvolvimento do Parque Temático Molinológico, contribuindo para revitalizar o relacionamento dos moinhos com os rios e paisagens envolventes, através de acções e projectos que envolvam os diversos agentes, entidades públicas e privadas, empresariais e de carácter social, nomeadamente nos domínios do património cultural, natural e arqueológico, do desporto, do lazer e do turismo, da animação urbana e rural, da divulgação e do marketing”, propõe-se: - Ao abrigo da alínea b) nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que seja aprovada a minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com a “Associação do Parque Temático Molinológico”, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, visando o financiamento das

*actividades da Associação para o ano 2009; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º do mesmo diploma.” =*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. António Rosa, para prestar os devidos esclarecimentos. =====*

*===== Muito boa tarde a todos. Este é um protocolo que o Município se propõe a assinar com a Associação do Parque Temático Molinológico, associação que é conhecida de todos como tendo sido constituída para fazer a gestão deste espaço. Pretende-se com este protocolo assegurar os recursos financeiros por parte da Câmara Municipal ao funcionamento corrente deste espaço até ao final do ano, entre Setembro e Dezembro, para assim obviamente procurarmos que este seja um espaço à altura, do ponto de vista da organização e funcionamento, daquilo que tem sido o prestígio e a atractividade que tem dado a muitos visitantes. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezanove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Associação do Parque Temático Molinológico, para financiamento das actividades da Associação para o ano 2009. =====*

*===== **Ponto vinte:** Ratificação de despacho e de aprovação de protocolo de colaboração institucional com vista ao apoio financeiro na realização da XV Feira de Artesanato de Oliveira de Azeméis celebrado com a ADRITEM – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria. =====*

*===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 10 de Julho de 2009, foi celebrado Protocolo entre o Município de Oliveira de Azeméis e a ADRITEM- Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria, o qual define os termos e as condições da colaboração institucional, com vista ao apoio financeiro; - Que pela cláusula segunda, do mesmo: “Pelo presente protocolo, o Município de Oliveira de Azeméis compromete-se a: - Assegurar o pagamento integral em tempo, para financiamento do Plano de Aquisição de Competências e Animação – Acção de Promoção e Valorização dos Produtos e Sabores Tradicionais - XV Feira de Artesanato de Oliveira de Azeméis, em 50%, cujo investimento total previsto é de € 35.000,00 (trinta e cinco mil euros); - Durante o período de ausência de atribuição de comparticipação financeira por parte do PRODER, proceder ao pagamento até ao montante total desse valor, o qual será devolvido pela segunda Outorgante, aquando do respectivo reembolso”; - Que urge levar a efeito o pagamento das despesas referentes à realização da XV Feira de Artesanato, prevista nessa candidatura; - O teor do Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 22 de Julho de 2009, proferido ao abrigo do referido protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, propõe-se: A ratificação do Despacho, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, ao abrigo do disposto no n.º1, alíneas g) e h) e nº 3 do artigo 68º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e convalidação dos actos praticados, quer da aprovação do protocolo e respectiva atribuição,*

*quer dos efeitos dos pagamentos (realização e assunção de despesas e respectivos pagamentos), com efeitos reportados à data a que os mesmos respeitam ou foram praticados; - Que seja remetido à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos”.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. António Rosa, para prestar os devidos esclarecimentos.* =====

===== *Como penso que também resulta claro do protocolo que é assinado entre a Câmara Municipal e a ADRITEM, tendo em vista o financiamento da Feira de Artesanato que decorreu no passado mês de Julho. A particularidade que assume este protocolo é o facto da Câmara Municipal assumir a responsabilidade para além dos seus 50% de co-financiamento no projecto, assumir a responsabilidade de assegurar os restantes 50% como pagamento na medida em que, infelizmente e como tem sido dado nota pública por diversas vezes, este tem sido um processo, o projecto PRODER, altamente atrasado relativamente àquilo que era o seu compromisso e as expectativas e por isso levou-nos a assumirmos esta responsabilidade de assumir 100% do pagamento deste projecto uma vez que se quer a aprovação desta candidatura, ainda não havia acontecido. Entretanto, e posso dar esta nota também, na semana passada foi notificada a ADRITEM da aprovação deste projecto, portanto significará que os 50% que não são responsabilidade do Município hão-de ser devolvidos à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte à votação, tendo sido deliberado por unanimidade ratificar o despacho e aprovar o protocolo de colaboração institucional com vista ao apoio financeiro na realização da XV Feira de Artesanato de Oliveira de Azeméis celebrado com a ADRITEM – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria.* =====

===== **Ponto vinte e um:** *Contrato-programa a celebrar entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Federação Portuguesa de Basquetebol – Autorização/ Ratificação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que se vai realizar em Oliveira de Azeméis o ”Campeonato Europeu de Basquetebol Sub-16 Masculinos”, entre os dias 6 e 16 de Agosto do corrente ano; - Que nos termos do art. 46º, n.º3 do Decreto - Lei n.º432/91, de 6 de Novembro, os apoios ou participações deverão ser tituladas por Contrato - Programa de Desenvolvimento Desportivo, propõe-se: - A aprovação da minuta de Contrato-Programa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Federação Portuguesa de Basquetebol, que tem por objecto a participação financeira das despesas resultantes da organização do “Campeonato Europeu de Basquetebol Sub-16 Masculinos”, no valor total de € 40.000,00 (quarenta mil euros), autorizando-se que a título de adiantamento, seja desde já assumido e pago pelo Município o encargo de € 10.000,00 (dez mil euros), ao abrigo da alínea a) nº4 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º*

*do mesmo diploma, devendo ser ratificados todos os actos entretanto praticados, incluindo pagamentos".* =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins, para prestar os devidos esclarecimentos. =====*

*===== Este protocolo com a Federação Portuguesa de Basquetebol tem a ver com a organização que tivemos aqui no Verão do Campeonato Europeu de Basquetebol Sub-16 Masculinos, que foi repartido entre os Municípios de Santa Maria da Feira, S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis, que decorreu nos primeiros quinze dias do mês de Agosto. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Eng.º Joaquim Jorge. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º Joaquim Jorge, do PS, que disse: =====*

*===== As minhas saudações a todos os presentes. Eu vou fazer só uma pequena chamada de atenção ao Executivo, porque este é um daqueles exemplos onde nós não gastamos na minha opinião mal alguns cêntimos, mas que gastamos mal algumas dezenas de milhares de euros. E, portanto, é importante que nós quando aderimos a uma iniciativa deste género não aceitemos aderir por aceitar, precisamos de ter algum retorno, precisamos de avaliar esse retorno e esta é claramente uma iniciativa que não foi na minha opinião suficientemente divulgada. Estamos a falar em gastar cerca de € 40.000 (quarenta mil euros) suponho directamente, não sei se indirectamente haverá outros tipos de gastos, mas certamente que haverá. E julgo que com o nível de adesão que tivemos nesta iniciativa, julgo que esta iniciativa não permitiu responder aos objectivos a que o Executivo se propunha quando aderiu, que era o de promover a modalidade por um lado e de promover o concelho por outro. Portanto, julgo que teremos que ter muito cuidado na avaliação deste tipo de investimentos e quando resolvemos empenhadamente participar devemos fazer esforços substanciais para promover a sua divulgação e para potenciar a participação do público. Eu tive a oportunidade de ir a dois jogos e julgo que a média das pessoas rondaria as dez, quinze pessoas, não mais do que isso. Eu gostaria de estar profundamente errado como é óbvio e julgo que isto não é uma forma eficaz de se gastar o dinheiro público. Também queria aproveitar a oportunidade para me despedir de todos vós, dizer que foi um privilégio, um orgulho trabalhar com um conjunto de personalidades tão ricas e tão diversas como é um facto e apesar das divergências políticas que nos separam foi para mim uma honra poder convosco trabalhar para aquilo que nos une, que é o desenvolvimento do nosso concelho e o bem-estar dos Oliveirenses. Muito obrigado e muitas felicidades para todos. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins, para dar explicações. =====*

*===== Apenas duas notas, muito rápidas. Em primeiro lugar, em relação ao investimento é sempre discutível qualquer investimento, nós temos assistido aqui ao longo deste tempo todo, destes dois mandatos eu pessoalmente constatei isso, muitas vezes fomos criticados por não*

*investir, por não apoiar iniciativas, quando as apoiamos uma vez por outra, como é o caso, somos criticados. É a vida! Seja como for, temos a consciência perfeita que não foi dinheiro mal gasto, os nossos objectivos foram alcançados, não tanto quanto podiam ser, há razões para isso e eu explico-as já: Primeiro, o público presente, a média que constatou é a média de alguns jogos entre Países estrangeiros, eu tive a ocasião de assistir ao jogo entre Portugal e uma equipa estrangeira, creio que foi com a Bulgária e o pavilhão da Oliveirense estava muito mais do que meio, que é bastante grande. Se teve ocasião de ver os jogos nos outros Municípios a situação foi muito semelhante. É claro que um campeonato destes naquela época do ano, em Agosto, pouco apetecível, as pessoas estão para a praia, é sempre difícil. É claro que a divulgação ficou aquém das expectativas, era um compromisso da Federação não era nosso e quando disse também que havia aqui um valor, penso que falou num valor, pelo menos este é o valor total. Posso-lhe dizer, por exemplo, que aquilo que nos foi proposto no início para a organização conjunta com os outros dois Municípios era um pedaço mais do que o triplo daquilo que nós gastamos e propusemos no protocolo. Depois de muita negociação, de muito aperto, que creio também aconteceu nos outros Municípios, nós chegamos ao mínimo dos mínimos, tínhamos acordado aquele valor e não saímos daí. Á última da hora vinham com os transportes o que iria elevar outra vez o orçamento, nós não demos transportes, ficou à conta da Federação. Eu penso que a Federação tinha também a fonte de receitas, penso que não terá tido lucro com isto, terá tido prejuízo, mas também foi um risco que correu. Um risco que é lógico, que toda a gente corre. É claro que houve divulgação da modalidade, porque se tratava não de uma modalidade sénior, havia o envolvimento de camadas jovens. Como disse, não é preciso estar a repetir, efectivamente a época não é a melhor, a divulgação não foi a melhor, não foi nossa, podíamos ir mais longe. O investimento no nosso parecer não foi mal feito. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar/ ratificar o contrato-programa celebrado entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Federação Portuguesa de Basquetebol.*

*===== **Ponto vinte e dois:** Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Macinhata da Seixa, para execução de obras de pavimentação das seguintes ruas: Rua da Fonte do Carvalho, Rua do Cabreiro, Rua de Mogos – Autorização. =====*

*===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios gerais de descentralização de poderes, e da cooperação instituída com as Juntas de Freguesia, com o objectivo da melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações; - Que a delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização de recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia na sua gestão de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais de boa conservação e manutenção das ruas, propõe-se: A aprovação da minuta do protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Freguesia de Macinhata da Seixa e se remeta à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na alínea s) nº 2 do artigo nº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

=====*Dando continuidade à política de cooperação e descentralização de poderes que o Município tem vindo a adoptar com as Juntas de Freguesia, o presente protocolo visa a atribuição das verbas necessárias às Juntas de Freguesia para fazer face às despesas ocorridas no âmbito das delegações de competências. Nos pontos seguintes (pontos 23 a 33) são colocados à aprovação desta Assembleia, idênticos protocolos a celebrar com diversas Juntas de Freguesia, nomeadamente, Ul, Pindelo, Ossela, S. Roque, Carregosa, Travanca, Palmaz, Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Nogueira do Cravo e Cucujães.*=====

=====*Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito:*=====

=====*Como envolve várias freguesias, não sei se podemos fazer a discussão conjunta e depois a votação em separado. Julgo que estes são daqueles protocolos que toda a gente gosta. Vamos então iniciar a discussão de todos estes protocolos que abrangem as freguesias que o Senhor Presidente da Câmara Municipal acabou de fazer.*=====

=====*Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Isabel Costa e Ramiro Rosa.*=====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Isabel Costa, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque.*=====

=====*Boa tarde a todos. Realmente eu não estava direccionada para vir cá falar, mas isto chocou-me um bocadinho, porque hoje eu vejo muitos protocolos de colaboração e realmente S. Roque também tem um, mas esse protocolo não foi o suficiente para fazermos o resto da rua, tivemos que pagar o resto da rua com as nossas verbas. De facto, temos os cortes, já estou como diz o meu Colega Nuno, que nos prejudicou e muito, mas mesmo assim S. Roque e posso-me orgulhar do pouquinho que veio, conseguimos fazer isso e mais algumas ruas. Também na parte que me toca sobre a situação do Prof. Albino gostava de dizer que quanto à parte do calçado que vai apostar porque realmente está em crise, peço desculpa de estar a sair um bocadinho da questão, a situação de não ter sido criada a Zona Industrial de S. Roque, eu sei que ela está aprovada, mas como disse aqui alguém mais vale tarde do que nunca. Também quero dizer que se estivéssemos apostado na Zona Industrial há doze anos atrás, já o Prof. Rebelo falou e apostou muito e trabalhou muito nesse sentido, mas não conseguiu, se calhar nessa altura a Zona Industrial era concluída, era feita, as condições eram outras para os nossos industriais e neste preciso momento estamos em decadência. E porquê? Porque podíamos ter outro género de indústria além do calçado. Além disso vou triste deste meu mandato. Também vim cá para vos saudar a todos e desejar um bom sucesso aos que ficarem. Vou triste porquê? Porque tenho conhecimento, Senhor Presidente, de há oito anos para cá que a Rua da Lomba já esteve entregue a vários empreiteiros, mas eu nunca vi a cor deles, nunca foi feita e as pessoas estão sempre a massacrar e depois dizem que a culpa é da Junta de Freguesia, mas quanto eu sei essas ruas não competem à Junta de Freguesia, não é verdade? Quanto às pontes que lá temos, lamento mas foi feito um pedido de avaliação e realmente essa avaliação foi toda ela pelo negativo, o que me entristece bastante. Acontece que não foi feito nenhuma rectificação, nem nenhum alargamento em várias delas. Vou falar na Ponte dos Moinhos, em que devia ser feita uma nova ou sobreposta àquela que estava para termos melhores condições para ir a S. João da Madeira. A ponte de Silvar, o que me entristece bastante é que têm havido muitos acidentes ao longo do ano, principalmente no Inverno, já foram feitos pedidos para resolver essa situação e até hoje nada foi feito. Outra situação que me deixa triste foi a postura de trânsito, tanto na vertical, como na horizontal. Houve o saneamento, tenho de dar os parabéns, o saneamento e a*

água foram implantados em S. Roque, mas entristece-me que não tenha sido feita a postura do trânsito e tenham sido criadas passadeiras ou outras situações, porque na Rua do Samil, já aqui o meu Colega falou e outras pessoas falaram, tem havido bastantes acidentes, ainda não houve mortes mas quase. Eu peço encarecidamente para que este assunto seja resolvido, porque também não é da competência da Junta de Freguesia, à qual os Municípios estão sempre a dizer que a Junta de Freguesia não faz nada. Eu tenho a consciência tranquila de que fiz tudo por tudo para o Senhor Presidente tomar certas medidas, eu sei que é difícil, mas também tenho-lhe a agradecer as coisas boas que se fizeram. Não é só dizer o mal. Também fico contente que o pólo escolar esteja aprovado, não sei é porque é que ainda não começou, mas agora com a campanha à vista pode ser já tudo. Também tenho a dizer que há certas pessoas com quem trabalhei na Câmara Municipal, não só os superiores como também os outros funcionários, que gostei imenso de trabalhar com eles, foram pessoas de bem, há outros que eu já não considero. Há um departamento, que está representado na Mesa que sabe perfeitamente que a gente não se enquadra muito bem, já lhe disse pessoalmente. Se me portei mal hoje, peço imensa desculpa. Agradeço de todo o coração todo o trabalho que foi feito, mesmo pouco, trabalhamos todos em prol da freguesia e do concelho. O meu muito obrigado e até sempre. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ramiro Rosa, Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis. ===

===== Muito boa tarde a todos. Como sabem, este é o meu primeiro mandato à frente da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis. Dizer que foi um prazer trabalhar com o nosso Presidente da Câmara, porque foi realmente um prazer trabalhar com o Senhor Presidente e restantes Vereadores e muitos dos colaboradores, não poderei dizer na totalidade, mas muitos dos colaboradores. Acho que a Junta era sempre bem recebida. Em relação a estes protocolos que vão ser aprovados aqui, nós temos uma determinada verba, como toda a gente sabe há delegações de competências para as Juntas e nós estamos a aproveitar o que nos resta no ano 2009. Temos uma determinada importância, estamos a fazer três obras de uma virada, não é por estar à porta das eleições, porque eu não trabalho para eleições, trabalho há quatro anos, quem me conhece dá a volta pelas ruas que nós vamos alcatroar. Agradeço a todos, essencialmente à Câmara, foi um prazer trabalhar com todos vós. Não sei se daqui a quinze dias serei Presidente da Junta de Oliveira de Azeméis, mas os Oliveirenses estarão cá para julgar. A todos muito obrigado, foi um prazer trabalhar com toda a gente. Muito obrigado. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de delegação de competências com a Freguesia de Macinhata da Seixa, para execução de obras de pavimentação das seguintes ruas: Rua da Fonte do Carvalho, Rua do Cabreiro, Rua de Mogos.

===== **Ponto vinte e três:** Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Ul, para execução de pavimentação da Rua do Poço – Autorização. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios gerais de descentralização de poderes, e da cooperação instituída com as Juntas de Freguesia, com o objectivo da melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações; - Que a delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização de recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia na sua gestão de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios

gerais de boa conservação e manutenção das ruas, propõe-se: A aprovação da minuta do protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Freguesia de Ul e se remeta à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na alínea s) nº 2 do artigo nº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de delegação de competências com a Freguesia de Ul, para execução de pavimentação da Rua do Poço. =====

===== **Ponto vinte e quatro:** Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Pindelo, para execução da obra dos Arranjos Exteriores do Cemitério – Autorização. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios gerais de descentralização de poderes, e da cooperação instituída com as Juntas de Freguesia, com o objectivo da melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações; - Que a delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização de recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia na sua gestão de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais de boa conservação e manutenção das ruas, propõe-se: A aprovação da minuta do protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Freguesia de Pindelo e se remeta à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na alínea s) nº 2 do artigo nº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de delegação de competências com a Freguesia de Pindelo, para execução da obra dos Arranjos Exteriores do Cemitério. =====

===== **Ponto vinte e cinco:** Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Ossela, para execução das seguintes obras de beneficiação: 1.º troço da Rua Padre José Marques de Bastos; Calçada David Soares da Silva; Travessa Prof. Bernardo Tavares Tôco e Caminho das Bajoucas – Autorização. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios gerais de descentralização de poderes, e da cooperação instituída com as Juntas de Freguesia, com o objectivo da melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações; - Que a delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização de recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia na sua gestão de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais de boa conservação e manutenção das ruas, propõe-se: A aprovação da minuta do

*protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Freguesia de Ossela e se remeta à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na alínea s) nº 2 do artigo nº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro”.* =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de delegação de competências com a Freguesia de Ossela, para execução das seguintes obras de beneficiação: 1.º troço da Rua Padre José Marques de Bastos; Calçada David Soares da Silva; Travessa Prof. Bernardo Tavares Tôco e Caminho das Bajoucas. =====

===== **Ponto vinte e seis:** Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de S. Roque, para execução de obras de repavimentação da Rua D. João da Natividade – Autorização. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios gerais de descentralização de poderes, e da cooperação instituída com as Juntas de Freguesia, com o objectivo da melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações; - Que a delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização de recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia na sua gestão de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais de boa conservação e manutenção das ruas, propõe-se: A aprovação da minuta do protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Freguesia de S. Roque e se remeta à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na alínea s) nº 2 do artigo nº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro”.

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de delegação de competências com a Freguesia de S. Roque, para execução de obras de repavimentação da Rua D. João da Natividade. =====

===== **Ponto vinte e sete:** Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Carregosa, para execução de obras de pavimentação da Rua do Calvário, Rua do Alto e Caminho do Lobo – Autorização. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios gerais de descentralização de poderes, e da cooperação instituída com as Juntas de Freguesia, com o objectivo da melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações; - Que a delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização de recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia na sua gestão de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais de boa conservação e manutenção das ruas, propõe-se: A aprovação da minuta do Protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com

*a Freguesia de Carregosa e se remeta à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na alínea s) nº 2 do artigo nº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.”* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de delegação de competências com Freguesia de Carregosa, para execução de obras de pavimentação da Rua do Calvário, Rua do Alto e Caminho do Lobo.* =====

===== **Ponto vinte e oito:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Travanca, para execução de obras de beneficiação na Rua Ápio Assunção – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando - Os princípios gerais de descentralização de poderes, e da cooperação instituída com as Juntas de Freguesia, com o objectivo da melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações; - Que a delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização de recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia na sua gestão de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais de boa conservação e manutenção das ruas; Propõe-se: A aprovação da minuta do Protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Freguesia de Travanca e se remeta à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na alínea s) nº 2 do artigo nº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.”* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de delegação de competências com a Freguesia de Travanca, para execução de obras de beneficiação na Rua Ápio Assunção.* =====

===== **Ponto vinte e nove:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Palmaz, para execução das seguintes obras: pavimentação da Rua Seara Cardoso (parte); Rua da Eira e Travessa da Remolha – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios gerais de descentralização de poderes, e da cooperação instituída com as Juntas de Freguesia, com o objectivo da melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações; - Que a delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização de recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia na sua gestão de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais de boa conservação e manutenção das ruas, propõe-se: A aprovação da minuta do protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Freguesia de Palmaz e se remeta à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na*

*alínea s) nº 2 do artigo nº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro*". =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de delegação de competências com a Freguesia de Palmaz, para execução das seguintes obras: pavimentação da Rua Seara Cardoso (parte); Rua da Eira e Travessa da Remolha.* =====

===== **Ponto trinta:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Oliveira de Azeméis, para execução de obras de pavimentação do Caminho Velho de Porto de Carro – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios gerais de descentralização de poderes, e da cooperação instituída com as Juntas de Freguesia, com o objectivo da melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações; - Que a delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização de recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia na sua gestão de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais de boa conservação e manutenção das ruas, propõe-se: A aprovação da minuta do Protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Freguesia de Oliveira de Azeméis e se remeta à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na alínea s) nº 2 do artigo nº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro”.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Oliveira de Azeméis, para execução de obras de pavimentação do Caminho Velho de Porto de Carro.* =====

===== **Ponto trinta e um:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de S. Tiago de Riba-Ul, para execução de obras de beneficiação na EBI da Ponte – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios gerais de descentralização de poderes, e da cooperação instituída com as Juntas de Freguesia, com o objectivo da melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações; - Que a delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização de recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia na sua gestão de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais de boa conservação e manutenção das ruas, propõe-se: A aprovação da minuta do Protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Freguesia de Santiago de Riba Ul e se remeta à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na alínea s) nº 2 do artigo nº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro”.* =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo delegação de competências com a Freguesia de S. Tiago de Riba-Ul, para execução de obras de beneficiação na EBI da Ponte. =====

===== **Ponto trinta e dois:** Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Nogueira do Cravo, para execução de obras de alargamento da Rua João da Silva Correia – Autorização. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios gerais de descentralização de poderes, e da cooperação instituída com as Juntas de Freguesia, com o objectivo da melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações; - Que a delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização de recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia na sua gestão de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais de boa conservação e manutenção das ruas, propõe-se: A aprovação da minuta do protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Freguesia de Nogueira do Cravo e se remeta à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na alínea s) nº 2 do artigo nº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de delegação de competências com a Freguesia de Nogueira do Cravo, para execução de obras de alargamento da Rua João da Silva Correia. =====

===== **Ponto trinta e três:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Freguesia de Cucujães, para execução das obras de construção da Capela Mortuária – Autorização. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Compete aos órgãos administrativos prosseguir o interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos; - A descentralização administrativa assegura e prossegue com maior racionalidade, eficácia e eficiência os interesses dos cidadãos; - As Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão e realização de investimentos em vários domínios, para fins públicos; - A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos propõe-se: A aprovação da minuta do Protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Freguesia de Cucujães e se remeta à Assembleia Municipal para efeitos do artigo 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Freguesia de Cucujães, para execução das obras de construção da Capela Mortuária.* =====

===== **Ponto trinta e quatro:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Freguesia de Cucujães, para apoio financeiro na realização do “Passeios Anual dos Idosos” – Autorização/Ratificação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As competências próprias atribuídas às Juntas de Freguesia; - Os poucos recursos de que dispõem; - Os objectivos a que se propõe a Freguesia de Cucujães com a realização do “Passeio Anual dos idosos”, iniciativa de grande importância para a população daquela freguesia; - Que a realização do Passeio Anual dos Idosos envolve um grande número de participantes, propõe-se: - Ao abrigo da alínea b) do n.º6, do art. 64º e 67º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5- A/2002, de 11 de Janeiro, que seja aprovada a minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com a Freguesia de Cucujães, para realização do Passeio Anual dos Idosos; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º do mesmo diploma.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É uma tradição a Junta de Freguesia organizar o Passeio Anual com os Idosos e nós temos dado algum apoio financeiro, algumas vezes mais outras vezes menos, depende da nossa capacidade na altura. Este ano voltamos a participar o Passeio dos Idosos de Cucujães.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Óscar Oliveira.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV.* =====

===== *Senhor Presidente da Câmara e Senhor Presidente da Junta, eu nestas questões do Passeio dos Idosos, normalmente tenho uma grande abstinência e acho que em relação às condicionantes que estão aqui têm muito que se lhe diga, na minha opinião. Aquilo que é aqui colocado em relação à aprovação deste projecto, eu penso que os Idosos têm todo o direito de viajar, mas acho que isso devia ser da competência unicamente da Junta de Freguesia, porque há outras Juntas de Freguesia, e mesmo dos Municípios da CDU naturalmente que o fazem mas nunca com dinheiro da Câmara. Desculpe lá, se é um lapso de memória, acho que é a primeira vez que me lembro, pelo menos neste mandato, que vem um protocolo deste género. As condicionantes que aqui são colocados, primeiro sobre os poucos recursos de que dispõe a Junta e iniciativa de grande importância para a população daquela freguesia, desculpem lá mas eu acho que o Passeio dos Idosos não tem uma grande importância para a freguesia do ponto de vista de lazer, é capaz de ter para os idosos. Eu penso que no futuro tem de haver aqui critérios em relação a estes protocolos, eu na minha opinião acho que se deve dar prioridade à organização destes passeios às instituições da freguesia, aos lares da 3.ª Idade, etc., e acho que não deve ser da competência da Junta, porque efectivamente o Município está a viver uma*

*situação financeira complicada, não é que a verba seja por aí além, mas se no próximo mandato todas as freguesias avançarem com este protocolo, o que é que será. Eu lembro que até há aí concelhos ao lado que vão mil e dois mil idosos passear. O que eu quero aqui colocar é que haja critérios idênticos, se porventura isto for colocado no próximo mandato em relação a outras freguesias, que haja critérios idênticos, que não haja aqui alguma desproporcionalidade e alguma isenção em relação a esta situação. Eu vou-me abster em relação a este protocolo. ===*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e quatro à votação, tendo sido deliberado por maioria, com a abstenção do Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV, autorizar/ ratificar o protocolo de colaboração com a Freguesia de Cucujães, para apoio financeiro na realização do “Passeios Anual dos Idosos”. =====*

*===== **Ponto trinta e cinco:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro, para apoio à construção do Lar, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário – Autorização. =====*

*===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Em 22 de Janeiro de 2007, foi celebrado Protocolo de Colaboração com a Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro, para apoio à construção de Creche, Centro de Dia, e Serviço de Apoio Domiciliário; - Nos termos da cláusula segunda do mesmo: “O presente protocolo tem por objecto a cooperação financeira no âmbito específico do programa PARES, de apoio à construção de Creche, Centro de Dia, e Serviço de Apoio Domiciliário, pelo representado do segundo contraente.”; - Já não se mantêm os pressupostos que presidiram à sua celebração, sendo intenção dos outorgantes proceder à sua revogação; - A construção, ampliação ou beneficiações de equipamentos de âmbito social são cada vez mais determinantes para a melhoria das condições de vida dos cidadãos e das famílias, e por tal de interesse público colectivo e municipal; - Que esta obra se encontra em fase de conclusão, propõe-se: A aprovação da minuta do Protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro e se remeta à Assembleia Municipal para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º do mesmo diploma.” ==*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra à Senhora Vereadora Dra. Gracinda Leal, para prestar os devidos esclarecimentos à Assembleia. =====*

*===== Boa tarde a todos. Este protocolo de colaboração vem no seguimento de uma candidatura que a Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro realizou no âmbito do Programa PARES, relativamente a três respostas sociais, não é creche é lar, centro de dia e serviço de apoio domiciliário. Foi uma candidatura apresentada à primeira fase deste programa de alargamento da rede de equipamentos sociais, houve a indicação à Associação de que tinha sido aprovada a candidatura. A partir dessa aprovação e como fizemos com outras associações, o nosso Município celebrou um protocolo de colaboração para as obras de construção dos diferentes equipamentos aprovados. O certo é que esta candidatura não teve o mesmo desenlace das outras, porque a Segurança Social e depois de várias reuniões, a Associação viu indeferida a sua candidatura uma vez que a Associação tinha uma outra participação que era ao nível do PIDAC e a equipa técnica do Programa PARES referia que não podia ter sido aprovada com*

*o duplo financiamento. Desde 2007 que houve várias reuniões, a última reunião que tive com a Segurança Social de Aveiro, juntamente com a Associação, o Técnico referiu que realmente era para esquecer a aprovação da candidatura porque a parte jurídica do programa insistia sempre no duplo financiamento. Por isso, a Câmara não poderia cumprir com o protocolo celebrado com a Associação no âmbito do Programa PARES daí que achamos que a melhor saída seria a revogação do primeiro protocolo no âmbito do Programa PARES e vir à consideração o mesmo protocolo, mas no âmbito de apoio à construção do equipamento. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro, para apoio à construção do Lar, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário. =====*

*===== **Ponto trinta e seis:** Criação do Gabinete de Inserção Profissional (GIP) e ratificação do contrato de Objectivos celebrado com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. – Aprovação/ Ratificação. =====*

*===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A aprovação pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P., da candidatura n.º (005/ESJM/GIP/09), para criação de um Gabinete de Inserção Profissional; - Que nos termos do art.2º da Portaria n.º127/2009, de 30 de Janeiro: “Entende-se por GIP a organização ou serviço que preste apoio a jovens e adultos desempregados para a definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, em estreita cooperação com os centros de emprego”; - Que nessa sequência e ao abrigo do disposto no art. 8º da citada Portaria, foi em 22 de Abril de 2009, assinado “Contrato de Objectivos”, entre o Município de Oliveira de Azeméis e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. que tem por objecto estabelecer as actividades e os objectivos quantitativos e qualitativos, que o Município se compromete a desenvolver, no âmbito da candidatura a um GIP; - Que os GIP podem desenvolver as seguintes actividades: Informação profissional para jovens e adultos desempregados; apoio à procura activa de emprego; acompanhamento personalizado dos desempregados em fase de inserção ou reinserção profissional; captação de ofertas junto de entidades empregadoras; divulgação de ofertas de emprego e actividades de colocação; encaminhamento para ofertas de qualificação; divulgação e encaminhamento para medidas de apoio ao emprego, qualificação e empreendedorismo; divulgação de programas comunitários que promovam a mobilidade no emprego e na formação profissional no espaço europeu; motivação e apoio à participação em ocupações temporárias ou actividades em regime de voluntariado, que facilitem a inserção no mercado de trabalho; controlo de apresentação periódica dos beneficiários das prestações de desemprego; outras actividades consideradas necessárias aos desempregados inscritos nos centros de emprego; - Que pelo n.º1 e n.º4, respectivamente, do art. 18º da Portaria “Às UNIVA existentes à data da entrada em vigor da presente portaria é aplicável, até ao fim do respectivo período de acreditação anual, o disposto no Despacho Normativo n.º 27/96, de 3 de Agosto; A entidade promotora que se candidate e obtenha autorização de funcionamento de um GIP e que simultaneamente seja promotora de uma UNIVA ou clube de emprego não pode acumular os apoios.” Propõe-se: - A criação de um Gabinete de Inserção Profissional, bem como a ratificação do “Contrato de Objectivos”, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, ao abrigo do disposto no*

*art.º 137º do C.P.A., bem como de todos os actos entretanto praticados (incluindo realização e assunção de despesas e respectivos pagamentos), com efeitos às datas em que os mesmos respeitem ou foram praticados; - A extinção da actual UNIVA; - Que seja a presente proposta submetida à Assembleia Municipal, para os mesmos efeitos”. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Sendo de extrema importância o apoio a jovens e adultos desempregados para a definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, em estreita colaboração com os centros de emprego, a Câmara Municipal propõe a ratificação dos actos praticados com vista à criação de um Gabinete de Inserção Profissional, no Município. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar/ ratificar a criação do Gabinete de Inserção Profissional (GIP) e ratificação do contrato de Objectivos celebrado com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. =====*

*===== **Ponto trinta e sete:** Regulamento Municipal do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros (Transporte em Táxi) – Aprovação definitiva. ==*

*===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1) Que o período de discussão pública (conforme art.º 118º, do CPA) terminou no dia 17.08.2009, tendo sido, em fase de audiência dos interessados (art. 117.º, do CPA) consultadas as seguintes entidades: Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra; Associação Empresarial do Concelho de Oliveira de Azeméis; GNR; Associação Humanitária dos Bombeiros de Oliveira de Azeméis; IMTT – Direcção regional de mobilidade e transportes do norte; Juntas de Freguesias e a ANTRAL - Associação nacional dos transportes rodoviário em automóveis ligeiros - Delegação norte. As mesmas não sugeriram qualquer introdução de alterações ao presente regulamento; 3) Que, em face disso, encontra-se o referido Regulamento em condições de ser definitivamente aprovado; 4) Que compete à Câmara Municipal, no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos, apresentar, à Assembleia Municipal, propostas e pedidos de autorização, designadamente em relação às matérias constantes dos n.ºs 2 a 4 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações, e que compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da Câmara, aprovar as posturas e regulamentos do município com eficácia externa (art. 53.º n.º 2 alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações), propõe-se: 1. Que se submeta o presente Regulamento ao Órgão Executivo, elaborado com fundamento legal nos arts. 112.º, n.º 8 e 241.º da Constituição da República Portuguesa, e arts. 64.º, n.º 4, alínea c) e n.º 6, alínea a), e 53.º, estes da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, de forma a remetê-lo à Assembleia Municipal para a devida aprovação. 2. Após aprovação, a remessa do mesmo para publicação imediata no boletim municipal.” =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *O presente regulamento define a forma de organização e funcionamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros (Transporte em Táxi), no nosso Município. Terminado o período de discussão pública, tendo sido consultadas todas as entidades interessadas, não tendo sido sugeridas alterações ao presente regulamento propõe-se a sua aprovação definitiva. =====*

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o Regulamento Municipal do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros (Transporte em Táxi). =====*

===== ***Ponto trinta e oito:** Concessão do Serviço de Transportes Urbanos do Município de Oliveira de Azeméis – Despacho de não adjudicação e abertura de novo procedimento. =====*

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Conforme expresso no Despacho de Não Adjudicação, de 29 de Junho de 2009, o mesmo deverá, desde já ser submetido ao Órgão Deliberativo, e ainda ser submetido à próxima reunião para ratificação pelo Órgão Executivo, dos actos por mim praticados nos termos do n.º 3, do artigo 68º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, ratificando o despacho do Senhor Presidente, datado de 29 de Junho de 2009, o qual se passa a transcrever: “Considerando que no âmbito do procedimento para “CONCESSÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTES URBANOS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMEJS” os candidatos Caima Transportes, S.A.- Auto Viação Aveirense, S.A. e A. V. Reis, Lda., foram objecto de proposta de exclusão com base nos fundamentos expressos no Relatório Preliminar da Fase de Qualificação do Júri do Procedimento, de 17 de Junho de 2009 e que na sequência da audiência prévia não foram efectuadas quaisquer observações, por parte dos candidatos ao referido Relatório, **determino:** - A não adjudicação do presente procedimento, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 79º, do CPP, por todas as candidaturas terem sido excluídas; - A abertura de novo procedimento para concessão do serviço de transportes urbanos do Município de Oliveira de Azeméis, mantendo-se as condições já aprovadas pelo Órgão Deliberativo, na sua 2.ª sessão de 29 de Abril realizada a 15 de Maio de 2009; - A realização de um Ajuste Directo nos termos da alínea a b), do n.º 1, do artigo 24º, do Código dos Contratos Públicos (CCP) até que o novo procedimento seja desenvolvido e concluído à firma A- V. Reis, S.A. actual concessionário dos Transportes Urbanos de Azeméis (TUAZ), de acordo com as condições actualmente vigentes. O presente despacho deverá, desde já ser submetido ao Órgão Deliberativo, e ainda ser submetido à próxima reunião para ratificação pelo Órgão Executivo, dos actos por mim praticados nos termos do n.º 3, do artigo 68º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins. =====*

===== *Infelizmente esta é uma segunda anulação do concurso, porque os concorrentes a este concurso não conseguem acertar o passo com a nova Legislação da contratação deste tipo de serviços. Não cumprem, tem de ser anulado, temos que começar de novo, para ver se à terceira é de vez.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== ***Ponto trinta e nove:** Prestação de Serviços para Recolha, Transporte e Deposição de Resíduos Sólidos e Urbanos e Limpeza Urbana – Repartição de encargos em mais do que um ano económico – Ratificação e convalidação de todos os actos entretanto praticados.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “1. Atenta a Informação Interna nº I/9620/2009, bem como a Proposta nº I/10450/2009, nas quais se manifesta a necessidade de adquirir a Prestação de Serviços para “Recolha de RSU's no Município de Oliveira de Azeméis e limpeza urbana da cidade”, para o período de 3 anos (36 meses), e no estrito respeito pelo estabelecido no artigo 36º, nº 1 e artigo 38º, do Código dos contratos públicos (CCP), o órgão executivo deliberou em reunião no dia 10 de Fevereiro de 2009, com aprovação do órgão deliberativo em 27 de Fevereiro de 2009, sobre a abertura do procedimento na modalidade de **concurso limitado por prévia qualificação**, nos termos estabelecidos no Capítulo III, do Título III, da Parte II do Código dos Contratos Públicos, com a seguinte repartição de encargos, nos termos do estabelecido no n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, conjugado com o seu n.º 6 e demais disposições legais do diploma – Código da Contratação Pública, que regulam o procedimento: Julho a Dezembro de 2009: 485.500€; Janeiro a Dezembro de 2010: 971.000€; Janeiro a Dezembro de 2011: 971.000€; Janeiro a Junho de 2012: 485.500€, perfazendo um total de **2.913.000,00**. 2. Porém, a escolha do tipo de procedimento veio a ser alterada para Concurso Público com publicidade internacional, nos termos do estabelecido Capítulo II, do Título III, da Parte II do já mencionado diploma legal. 3. Relativamente aos encargos orçamentais (abaixo referidos) em mais do que um ano económico, a proposta sofreu uma ligeira alteração, que resulta da: a) Comunicação dada posteriormente de que o valor apresentado já inclui IVA à taxa de 5%; b) Entrada em vigor do referido procedimento com data prevista no mês de Outubro e não no mês Julho, pelo que a contratação do serviço em questão para o período de Julho a Setembro será assegurada a partir do recurso ao procedimento por Ajuste Directo. c) Alteração do nº de meses a contratar, que passou de 36 para 35 meses. Assim, a repartição dos encargos, de acordo com a informação do Serviço Requisitante presente na RQI nº 1923/2009 - valor global de 2.697.235€\*, passa a ser objecto de nova proposta e consequente submissão à aprovação pelos órgãos competentes, executivo e deliberativo, da seguinte forma: Outubro a Dezembro de 2009: 231.190,47€; Janeiro a Dezembro de 2010: 924.761,89€; Janeiro a Dezembro de 2011: 924.761,89€; Janeiro a Agosto de 2012: 616.507,93€. \*Existe uma diferença de € 12,81, resultante de arredondamentos calculados na aplicação informática de gestão dos procedimentos (Medidata). No que respeita ao período de vigência do contrato, este passa a ser de 35 meses, de forma a garantir a possibilidade de adoptar a contratação deste serviço através de Ajuste Directo, de acordo com o estatuído na alínea a) do nº1 do artigo 27º. Assim, submeto à aprovação do órgão executivo as alterações supra referidas, e posterior remissão ao órgão Deliberativo a alteração da repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico de acordo com os valores estimados referenciados no ponto 3, nos termos do previsto*=====

no n.º 1, do artigo 22º, conjugado com o seu n.º 6, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho. Com efeito, a presente proposta deverá, desde já ser submetida ao Órgão Deliberativo, e ainda ser submetida à próxima reunião para ratificação e convalidação pelo órgão executivo de todos os actos entretanto por mim praticados nos termos do n.º 3, do artigo 68º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins. =====

===== Isto não tem grande explicação, é apenas a divisão em anos económicos diferentes. Eu vou antecipar uma resposta a uma pergunta que poderá surgir: porque é que isto ainda não está lançado? Mais uma vez são os procedimentos novos do concurso que levaram ao arrastamento muito mais do que se esperava, estávamos a contar ter a adjudicação desta prestação de serviços no início do Verão, agora está na fase final e penso que não vai levar muito tempo, provavelmente não será connosco mas quem vier a seguir vai ter uma boa prenda logo de início, porque estou convencido que qualquer que seja o concorrente que ganhe vai prestar um serviço melhor do que havia antes e toda a gente vai ficar contente. É o trabalho de casa que se fez. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =

===== **Ponto quarenta:** Regularização de Área de Equipamento em S. Roque – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: a) que em sede de ordenamento territorial, o Município estabeleceu, em 2001, um conjunto de diligências para a concretização de equipamento desportivo, constituído por campo de futebol e seus pertences e anexos, ao cuidado do Grupo Desportivo de S. Roque; b) que as diligências supramencionadas incluem a tentativa de regularização da Área de Equipamento prevista em PDM, libertando os artigos 963, 965 e 960 para Área de Transição; c) se encontram reunidas as condições para a aplicabilidade da margem de acerto e rectificação prevista no artigo 70º do Regulamento do PDM, nomeadamente nos seus números 2 e 4; d) a existência de declaração do Grupo Desportivo de S. Roque no sentido da viabilização da rectificação, propõe-se: Que face ao exposto seja deliberado o deferimento da margem de acerto solicitada, ao abrigo da alínea d) do nº 7 do art.º 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro e posteriores alterações”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Propõe-se a aprovação da margem de acerto necessária à concretização de equipamento desportivo, constituído por campo de futebol e seus pertences e anexos do Grupo

*Desportivo de S. Roque, uma vez que estão reunidas as condições necessárias à aplicabilidade da mesma. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quarenta à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

*===== **Ponto quarenta e um:** Proposta de sinalização horizontal na Trav. Prof. Tiago Ferreira Godinho, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação. =====*

*===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1 - a necessidade de disciplinar o estacionamento numa parte da Trav. Prof. Tiago Ferreira Godinho, propõe-se: a) - a pintura de uma faixa zebra de cor amarela em frente às portas de acesso aos escritórios da firma AzevedoCargo – Transportes Internacionais, Lda., bem como do acesso aos apartamentos naqueles blocos habitacionais; b) - a pintura de linhas contínuas amarelas em parte da Trav. Prof. Tiago Ferreira Godinho, por forma a simplificar a circulação de camiões, evitando, assim, a possibilidade das viaturas ligeiras ali estacionadas poderem vir a ser danificadas, uma vez que naquela zona o arruamento apenas possui a largura de 7,40 metros.” =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos. =====*

*===== É uma proposta de sinalização horizontal, proveniente de alguns problemas de fluidez de trânsito derivado dali dos camiões do AzevedoCargo e foi preciso disciplinar isto com esta sinalização horizontal, conforme consta da proposta. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quarenta e um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

*===== **Ponto quarenta e dois:** Proposta de alteração de sinalização vertical, bem como criação de passadeiras e respectiva sinalização vertical no lugar de Abelheira, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação. =====*

*===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1 – a necessidade de alterar a sinalização vertical, existente no cruzamento das Ruas Manuel José da Silva, Frei Simão de Vasconcelos e Dr. Sá Carneiro, propõe-se: a) - que os sinais verticais ref<sup>a</sup> B2 - paragem obrigatória em cruzamentos e entroncamentos - existentes nas Ruas Frei Simão de Vasconcelos e Dr. Sá Carneiro, sejam colocados na Rua Manuel José da Silva, atente-se ao facto de, nesta artéria, ter sido vedada a circulação automóvel na linha do Vale do Vouga. b) - que sejam criadas quatro passadeiras no referido cruzamento, ou seja, na Rua Manuel José da Silva (a nascente e a poente), na Rua Frei Simão de Vasconcelos e na Rua Dr. Sá Carneiro; c) - que sejam colocados quatro sinais ref<sup>a</sup> A16a - passagem de peões e quatro sinais ref<sup>a</sup> H7 -*

passagem para peões. A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar nº 22-A/1998, de 01 de Outubro com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar nº 41/2002, de 20 de Agosto”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Surge na sequência de ter sido vedada a circulação automóvel ali na Linha do Vale do Vouga e conforme consta também da respectiva proposta. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quarenta e dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto quarenta e três:** Proposta de colocação de sinal “Via Pública sem Saída” na Rua do Emigrante, freguesia de S. Martinho da Gândara – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1 - A necessidade de evitar enganos aos condutores que não conhecem a Rua do Emigrante, na freguesia de S. Martinho da Gândara; propõe-se: a) - a colocação de um sinal vertical ref<sup>m</sup> H4 - Via pública sem saída; - A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com os Dec. Regulamentares nºs 22/A/1998, de 01 de Outubro e 41/2002, de 20 de Agosto”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Foi um pedido resultante da freguesia e é a colocação de um sinal “Via Pública sem Saída” para evitar que as pessoas circulem por essa via. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quarenta e três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto quarenta e quatro:** Proposta de colocação de sinal “Proibição de Estacionamento a Pesados” na Rua do Mosteiro, freguesia de Cucujães – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1 - a necessidade de evitar o estacionamento de camiões na Rua do Mosteiro, freguesia de Cucujães; propõe-se: a) a colocação de dois sinais ref<sup>m</sup> C15 "Estacionamento Proibido", com 2 painéis adicionais ref<sup>m</sup> M7a, com a designação "Pesados". - A sinalização vertical deverá ser

*colocada de acordo com os Dec. Regulamentares n.ºs 22/A/1998, de 01 de Outubro e 41/2002, de 20 de Agosto.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos.* =====

===== *A colocação deste sinal resulta do facto de uma viatura pesada estar permanentemente estacionada na Rua do Mosteiro, a causar problemas de circulação e há alternativas a isso e, portanto, decidiu-se que nesta rua que é muito frequentada de colocar a proibição de estacionar aí viaturas pesadas.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quarenta e quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto quarenta e cinco:** *Proposta de colocação de sinalização vertical e horizontal na Rua do Mosteiro, freguesia de Cucujães – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: - A necessidade de evitar mais acidentes e para uma melhor segurança quer para condutores, quer para peões, na Rua do Mosteiro, freguesia de Cucujães; propõe-se: a) – a colocação de conjunto de sinais - ref.º A1c - curva à direita e contracurva; - ref.º C13 – proibição de exceder e velocidade máxima de 40 quilómetros por hora; b) - 2 sinais ref.º C20b - fim da limitação de velocidade; c) - linha contínua. - A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 01 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002, de 20 de Agosto.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos.* =====

===== *Conforme consta aí, penso que resulta também de um pedido da Junta de Freguesia e é uma proposta que está de acordo com os interesses da população.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quarenta e cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto quarenta e seis:** *Proposta de criação de um conjunto de passadeiras e colocação de sinalização vertical, no lugar de Adães, freguesia de Ul – Aprovação.* =====

=====  
 ===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1 - a necessidade da criação de um conjunto de passadeiras nas Ruas dos Descascadores de Arroz, de Adães, do Grémio e N.ª Sra. das Febres, no lugar de Adães, freguesia de Ul, de forma a facilitar o atravessamento de peões; propõe-se: a) - a implementação das referidas passadeiras em sito das marcas transversais M11 (passagem para peões) deverão ser corrigidas as bandas cromáticas M20 para montante das passagens de peões; b) - a colocação na Rua de Adães, da seguinte sinalização vertical: - 1 sinal ref.ª A1c - curva à direita e contracurva; - 1 sinal ref.ª B9a - entroncamento com via sem prioridade; - 1 sinal - ref.ª H7 - passagem para peões; - conjunto de sinais - ref.ª A16a - passagem de peões; - ref.ª C13 - proibição de exceder e velocidade máxima de 30 quilómetros por hora; c) - a colocação na Rua dos Descascadores de Arroz, da seguinte sinalização vertical: - 1 sinal ref.ª A1c - curva à direita e contracurva; - 1 sinal ref.ª B9b - entroncamento com via sem prioridade; - 1 sinal ref.ª H7 - passagem para peões; - conjunto de sinais - ref.ª A16a - passagem de peões; - ref.ª C13 - proibição de exceder e velocidade máxima de 30 quilómetros por hora; d) - a colocação na Rua do Grémio, da seguinte sinalização vertical: - 1 conjunto de sinais - ref.ª A16a - passagem de peões; - ref.ª C13 - proibição de exceder e velocidade máxima de 30 quilómetros por hora; - 1 sinal ref.ª H7 - passagem para peões; e) - a colocação na Rua Nossa Senhora Febres, da seguinte sinalização vertical: - conjunto de sinais - ref.ª A16a - passagem de peões; - ref.ª C13 - proibição de exceder e velocidade máxima de 30 quilómetros por hora; - 1 sinal ref.ª H7 - passagem para peões. - A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 01 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002, de 20 de Agosto.”* =====

=====  
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====  
 ===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos.* =====

=====  
 ===== *Penso que isto também foi feito em colaboração com a Junta de Freguesia de Ul e, portanto, penso que é pacífico.* =====

=====  
 ===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

=====  
 ===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quarenta e seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

=====  
 ===== **Ponto quarenta e sete:** *Proposta de postura de trânsito na freguesia de Macinhata da Seixa – Aprovação.* =====

=====  
 ===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1 - a necessidade de disciplinar o trânsito na freguesia de Macinhata da Seixa, propõe-se: a) - A aprovação do Projecto de Postura Geral de Trânsito da freguesia de Macinhata da Seixa, na sua globalidade; b) - Numa primeira fase, a aprovação da colocação da sinalização vertical referidas nos pontos 04; 10; 11; 16; 26; 35; 44; 56; 57; 58; 59; 64; 110; 111; 112; 115; 116; 124; 130; 138; 139; 140. A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22/A/98, de 01 de Outubro e n.º 41/2002, de 20 de Agosto. A aprovação da Postura Geral de Trânsito da freguesia de Macinhata da Seixa pelo Órgão Executivo, elaborado ao abrigo e nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 53º e da alínea a) do n.º 7 do*

*art.º 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei nº 5/A/2002, de 11 de Janeiro e alínea o) do nº 1 do art.º 13º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro”. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos. =====*

*===== Foi uma postura que foi aprovada nos Órgãos Autárquicos da Freguesia e, portanto, está de acordo com os interesses dos Macinhatenses. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Francisco Jacinto. =====~*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Francisco Jacinto, Presidente da Junta de Freguesia de Macinhata da Seixa. =====*

*===== Não é da competência da Junta a elaboração deste documento, no entanto a Junta de Freguesia viu-se forçada a proceder a este documento porquanto ou existem ruas sem sinalização ou existem ruas com sinalização deteriorada e é preciso criarmos um documento, conforme eu digo no preâmbulo, em que não haja intenção de aproveitamento pela dúbia sinalização existente, quer pelos utentes, quer pelas seguradoras. Existem muitas vezes acidentes em que as seguradoras a única coisa que exigem é isto que está aqui, não havendo é complicado. Os sinais que lá estão, alguns deles, se calhar não estão devidamente regulamentados o que forçou a Junta de Freguesia a elaborar este documento. É um documento que não está terminado, é sujeito a rectificações consoantes as necessidades, pelo que esta é a primeira fase. Agora, segundo me foi solicitado por um funcionário da comissão de trânsito, vai ser feito um levantamento de todas as ruas sem sinais, de todas as ruas com os sinais deteriorados e aqueles sinais têm mesmo que sair porque estão danificados. Penso que não é da minha formação ser mal-educado e ser incorrecto, mas se o fiz foi inadvertidamente e peço-vos imensa desculpa. Obrigado e boa sorte para todos. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quarenta e sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

*===== **Ponto quarenta e oito:** Rectificação dos Estatutos da “GEDAZ – Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, E.E.M.” – Aprovação. =====*

*===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - No dia 10 de Julho de 2009, foi constituída a Empresa Municipal “GEDAZ – Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, E.E.M.”; - Para efeitos de registo, urge proceder à rectificação dos Estatutos; - Em cumprimento do disposto no número 1 do art.º 15 dos respectivos Estatutos, foi na reunião de Câmara de 28 de Julho de 2009, designado o Dr. Paulo Sérgio para revisor oficial de Contas –Fiscal Único; - Foi proposto pela “GEDAZ – Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, E.E.M.”, a nomeação do Dr. Joselito Pedro Quaresma Almeida, como suplente do Fiscal Único (inscrito na lista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 1248, com domicílio profissional na Rua Cristóvão Pinho Queimado, número 9, 1.º Esquerdo, em Aveiro, portador do Cartão de Cidadão n.º 11372902); Nessa sequência,*

*propõe-se: - A Aprovação da rectificação dos Estatutos da "GEDAZ – Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, E.E.M.", nos termos constantes do documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas; - Que seja nomeado o Dr. Joselito Pedro Quaresma Almeida, suplente do Fiscal único".* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins, para prestar os devidos esclarecimentos.* =====

===== *São questões de pormenor. A Conservadora na hora do registo levantou alguns pormenores e eu dou o exemplo de um: a GEDAZ tem sede em Oliveira de Azeméis, mas não dizia em que rua e por acaso naquele sítio a rua ainda não tem nome porque e uma rua acabada de abrir, é a zona das piscinas, do pavilhão. Só por isso tinha que identificar, tinha-se que se esclarecer lá que aquilo que situava em algures na cidade de Oliveira de Azeméis, na Fonte Joana, já que não há nome na rua. Estas questões de pormenor tinham que ser alterados nos estatutos e, portanto, tem que vir aqui forçosamente só por isso. São questões de pormenor sem importância nenhuma.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quarenta e oito à votação, tendo sido deliberado por maioria, com a abstenção da Dra. Ana de Jesus, aprovar a rectificação aos estatutos da GEDAZ, conforme proposta apresentada.* =====

===== **Ponto quarenta e nove:** *Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro – Conhecimento/ Apreciação.* =====

===== *Para cumprimento do artigo 6º do D.L. nº 38/2008 e alínea c) do nº 4 do artigo 40º da Lei nº 2/ 2007 (Lei das Finanças Locais), foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais irão ficar arquivados em pasta anexa ao livro de actas.* =====

===== *Conjuntamente com os referidos documentos foi ainda presente o relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao 1.º semestre de 2009, para conhecimento e tomada de posição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. António Rosa, para prestar os devidos esclarecimentos.* =====

===== *É um relatório a que a Assembleia Municipal também já se habituou, houve precisamente na Assembleia há um ano atrás, que visa fazer o acompanhamento e dar conta da execução do Plano de Saneamento Financeiro pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal. Portanto, é esse o propósito e foi também dado o conhecimentos às restantes entidades conforme e Lei prevê. Eu gostaria apenas de destacar enfim que aquilo que resulta deste relatório é que de facto a Câmara Municipal está a cumprir com aquilo que são as suas obrigações em termos*

*de Plano de Saneamento Financeiro, naturalmente que tendo em conta a sazonalidade do ano do ponto de vista da arrecadação de receitas e da execução de despesas. Há de facto aqui indicadores que não estando neste momento com o perfeito equilíbrio tenderão para o equilíbrio até ao final do ano e, portanto, resulta daqui no essencial que desde Dezembro de 2007, altura em que foi aprovado o Plano de Saneamento Financeiro, a dívida do Município reduziu já cerca de três milhões e meio de euros; o endividamento regista também uma redução de próximo de dois milhões e oitocentos mil euros. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

*===== A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos referidos documentos. =====*

*===== Porque não constava da Ordem de Trabalhos foi de seguida analisado e votado ao abrigo da parte final do artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o assunto que se segue: =====*

*===== **Ponto cinquenta:** Protocolo de colaboração a celebrar com o Instituto de Apoio à Criança – Autorização/ Ratificação. =====*

*===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de cultura, acção social, educação e tempos livres, consignadas designadamente, nas alíneas d), e), f) e h) do no n.º1 do art. 13º, 19º, 20º, 21º e 23º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - Que o Centro Lúdico de Oliveira de Azeméis, tem, como objectivo promover o encontro entre gerações e o desenvolvimento social, pedagógico e cultural através de actividades lúdicas e de conhecimento, sensibilizando, desde a gestação, os responsáveis educativos para a importância fundamental de brincar, ler e comunicar na vida do indivíduo do século XXI, fomentando hábitos precoces e competências diversificadas de literacia e numeracia; - As valências e actividades por este disponibilizadas, designadamente exposições, conferências, oficinas, acções de formação/workshops, sessões de debate, espectáculos, entre outras. Propõe-se: Ao abrigo da alínea f) do n.º2, alínea b) do n.º4, do art. 64º e 67º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que seja aprovada a minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com o Instituto de Apoio à Criança, que se anexa, com vista à colaboração institucional no apoio e acompanhamento técnico no Centro Lúdico de Oliveira de Azeméis e formação dos técnicos afectos ao mesmo; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º do mesmo diploma.” =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra à Senhora Vereadora Dra. Gracinda Leal, para prestar os devidos esclarecimentos. =====*

*===== O Centro Lúdico entrou em funcionamento a 19 de Junho deste ano e como sendo um equipamento sociocultural inovador no nosso País, não temos nenhuma estrutura que nos garanta a formação e acompanhamento técnico deste equipamento, a não o sector da actividade lúdica do Instituto de Apoio à Criança, que na história da ludicidade do nosso País é das entidades mais creditadas. Foi um Instituto que nos apoiou já antes da abertura do Centro Lúdico e nós achamos por bem que seria uma mais-valia termos esta entidade a acompanhar*

*também a nossa equipa técnica e a dar-nos todo o apoio possível para cada vez mais termos um serviço de qualidade naquele equipamento, dado que desde a sua abertura já passaram por lá mais de mil visitantes e já temos cerca de seiscentas inscrições, até ao final do mês de Agosto tínhamos quinhentas e sessenta e seis inscrições de utilizadores. Portanto, seria uma pena nós não conseguirmos ter este apoio e esta colaboração do Instituto de Apoio à Criança. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Helder Simões. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS. =====*

*===== Boa tarde a todos. Só queria tirar aqui uma dúvida muito simples. Da análise superficial deste protocolo, dá-me a entender que o Município vai ter que pagar uma verba ao Instituto de Apoio à Criança no valor de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), aqui em lado nenhum fala se isto é mensal, se é anual, com que periodicidade. Já agora, só a título de correcção, se o Município vai pagar estes € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), isto devia estar nos compromissos do Município e não nos compromissos assumidos pelo Instituto de Apoio à Criança. Segundo o protocolo é compromisso do Instituto de Apoio à Criança uma prestação de serviços no valor de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), quer dizer é mas é compromisso da Câmara Municipal pagar € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) pela prestação de serviço, pelas obrigações que o Instituto de Apoio à Criança irá prestar ao Município. Acho que há aqui uma gralha na redacção deste protocolo, mas que não invalida que possamos aprovar o mesmo, sabendo de antemão que são € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) anuais. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Vereadora Dra. Gracinda Leal, para responder à intervenção. =====*

*===== Só para dizer que o protocolo é por um ano, portanto não será também pago na totalidade € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), mas é por tranches devido à deslocação das Técnicas do IAC, consoante as suas deslocações para assegurar toda a parte logística e técnica.*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinquenta à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar/ ratificar a celebração do protocolo de colaboração com o Instituto de Apoio à Criança. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====*

*===== Terminada a Ordem de Trabalhos, vamos entrar no período destinado ao Público. =====*

**=== PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO) ===**

*===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Domingos Costa, Emília Freire, Altino Tavares e Eng.º Paulo Alegria. =====*

=====  
*O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Domingos Costa, residente no lugar da Abelheira, freguesia de Oliveira de Azeméis.*  
=====

=====  
*Boa tarde. Eu na qualidade de morador na Abelheira, queria exprimir a minha indignação pelo mau trabalho que infelizmente os técnicos da Câmara cometeram em relação à passagem de nível da Abelheira. Isto porque em Novembro, mais ou menos, a REFER tapou-nos a passagem de nível com uns calhaus, umas pedras, umas coisas inoportunas. Na altura, dirigi-me à Junta de Freguesia e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia disse que não tinha conhecimento, que isso era com o Senhor Presidente da Câmara. Sei que muita gente fez diligências em sentido da Câmara, entre as quais um abaixo-assinado da população da Abelheira a pedir realmente para saber o que é que se passava com o protocolo assinado entre a Câmara e a REFER. Lamentamos que realmente a Câmara não tenha notado que havia de facto uma lacuna muito grande nesse protocolo. O Senhor Presidente, foi dizendo que realmente tinha umas passagens para peões, o que viemos a constatar que infelizmente não temos passagem para peões, até que agora na segunda-feira, vimos lá os senhores da REFER a tapar, a fazer o muro da vergonha, para não chamar o “Muro de Berlim”, nem o muro entre Israel e Palestina. De maneira que conseguimos juntar a população e passamos dois dias, segunda e terça, em reuniões com o Senhor Presidente da Câmara que nos atendeu magnificamente bem, dizendo que o protocolo nos dava passagem, depois vimos que o protocolo não nos dava passagem, fomos falar com a Senhora Arqt.<sup>a</sup> Maria Emília que nos disse que o Senhor Presidente sabia aquilo que tinha assinado, que sabia que aquilo não tinha passagem. De maneira que houve uma confusão muito grande nisto tudo, que nós não podemos deixar passar. Mas, felizmente, como o Senhor Presidente nos deu sempre esperança que tínhamos passagem, isto acabou por mobilizar a população de Cimo de Aldeia, da Abelheira de Cima, da Abelheira de Baixo e até muita gente de S. Tiago de Riba-Ul, porque aquilo é uma passagem que toda a gente ou a maioria das pessoas deve conhecer, que passam ali centenas e centenas de pessoas para o trabalho, para a Simoldes, para a Zona Industrial, muitas pessoas a pé. Felizmente depois tenho que louvar a atitude do Senhor Presidente da Câmara, porque na quinta-feira quando veio lá a televisão filmar toda aquela pouca vergonha, nós estivemos desde as duas horas até às quatro e meia à espera do Senhor Presidente da Câmara, às quatro e meia mais ou menos, fomos recebidos pelo Senhor Presidente da Câmara e ele prontificou-se em ir ao lugar falar com a população e ficamos satisfeitos da maneira como ele falou com a população e a população também ficou reconhecida. O Senhor Presidente da Câmara, perante os factos disse-nos, eu por exemplo não estava presente mas ouvi das outras pessoas da Abelheira que estavam presentes, ouviram o Senhor Presidente da Câmara dizer “votem isto abaixo que a Câmara responsabiliza-se pelos danos”. Isto veio-nos dar uma certa confiança, sabendo que o Senhor Presidente da Câmara tinha-nos dito que a obra era para parar, tínhamos ofício, um até dirigido à Câmara e outro da REFER à Câmara por causa das outras passagens de nível. De maneira que nós, os Abelheirenses, ganhamos uma batalha mas não ganhamos a guerra, porque a guerra, infelizmente, sabendo nós o que é a REFER. E claro como foi aqui referido que realmente houve uma lacuna, isto dá-os mais força, a nós moradores da Abelheira e Cimo da Aldeia e todos os outros, toda a gente, toda a população que passa por lá, de maneira que nos dá mais força para estarmos um bocado tranquilos e esperar que realmente a nova Câmara tenha isso em atenção, porque nós não queremos fazer nada. Eu disse e prometi ao Senhor Presidente que estava aqui na qualidade de morador da Abelheira, não nunca como militante do Partido Comunista que sou, e disse ao Senhor Presidente que esta era uma luta dos moradores, não era uma luta partidária e felizmente fomos ouvidos pelo Senhor Presidente e o Senhor Presidente garantiu-*

*nos isto. Por isso, é disso que nós esperamos, toda a população da Abelheira. Mais nada tenho a dizer, mas já agora queria só dizer uma coisa ao Senhor Presidente, também para dizer que não venho aqui sempre dizer mal, agradecer ao Senhor Presidente o final entre a Rua Dr. Sá Carneiro e a Rua Manuel José da Silva, felizmente passados poucos dias fomos contemplados com isso. Queria pedir ainda ao Senhor Presidente da Câmara, embora eu não viva lá mas vive uma filha minha, se calhar também vivem alguns familiares do Senhor Presidente, em relação à Rua Bento Landureza, que o Senhor Presidente prometeu que este Verão ficaria pronta, estamos no Outono e se calhar agora vindo o Inverno vamos novamente ter graves problemas, de maneira que pedia que aquela rua fosse alcatroada, porque é um vergonha e é uma rua que dá entrada em Oliveira de Azeméis. =====*

*===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Emília Freire, residente na freguesia de S. Tiago de Riba-Ul. =====*

*===== Boa tarde a todos. Na qualidade de elemento da comissão de utentes da passagem de nível do Lugar do Monte em Santiago de Riba-Ul e em representação da referida comissão venho com profundo descontentamento comunicar o seguinte: Em 21/03/2002 foi enviada pela REFER ao Presidente da Junta de Freguesia de Santiago de Riba-UI uma carta onde comunicavam que iriam iniciar a 1.ª fase do processo de obras de construção e beneficiação de acessibilidades rodoviárias de modo a viabilizar a eliminação de diversas Passagens de Nível, entre muitas está contemplada a do Lugar do Monte. Na mesma carta diziam que numa fase posterior, deverá promover-se um plano de construção de diversas Passagens Desniveladas, onde tencionam incluir uma Passagem Inferior ao Caminho de Ferro, nas proximidades do ponto quilométrico 31,200 da Linha do Vouga, a cerca de 350 metros do apeadeiro de Santiago de Riba-Ul, a qual deverá permitir o encerramento da Passagem de Nível situada ao Km 30,963, ou seja, a do Lugar do Monte. Para grande surpresa de toda a população de Santiago de Riba-Ul, no dia 12/12/2008 surge um transporte com barras de betão e uma máquina para as colocar na referida passagem. Todo este aparato teria como objectivo o encerramento da passagem de nível no Lugar do Monte. Cientes do erro que a REFER estaria a cometer nesse dia, uma grande mobilização de populares residentes e não residentes, que utilizam a mesma passagem diariamente para se deslocarem para os seus empregos na Zona Industrial há inúmeros anos, conseguiram com que a passagem de nível não fosse encerrada. Para melhor enquadrar no tempo quando aconteceu esta situação, foi no mesmo dia da inauguração do troço 7 junto à Zona Industrial. Acompanhando o transporte com as barras de betão, vieram também três elementos da REFER (um deles tivemos conhecimento que era um Engenheiro responsável), onde foram interpelados sobre aquele aparato. Tínhamos conhecimento de que este local seria encerrado apenas depois da construção de uma alternativa, tal como comunicado em 2002. Ou seja, o encerramento estava a acontecer naquele momento, sem que desde 2002 se tivesse construído a alternativa acordada. Qual foi o nosso espanto quando o referido Engenheiro nos disse de que posteriormente tinha sido assinado novo protocolo pela Câmara Municipal onde a passagem de nível iria ser encerrada, sem se fazer qualquer alternativa. Nesse mesmo dia tentamos contactar um responsável da Câmara Municipal, que depois de muita insistência, apareceu e comunicou que tinha havido um erro e que a passagem de nível não iria ser encerrada. Desde esse dia um grupo de pessoas, hoje denominado como Comissão de Utes, desdobraram-se em inúmeros contactos, para que todos os que precisam de cruzar a passagem de nível conheçam a realidade e com isto conseguir reunir o máximo de assinaturas, para assim impedir o referido encerramento nas condições actuais em que o mesmo está previsto acontecer. Logo após o conhecimento, pediu-se uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara*

*Municipal para que fosse confirmada a veracidade do protocolo que o Eng. da REFER nos comunicou. Mais tarde, a comissão foi recebida pelo Senhor Presidente da Câmara que nos disse que podíamos estar descansados, já que a passagem não seria encerrada, mas sim automatizada e que pessoalmente também era contra o seu encerramento sem alternativa. Posteriormente, acerca de dois meses, um representante da comissão reuniu novamente com o Presidente, porque constou-se mais uma vez que a passagem iria ser encerrada. O Senhor Presidente deu a garantia, novamente, que iria ser automatizada, isto porque a REFER teria já iniciado este processo noutras passagens de nível, coincidência ou não, no Pinheiro da Bemposta e que as restantes passagens do Concelho seguiriam o mesmo caminho. Novamente e em conversa informal, na passada segunda feira dia 21 de Setembro, foi novamente confirmado de que a passagem de nível iria ser automatizada e que sobre este tema, a população de Santiago poderia estar descansada. No dia 23 de Setembro, na passada quarta feira, foi iniciada a construção do "Muro de Berlim Português", na passagem de nível da Abelheira. Construíram um muro de betão, com quase dois metros de altura, sem que estivesse prevista a passagem de peões. Estiveram presentes elementos da REFER e o Senhor Presidente da Câmara que confirmaram que a próxima passagem de nível a ser encerrada seria a do Lugar do Monte. Neste mesmo local o Senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a contestar o que se está a passar com as passagens de nível em Santiago de Riba-UI e inclusivamente aconselhou os manifestantes presentes a abrirem, no dito "Muro de Berlim Português" uma passagem para peões, que a Câmara Municipal estava com a população na qualidade de Presidente. Com estes encerramentos irão dividir Santiago literalmente a meio. A população e quem trabalha na Zona Industrial terá que percorrer mais quatro quilómetros sempre que se queira dirigir para casa, para o trabalho, à padaria, ao Café, à Igreja, à Escola, Junta de Freguesia, Cemitério etc. Isto irá prejudicar em muito as pessoas que cruzam esta passagem de nível para fazer a sua vida quotidiana. Sempre e quando alguém queira fazer o circuito habitual, com a passagem de nível encerrada, terá que ir quase até ao centro da Cidade ou passar a meio da Zona Industrial... são quatro quilómetros mais do que o necessário. A Comissão de Utentes não está contra o encerramento desta passagem de nível. Estamos sim indignados pelo tratamento que este assunto teve nestes últimos seis anos. Em tanto tempo não foi criada uma alternativa real e segura e de um momento para o outro, encerra-se um local utilizado por centenas de veículos para se deslocarem para suas casas e locais de trabalho. Estamos indignados, por não serem criadas alternativas seguras para a passagem de viaturas. A REFER e a Câmara Municipal optam pela solução mais fácil e mais negativa para as populações, que é o encerramento de todas as passagens de nível necessárias para a população de Santiago de Riba-UI. Depois de ter, de uma forma muito sucinta, explicado o que se tem andado a fazer com as passagens de nível do nosso Vouguinha queremos perguntar: Será que desde 2002 e até à data de hoje não se teve tempo para se construir uma passagem alternativa, como previsto no protocolo assinado? Se foi dito que as passagens de nível iriam ser automatizadas, porque é que estão a ser encerradas? De cinco passagens de nível em Santiago de Riba-UI, sem qualquer alternativa construída, quatro serão encerradas e uma quinta, entre a Ponte Romana e a Aguincheira, continuará a ter passagem viária, quando apenas passam cerca de uma dúzia de carros por dia? Que interesses sociais e económicos estão por detrás desta decisão? Porque é que no Pinheiro da Bemposta são quatro as passagens de nível electrificadas e em Santiago zero? Esperamos que as questões colocadas tenham resposta. Esperamos que os responsáveis, técnicos e políticos pelas decisões tomadas venham ao terreno conhecer a realidade. Esperamos que seja possível alterar o que está a acontecer por este ou próximo Executivo, para o bem da população. Esperamos que o desfecho desta história seja o melhor para Santiago e para todos os utentes. Muito obrigado. =====*

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Altino Tavares, residente na freguesia de Oliveira de Azeméis.* =====

===== *Eu sou um cidadão comum deste país e um munícipe deste concelho, que desde 28.12.2008 tenho vindo a esta Assembleia, dar voz ao meu descontentamento em muitos assuntos que achei relevante e outros pedidos de resposta a algumas questões aqui apresentadas, como também apresentei aqui algumas sugestões. Tenho consciência de que não é fácil gerir um Município com as dezanove freguesias de que dispomos, mas sinto que é extremamente fácil, gerir todos os funcionários desta Câmara, desde o simples servente, até aquele superior, que muitas vezes não se encontra no local de trabalho ao serviço e salvaguarda dos interesses municipais e à promoção do bem-estar da população. Tenho consciência que não podemos estar em todos os lados, mas existe a obrigação do Senhor ou Senhora que gere o destino deste município, de saber quem são as pessoas responsáveis e exigir destas para que a lei seja respeitada, seja cumprida de modo que não haja a possibilidade de corrupção e que todos trabalhem num só sentido. Também não entendo que durante o exercício de um mandato não haja a vontade e o bom senso, de ao terem conhecimento que no mandato anterior ou anteriores, foram cometidos erros graves e de não terem a coragem de os corrigirem, alegando que foram cometidos pelos mandatos anteriores. Todos nós somos e temos responsabilidades, por aquilo que herdamos, inclusivamente o que está mal, o que está bem e o que está menos bem. Apelo aos candidatos à Assembleia deste município e a todos os que votam nesta Assembleia que sejam activos, participativos, justos por uma política de rigor, de justiça e transparência. Apelo a todos os Oliveirenses que zelem por Oliveira de Azeméis, que sejam bairristas, que venham a esta Assembleia dizerem o que lhes vai na alma, reclamando ao que têm direito, para bem de todos, porque estamos num país livre e numa região linda, não a destruamos. Se fosse Presidente da Câmara Municipal o que mudaria de imediato, em Oliveira de Azeméis? Por uma política activa e que passava no imediato pela formação continua em todas as áreas abrangentes de cada funcionário, de cada dirigente, ou seja, de todos os que recebem uma remuneração da autarquia. Que existam regras e objectivos a atingir. Por uma política de rigor que responsabiliza de imediato todos os funcionários e dirigentes de erros cometidos e não justificados. Por uma política de transparência onde todos os munícipes tenham informação atempada de tudo o que se passa no concelho envolvendo como e óbvio a comunicação e imagem. Por uma política de justiça onde tudo seja ponderado com conta, peso e medida. Que todos os Oliveirenses tenham sem excepção os mesmos direitos e os mesmos deveres. Que não se favoreça uns em prejuízo de outros. Por uma política de dar as Juntas de Freguesias autonomia suficiente para que estas possam dar resposta aos anseios dos habitantes dessa freguesia, para que estas deixem de ser uns pedintes de apoios à Câmara, por falta de meios, actuando como intermediários entre a população e o poder municipal. Por falta de meios vemos os Senhores Presidentes de Juntas, nesta Assembleia, obrigados a votar a favor da Câmara com o medo de represálias. Por uma política de "eliminar a presença dos Presidentes de Juntas desta Assembleia é uma forma de estes desempenharem de uma forma eficaz a sua função fiscalizadora da Câmara ". Que sejam premiados os que sejam determinados, responsáveis e activos. Como é que Oliveira de Azeméis pode voltar a ser o que era? Com este título na minha intervenção de 29-12-2008, trouxe a esta Assembleia, algumas questões sobre as antigas Ruas principais de Oliveira de Azeméis e hoje as ditas pedonais. Entre diversas questões, apelei para que temporariamente, neste tempo de crise que atravessamos, abram estas ruas à circulação de viaturas ligeiras. Logo a seguir, frisei para que V. Exas. amenizassem as taxas impostas por V. Exas. aos comerciantes e aos munícipes. Do que solicitei e da observação que fiz V. Exas. nada fizeram e as ruas continuam simplesmente fechadas. Os comerciantes das*

*Ruas Bento Carqueja e António Alegria, repito, os comerciantes das ruas pedonais, assinaram um pedido a 09 de Fevereiro de 2009 dirigido ao Sr. Presidente Ápio Assunção a solicitar para que tão rapidamente quanto possível abrisse estas Ruas ao trânsito a viaturas ligeiras. Só muito recentemente recebi a resposta do Senhor Presidente dirigida aos Comerciantes da Rua Bento Carqueja e Rua António Alegria. E que me leva a tecer alguns reparos. Logo no início da sua carta os Senhores fazem menção de que qualquer decisão tomada no sentido do proposto seria um retrocesso de qualidade ambiental e de vida da população Oliveirense que, com esta obra a população ganhou espaço de recreio e lazer no coração da cidade. O que é que V. Exas. criaram para a recreação e para o lazer da população nas Ruas pedonais? “Esta obra foi realizada num plano de regeneração urbana mais amplo com o objectivo de dar mais espaço, mais liberdade e mais segurança aos cidadãos e às crianças”. Os senhores já repararam na segurança dos cidadãos e das crianças, quando uma viatura para carga e descarga é obrigada a fazer uma manobra perigosa de marcha atrás? A pedonização veio devolver dignidade ao centro da cidade, os senhores já olharam para os prédios degradados das ruas pedonais? “Transformando-a num espaço privilegiado de encontro, envolvimento e participação dos cidadãos”. O meu reparo são estes... O que é que V. Exas. fazem para que haja neste espaço das ruas Bento Carqueja e António Alegria, encontro, envolvimento e participação dos cidadãos? Como podem falar de espaço privilegiado se nem luz pública suficiente existe para que as pessoas se sintam em segurança. Também fazem referência que a decisão de encerrar as ruas pedonais ao trânsito automóvel e de aprovar este projecto foi tomada por unanimidade pelo Executivo Camarário. Se o Executivo Camarário tem poderes para fechar ao trânsito automóvel, também terá poderes para ouvir os quarenta e oito comerciantes que assinaram um pedido para que as Ruas pedonais Bento Carqueja e António Alegria, fosse aberto ao trânsito a viaturas ligeiras. Como é possível que Oliveira de Azeméis, possa voltar a ter o dinamismo, a vontade de ser alguém, se V. Exas. não ouvem os comerciantes, não ouvem os prestadores de serviços, não ouvem a Oposição e não respondem sequer às questões que eu trouxe a esta Assembleia de 27 de Junho de 2008 e 29 de Abril de 2009 e que hoje solicito novamente resposta. Achar que é desta forma que V. Exas. transmitem confiança, transmitem rigor, transmitem transparência e transmitem justiça? Por favor não façam dos comerciantes das ruas pedonais uns palhaços. É só. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º Paulo Alegria, residente nesta cidade. =====*

*===== Boa tarde. Não quero demorar, venho aqui e pelo sorriso do Senhor Presidente da Câmara ele quase que se apercebeu porque é que eu vinha aqui. Sem dúvida nenhuma, Senhor Presidente, que foi na vigência do Senhor Ápio Assunção, ainda como Vice-presidente da Câmara, que se iniciaram as conversações para a Quinta Dr. Eugénio Alegria. Um mandato, outro mandato e espero que finalize bem estes últimos quinze dias e que depois tenha o devido descanso, que também é preciso, mas não há dúvida nenhuma que vou levar este tipo de expressão “O Senhor prometeu, mas não cumpriu”. Na realidade, na última entrevista que o Senhor Presidente falou na Quinta Dr. Eugénio Alegria, eu como uma vez falei aqui e trouxe o jornal, que aquele assunto estava adormecido, mas que iria ser iniciado no decorrer do mês seguinte ou logo de imediato. Eu na realidade estou convencido que aquele assunto, a Quinta foi mordida pela mosca zézé e deve ter um sono permanente e nada se resolve. Eu lamento, não como um dos co-proprietários da propriedade, mas penso que aquela obra que é talvez dos troços que se foram fazendo e que infelizmente são intermitentes, não tiveram continuidade e alguns deles foram feitos e estiveram dois anos praticamente sem passar lá automóveis, como foi*

*aquele pontão lá em baixo, junto ao supermercado Carpan, aquela circular. Aquele troço acolá é essencial, sempre o disse, foi a partir daí, ainda como o meu Pai vivo e com o Arqt.º João Paulo Domingues, que nós convencemos a aceder ao pedido que a Câmara Municipal nos estava a fazer, para poder fazer aquele troço. Eu já nessa altura e o meu Pai já nessa altura vimos essa realidade, que aquilo seria um troço fundamental por causa do trânsito caótico que ainda vamos tendo em Oliveira de Azeméis. Eu não queria, e vai-me desculpar como Presidente da Câmara e não como amigo Ápio, de vir aqui desagradado na realidade, porque na realidade foram dez anos e a situação está como está. O outro assunto, é só um pequeno aparte e ouvindo todas estas interpretações do Público e talvez porque no anterior mandato eu fui um assíduo Oliveirense, praticamente em todas as sessões que a Assembleia Municipal fez, tanto na cidade como as que deslocou para as freguesias e depois nestes quatro anos aqui como Membro desta Assembleia verifiquei e verifico que é solicitado e aqui o Senhor Presidente da Assembleia Municipal teve algumas intervenções nesse sentido, na solicitação do Público vir às Assembleias, ser participativo, vir dar as suas questões, os seus apoios e na realidade depois deveriam ser respondidos pela Câmara Municipal. Depois também é de acordo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal dê conhecimento à Assembleia Municipal das respostas do Público que foram solicitadas. Na realidade, Senhor Presidente, nestes oito anos, vai-me desculpar se eu falho, mas nunca houve essa informação das respostas que a Câmara Municipal deu, nunca foram dadas à Assembleia Municipal. Este é um pequeno reparo, daqui a quinze haverá outra nova Câmara Municipal, outra Assembleia Municipal e é um pedido que fica aqui aos Candidatos da Assembleia Municipal, à Presidência, que no futuro mandato essa comunicação seja feita à Assembleia, porque o Público presente também que está numa Assembleia e que muitas vezes vem à outra também, assim ficaria a saber a resposta. Era só. Muito boa noite. =====*

*===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da acta relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====*

*===== Não vou obviamente dar nenhum esclarecimento relativamente a esta matéria que o Eng.º Paulo Alegria agora acabou de falar enquanto Público, porque ele tem esta dupla função de Membro da Assembleia e de Público. Mas dizer o seguinte: o Público foi sempre incentivado a participar e deixe-me dizer-lhe que registo com agrado e acho que deve ser um motivo de orgulho para todos nós que somos Membros desta Assembleia, que em todas as Assembleias Municipais, em todas as Sessões, o Público veio, participou, interveio. Agora, é evidente que nem sempre aquilo que o povo deseja, as respostas são positivas ou são de acordo com aquilo que se expressa aqui e temos aqui um conflito insanável relativamente ao Senhor Altino Tavares, que vem aqui todos os dias pedir a abertura da zona pedonal ao trânsito e seguramente, julgo eu, ninguém com responsabilidades públicas ou políticas defende isso e, portanto, vai ser o tal conflito insanável, a resposta é dizer não e o Senhor Altino vem cá e continua a pedir, mas a resposta não vai ser favorável, penso eu. E repare é preciso percebermos um pouco que há aqui situações que são inconciliáveis e que temos que respeitar, quer a opinião do cidadão que cá vem, quer a opinião de quem tem responsabilidades políticas no exercício dessas funções. =====*

*===== Para terminar esta Sessão, o Senhor Presidente da Assembleia disse: =====*

=====  
 Permitam-me que sendo esta a última Assembleia Municipal e como já várias pessoas também tiveram a oportunidade de usarem da palavra e de se despedirem, eu acho que nós não nos podemos despedir, acho que não há razões para nos despedirmos, mas dizer-vos que foi para mim também uma honra muito grande presidir aos trabalhos desta Assembleia Municipal. Uma Assembleia Municipal, onde se discutiu política com profundidade, com dureza, mas deixem-me também dizer-vos eu sei que muitas vezes, nós estamos aqui em cima e vemos os vossos rostos, os vossos sinais e também os vossos apartes, mas eu julgo que nunca foram ultrapassados os limites éticos e aquilo que nos faz a nós estarmos disponíveis para participar nestas questões do exercício das funções públicas. É evidente que há divergências e muitas vezes da discussão e dessas divergências é que nascem as melhores soluções. Mas penso que podemos hoje todos fazermos um balanço muito positivo daquele que foi o nosso exercício e refiro-me concretamente à Assembleia Municipal que é para isso que tenho competências. Realçava uma vez mais a presença assídua do Público, é bom sinal, é sinal de atenção e de respeito por este Órgão e, portanto, julgo que isso no futuro deve continuar a ser feito. Àqueles que são novamente candidatos desejo obviamente boa sorte na campanha e que voltem a exercer esta função; aos que vão sair, que não vão ser candidatos, julgo que aquilo que podemos dizer é um até já, são pessoas obviamente que estarão sempre disponíveis para ajudar Oliveira de Azeméis e ajudar a resolver muitos dos problemas de todos os Oliveirenses, porque eu julgo que há aqui uma questão que é muito importante e nestes momentos em especial fique feliz por já ter ouvido hoje aqui aos microfones nesta Assembleia, por diversas forças partidárias, é muito mais aquilo que nos une do que aquilo que nos divide. Ou seja, é evidente que, como disse, há caminhos diferentes, há soluções diferentes para resolver o mesmo problema, mas aquilo que nos une é o amor, a paixão e o carinho que temos por Oliveira de Azeméis, pelo concelho de Oliveira de Azeméis, pelas suas dezanove freguesias e acho que foi isso que nos norteou durante estes quatro anos nestas Assembleias Municipais. Realizamos muitas Assembleias Municipais, fizemos muitas horas de discussão, tivemos Ordens de Trabalho muito extensas, mas isto só foi possível terminar sempre, conforme eu disse, com dignidade, respeito pelas pessoas e esse mérito é de todos vós Membros da Assembleia Municipal, de todas as forças políticas: do PCP, do CDS, dos Independentes, do PSD e do Partido Socialista, porque como digo é muito mais aquilo que nos une do que aquilo que nos divide. Muito obrigado a todos e boa sorte para a campanha eleitoral que se avizinha. =====

=====  
 E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram 20h e 30m, da qual para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. =====